

MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo



MARÇO/2015

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, das Decisões Normativas TCU nº 139/2014 e 140/2014 e da Portaria-TCU nº 90/2014, além das posteriores alterações e das orientações do órgão de controle interno (CGU).

Brasília, 04/2015

SUMÁRIO

<u>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS.....</u>	<u>6</u>
<u>LISTA DE QUADROS.....</u>	<u>7</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>8</u>
<u>ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....</u>	<u>9</u>
1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
1.2– FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	9
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	17
<u>ITEM 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....</u>	<u>20</u>
2.1– ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	20
2.2– SISTEMA DE CORREIÇÃO	20
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	21
<u>ITEM 3 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</u>	<u>23</u>
3.1 – CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	23
3.3 – MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	23
3.4 – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	24
<u>ITEM 5 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</u>	<u>25</u>
5.1 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	25
5.2– PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
5.2.2 <i>Objetivo</i>	27
5.2.2.1 Análise Situacional	28
5.2.3 <i>Ações</i>	33
5.2.3.1 Ações – OFSS.....	33
5.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a pagar não-processados	34
5.3 – INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	37
5.4 – INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	39
<u>ITEM 6 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</u>	<u>41</u>
6.1 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS	41
6.1.2 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa</i>	41
6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	42
6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	42
6.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa.....	43
6.2 – DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	43
6.4 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44
6.4.1 <i>Análise Crítica</i>	45
6.5 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	45
6.5.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	45
6.5.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Reapassados nos Três Últimos Exercícios</i> ...	49
6.5.3 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i>	50
6.5.4 <i>Informações sobre a Análise das Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i>	51
6.5.5 <i>Análise Crítica</i>	52
<u>ITEM 7 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</u>	<u>53</u>
7.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	53
7.1.1 <i>Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	53
7.1.2 <i>Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho</i>	57
7.1.3 <i>Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	59
7.2 – CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E ESTAGIÁRIOS	59

7.2.4 Contratação de Estagiários	59
<u>ITEM 8 – GESTÃO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u>	<u>60</u>
8.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	60
8.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	60
8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	60
8.1.3 – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ	60
8.1.4 – Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos	61
8.1.5 – Idade média da frota, por grupo de veículos	62
8.1.6 – Custos associados à manutenção da frota	62
8.1.7 Plano de substituição da frota	63
8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	63
8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte	63
8.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	63
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	63
8.3 – BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	63
<u>ITEM 9 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</u>	<u>64</u>
9.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	64
<u>ITEM 10 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</u>	<u>69</u>
10.1 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	69
<u>ITEM 11 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE</u>	<u>70</u>
11.1 – TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ARCÓDÃO DO TCU	70
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	70
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	73
11.2 – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	74
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	74
11.3 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	75
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	75
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	75
11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	76
11.5 – ALIAMENTAÇÃO SIASG E SICONV	76
<u>ITEM 12 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</u>	<u>78</u>
12.1 – MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	78
12.2 – APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	79
12.3 – CONFORMIDADE CONTÁBIL	79
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>82</u>

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS PRINCIPAIS

Cadastur – Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas do setor do turismo
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGCV - Coordenação-Geral de Convênios
CGMC - Coordenação Geral de Monitoramento, fiscalização e Avaliação de Convênios
CGPI – Coordenação Geral de Proteção à Infância
CGPOF - Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGU – Controladoria Geral da União
CIFAT - Comitê Interministerial de Facilitação Turística
CNT - Conselho Nacional de Turismo
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DN – Decisão Normativa
D.O.U – Diário Oficial da União
DEPES – Departamento de estudos e Pesquisas
DEPROD – Departamento de Produtos e Destinos
DGE – Diretoria de Gestão Estratégica
DPMKN - Departamento de Promoção e Marketing Nacional
Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
LOA – Lei Orçamentária Anual
MTur – Ministério do Turismo
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
OCI – Órgão de Controle Interno
PACET – Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo
PNT – Plano Nacional do Turismo
PGTur - Plataforma de Gestão do Turismo
PPA - Plano Plurianual
PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Sistema de Informações ao Cidadão
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNPTur - Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
SNRHos - Sistema Nacional de Registro de Hóspedes
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
UF – Unidade da Federação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	12
QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	17
QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	21
QUADRO A.5.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA	27
QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ - OFSS	33
QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	34
QUADRO A.5.4 –INDICADORES DE DESEMPENHO.....	39
QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	41
QUADRO A.6.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	42
QUADRO A.6.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	42
QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA	44
QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS E EXERCÍCIOS ANTERIORES	44
QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	45
QUADRO A.6.5.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIOS, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATO DE REPASSE.	50
QUADRO A.6.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	51
QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	53
QUADRO A.7.1.1.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - GABINETE DA SNPTUR	53
QUADRO A.7.1.1.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA	54
QUADRO A.7.1.1.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS	54
QUADRO A.7.1.1.2.4 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	54
QUADRO A.7.1.1.2.5 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CONVÊNIOS	55
QUADRO A.7.1.1.2.6 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO.....	55
QUADRO A.7.1.1.2.7 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS	55
QUADRO A.7.1.1.2.8 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE PRODUTOS E DESTINOS.....	56
QUADRO A.7.1.1.2.9 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE MARKETING NACIONAL.....	56
QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	57
QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL.....	59
QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	59
QUADRO A.8.1.3 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ	60
QUADRO A.8.1.4 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS.....	61
QUADRO A.8.1.5 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS	62
QUADRO A.8.1.3 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA.....	62
QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	63
QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	63
QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014.....	65
QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	69
QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	70
QUADRO A.11.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO..	73
QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	74
QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	75
QUADRO A.11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014	76
QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	76
QUADRO 12.1.1 SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIÇÃO DE 2014	78
QUADRO A.12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DE UG.....	80

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente às atividades desempenhadas pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTur no ano de 2014, está estruturado de acordo com os itens propostos nas Instrução Normativa TCU nº 63/2010, nº 72/2013; da Decisão Normativa TCU nº 139/2014, nº 140/2014; Portaria TCU nº 90/2014; e Resolução TCU nº 234/2010, nº 244/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Atenta-se que alguns itens, subitens e quadros previstos na Portaria TCU nº 90/2014 não se aplicam ao Relatório da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, por não serem correlatos às atividades desempenhadas pela UJ, por normativamente terem informações a serem tratadas e justificadas especificamente por outras UJ's deste Ministério do Turismo; São eles: *Itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 5.2.1, 5.2.3.2, 6.1.1, 6.1.3.2, 6.1.3.3, 6.1.3.4, 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8 e seus respectivos quadros*. Ou ainda por não existirem ocorrências no exercício *os itens 5.5, 6.3, 6.6, 6.7, 7.1.4.2, 11.2.2, 13.1 e seus respectivos quadros*.

Em relação aos *itens 2.2, 6.5.1, 6.5.2, 6.5.3, 6.5.4, 7.1.2, 8.1, 8.2, 8.3, 9.1, 10.1, 11.4, 12.1, 12.2, 12.3* todos presentes no Relatório, é importante salientar que se tratam de informações pertinentes à totalidade do Ministério do Turismo, tendo em vista que suas subdivisões por UJ tornariam os dados sem usabilidade, ou mesmo não seriam passíveis de subdivisão pelas Unidades.

Por fim, como previsto nas orientações das DN's TCU 139/2013 e 140/2014; e Portaria TCU nº 90/2014, itens subsequentes do Relatório, sobretudo as sessões do item 5 – Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados e item 6 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária (e seus subitens) trazem os principais resultados da UJ no exercício.

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Turismo			Código SIORG: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			
Denominação Abreviada: SNPTur			
Código SIORG: 73565	Código LOA: 54101	Código SIAFI: 540006	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 05.457.283/0007-04	
Principal Atividade: Regulação das Atividades Econômicas			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-7702	(061) 2023-7703	(061) 2023-7704
Endereço Eletrônico: snptur@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º Andar, Gabinete – CEP: 70.065-900 – Brasília/DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 10.683/03 (D.O.U de 29/05/2003) e Lei 11.958/09 (D.O.U de 29/06/2009)			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 8.102/13 (D.O.U de 09/09/2013): Estrutura Regimental do Ministério do Turismo			
Decreto 7.994/13 (D.O.U de 25/04/2013): Aprovação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Nacional do Turismo 2013-2016			
Programa de Regionalização			
Mapa do Turismo Brasileiro 2013			
Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores			
Guia “Viaje Legal”			
Passaporte Verde			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
540004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
540012	Coordenação-Geral de Convênios		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Recursos do Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
540004		00001	
540012		00001	

1.2– FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur é um órgão específico singular, hierarquicamente subordinado ao Ministro de Estado do Turismo. Seu papel principal é o de subsidiar a formulação e o monitoramento da Macropolítica para o Setor do Turismo do País em âmbito nacional, visando o desenvolvimento da atividade. Para tal, o Órgão é auxiliado pelo Conselho Nacional do

Turismo e pelo Comitê Interministerial de Facilitação Turística, cujas diretrizes norteiam os trabalhos do Ministério como um todo. Além da Macropolítica, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo também coordena a elaboração e propositura do Plano Nacional de Turismo, bem como de outros instrumentos e normativos regulamentares do Setor. Orienta e acompanha ainda a execução de projetos de qualificação dos serviços e produtos turísticos, bem como a estruturação, diversificação, e promoção da oferta turística no país.

Além de monitorar e avaliar a execução dessa Política, a SNPTur busca implementar o modelo de gestão descentralizada e regionalizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.

A Secretaria é ainda responsável, em articulação com o Gabinete do Ministro, pela promoção e marketing do turismo interno, por meio do apoio à realização de eventos que fomentem a atividade turística pelo país, bem como por meio da criação de campanhas para ampliação das viagens domésticas, e para incentivar o brasileiro a incluir o turismo em sua cesta de consumo.

Constitui também atribuição da Secretaria a realização de pesquisas, levantamentos e estruturação de indicadores relativos ao turismo e, por fim, exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no que compete às competências do Ministério do Turismo.

As atividades/competências da SNPTur estão formalmente definidas pelos artigos 8º a 11º do Decreto 8.102, de 06 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2013, e estão listadas abaixo:

Art. 8º À Secretaria Nacional de Políticas de Turismo compete:

- I - subsidiar a formulação e monitorar a Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes por ela propostas e com os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo;
- II - analisar e avaliar a execução da Política Nacional de Turismo;
- III - coordenar a elaboração e propor ao Ministro de Estado o Plano Nacional de Turismo, e acompanhar sua execução;
- IV - conceber instrumentos e propor normas sobre a Política Nacional de Turismo;
- V - coordenar a elaboração dos planos, programas e ações do Ministério, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo;
- VI - conceber as diretrizes para a formulação de estudos, pesquisas, análises e levantamentos de dados destinados à formulação e avaliação da Política Nacional de Turismo;
- VII - desempenhar as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo e do Comitê Interministerial de Facilitação Turística;
- VIII - orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos de qualificação dos serviços turísticos, estruturação e diversificação da oferta turística, e de incentivo ao turismo no mercado interno, compreendendo a divulgação dos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional;
- IX - orientar o levantamento e a estruturação de indicadores relativos ao turismo;
- X - promover a cooperação e articulação com os órgãos das administrações federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e do terceiro setor, em projetos que possam contribuir para o fortalecimento e para o desenvolvimento do turismo nacional;
- XI - promover a cooperação e articulação com os fóruns, conselhos, consórcios e entidades articuladoras do turismo nos âmbitos regional, estadual e municipal;

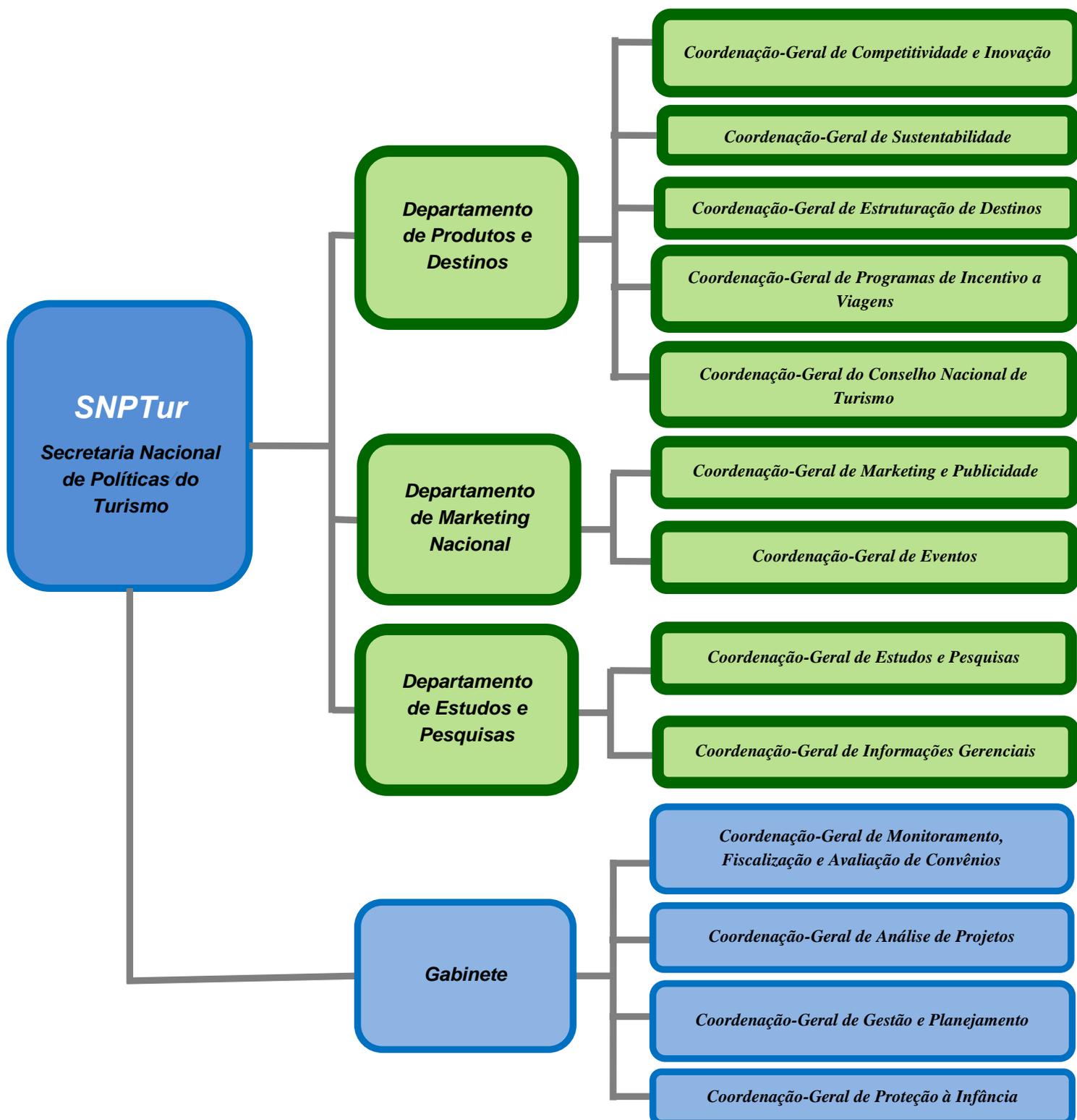
XII - articular-se com órgãos governamentais e entidades da administração pública em seus programas, projetos e ações que interajam com a Política Nacional de Turismo;

XIII - exercer ações relacionadas ao Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e

XIV - supervisionar e coordenar a execução das atividades de marketing no âmbito do Ministério, em articulação com o Gabinete do Ministro de Estado.

1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O organograma funcional da UJ foi alterado em 2013 em função do Decreto 8.102/13 (D.O.U de 09/09/2013), que aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério do Turismo. Neste sentido, a partir de setembro de 2013, o organograma da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo passou a ter a seguinte estrutura:



QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete da SNPTur	Assistir e assessorar diretamente o Secretário em assuntos de natureza técnica, administrativa, planejamento e de representação política e social, bem como desenvolver outras atividades por ele determinadas; organizar a agenda do Secretário e ocupar-se do preparo e despacho de seu expediente pessoal; planejar, coordenar e supervisionar os assuntos administrativos e de desenvolvimento organizacional da SNPTur; transmitir às demais unidades da SNPTur, as instruções e orientações emanadas do Secretário, Órgãos de Controle Interno e Externo; coordenar o trâmite de processos relacionados à SNPTur; e coordenar, articular e apoiar a participação de representantes da SNPTur em órgãos colegiados, grupos de trabalho e assemelhados.	Sandro Ricardo	Chefe de Gabinete – DAS 4	2014
Coordenação Geral de Monitoramento , fiscalização e Avalização de Convênios	Posterior fiscalização de eventos geradores de fluxo turístico	Soemes Castilho Da Silva	Somente DAS 4	2014
Coordenação de Análise de Projetos	Realização de eventos geradores de fluxo turístico	Bernardo De Castro Soares	Servidor oo MTur. Cargo: Agente Administrativo, Coordenador- Geral de Análise de Projetos - DAS 4	2014
Coordenação Geral de Gestão de Planejamento	Propositura e coordenação da elaboração do Plano Nacional de Turismo	Breno Pockszevnic ki	Somente Das 4 Coordenador- Geral de Gestão e Planejamento	2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Proteção à Infância	Ações de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e Adolescentes na cadeia turística.	Adelino Silva Neto	Das 4 - Cedido da Universidade Estadual do Maranhão – Cargo de Origem: Professor	2014
Departamento de Estudos e pesquisas	Responsável pelos estudos, pesquisas e compilações de dados referents à atividade turística no País. Estes documentos atingem tanto a vertente conjuntural do turismo (conjuntura econômica dos setores e atividades características do turismo) como a estrutural (dados de oferta e demanda turística).	José Francisco Lopes Salles	Das 5 - Aposentado Pela Usiminas Siderúrgica. Cargo de Origem: Assessor Diretoria.	2014
Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas	Produzir estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e as tendências do turismo nacional e internacional; promover a realização de encontros, seminários e reuniões para divulgar estudos e pesquisas e suas metodologias; promover a participação, em conjunto com organismos internacionais de estudos que incorporem novas metodologias e tecnologias de investigação das atividades turísticas; promover o intercâmbio com instituições correlatas que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; e sistematizar informações que garantam as bases para estruturação do sistema nacional de estatísticas de turismo de apoio à tomada de decisão da área pública e do setor privado.	Neiva Aparecida Duarte	Das 4 - Cedida: Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur – Cargo de Origem: Técnica de Nível Superior III	2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Informações Gerenciais	Promover a execução de ações relacionadas à disseminação de informações sobre o turismo junto ao setor público, setor privado e a sociedade civil em geral, de forma a facilitar o acesso da população a dados, indicadores e análise da atividade turística; promover o intercâmbio com instituições correlatas que possam contribuir para o desenvolvimento de suas atividades; e promover a participação, em conjunto com organismos internacionais de estudos que incorporem novas tecnologias para disseminação de informação na área de turismo.	Fabio onteiro Rigueira	DAS 4 – Cedido: Ministério do Planejamento, Orçamento e Getão – Cargo de Origem: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	Até 10/08/2014
		Gilce Zelinda Battistuz	Das 4 - Cedida: Servidora Estadual da Paraná Turismo – Cargo de Origem: Estatística	Desde 27/10/2014
Departamento de Produtos e Destinos	Coordenar, acompanhar, supervisionar e articular políticas, planos, programas, projetos e ações para a estruturação e diversificação da oferta turística; coordenar e exercer a cooperação e a articulação com os órgãos da administração federal, estadual, distrital, municipal e entidades não governamentais em programas, projetos e ações de fiscalização, classificação e cadastramento de serviços e de empreendimentos turísticos; apoiar o planejamento de programas e de projetos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que contribuam para o fortalecimento e para o desenvolvimento sustentável da atividade turística;	Marcelo Lima Costa	Somente DAS 5	Até 30/06/2014
		Wilken Souto	Das 5 - Diretor do Departamento de Produtos e Destinos - Técnico de Nível Superior do Mtur	Desde 01/07/2014
Coordenação Geral de Competitividad e e Inovação	Planejar, desenvolver e disseminar estratégias voltadas à promoção da inovação e da competitividade de equipamentos, empreendimentos e produtos turísticos; subsidiar a formulação de políticas e atos normativos regulamentares que propiciem a competitividade e a inovação em equipamentos, empreendimentos, e produtos turísticos;	Jair Galvão Freire	Somente Das 4 - Coordenador- Geral de Competitividade e Inovação	2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Sustentabilidade	Propor políticas públicas de desenvolvimento sustentável para orientar a atuação do Ministério do Turismo e do setor turístico brasileiro; apoiar e promover programas, projetos e ações do Ministério do Turismo, relacionados ao desenvolvimento sustentável da atividade turística; e apoiar e realizar ações de sensibilização acerca do desenvolvimento sustentável na atividade turística.	Isabel Cristina Barnasque	Somente Das 4 - Coordenadora- Geral de Sustentabilidade	2014
Coordenação Geral de Estruturação de Destinos	Propor estratégias de desenvolvimento territorial por meio do turismo; definir diretrizes e estratégias para a estruturação de destinos turísticos, com base nos princípios de regionalização; promover estudos e pesquisas para subsidiar a estruturação e a gestão de destinos e regiões turísticas; disseminar informações sobre a estruturação de destinos turísticos; conduzir o processo de definição do Mapa do Turismo Brasileiro; estabelecer critérios e parâmetros para categorizar os municípios das regiões turísticas brasileiras, de modo a orientar a implementação de políticas públicas de turismo e a distribuição de recursos públicos; estimular a formação de uma rede nacional de suporte à gestão descentralizada do turismo	Daniela Fantoni-	DAS 4 - Servidora Cedida Instituto Federal de Educação e Tecnologia Catarinense	De 27/03 a 12/06/2014
		Cristiano Araújo Borges	DAS 4 - Coordenador- Geral de Estruturação de Destinos - Servidor Analista Técnico de Nível Superior do Mtur	Desde julho/2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação- Geral de Programas de Incentivo a Viagens	Propor diretrizes, elaborar, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos e ações de incentivo a viagens; apoiar o desenvolvimento de base de dados para subsidiar a disseminação de informações turísticas dos destinos brasileiros; apoiar ou realizar estudos e pesquisas para subsidiar a implementação dos programas, projetos e ações sob responsabilidade desta Coordenação-Geral; e propor e articular diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de segmentos turísticos de demanda.	Wilken Souto	Das 4 - Técnico De Nível Superior do Mtur	Até 30/06/2014
		Rafaela Levay Lehmann	Agente Administrativo do Mtur	De 01/07 a 21/09/2014
		Vitor Iglezias Cid	Coordenador-Geral. Cedido Pela Pref. Municipal de Santos/Sp – Secretaria de Turismo - Cargo de Origem: Aux. Bibliotecário	Desde 22/09/2014
Coordenação Geral do Conselho Nacional do Turismo	Prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Turismo e suas Câmaras Temáticas; monitorar o relacionamento público e privado no âmbito do Conselho Nacional de Turismo; e estimular a criação e apoiar o fortalecimento de colegiados de suporte à gestão descentralizada do turismo, em âmbitos estadual, regional e municipal.	Lena Maria Alexandre Brasil	Somente Das 4 - Coordenadora-Geral do Conselho Nacional do Turismo	2014
Departamento de Marketing Nacional	Responsável pela divulgação de campanhas e outras formas publicitárias, visando estimular o brasileiro a viajar mais por seu País. Trata também de ações de apoio à comercialização junto ao trade turístico, tendo em última análise o mesmo objetivo de incrementar o fluxo turístico brasileiro.	Sérgio Flores de Albuquerque	DAS 5 – Diretor do Departamento de Marketing Nacional - Servidor Cedido da Embratur	Até 08/06/2014
		Luciana Paiva Fernandes	Somente DAS 5	Desde 26/05/2014

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral de Marketing e Publicidade	Planejar, desenvolver, propor e executar ações de propaganda, publicidade e promoção; formular, analisar, avaliar, acompanhar e controlar todas as ações de promoção, produção de campanhas de propaganda e publicidade nacional, assim como a produção de material técnico do Ministério do Turismo, provenientes de ações vinculadas as agências licitadas; e coordenar e aprovar as campanhas publicitárias junto a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.	Roberta Bastos Carneiro Campos	Somente DAS 4 - Coordenadora- Geral de Marketing e Publicidade	2014
Coordenação Geral de Eventos	Elaborar parecer técnico de proposta de apoio e participação em eventos nacionais; propor o calendário de participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais; acompanhar e avaliar a participação do Ministério em feiras e eventos turísticos nacionais; e dar suporte técnico aos demais departamentos do Ministério para participação em eventos nacionais.	Marcelo Borella	Somente DAS 4 - Coordenador- Geral de Eventos	2014

1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

No âmbito da SNPTur, os macroprocessos desta UJ foram definidos de acordo com objetivos estratégicos existentes no Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, sendo que cada objetivo representa um macroprocesso.

O mapeamento desses macroprocessos foi feito em parceria com o Escritório de Processos da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo e com a Diretoria de Gestão Estratégica, vinculada à Secretaria-Executiva do MTur. De acordo com o Mapa Estratégico do Ministério do Turismo, existem 6 objetivos estratégicos finalísticos, gerando assim os 6 macroprocessos finalísticos a seguir:

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Conhecer o turista, o mercado e o território	Realização estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo	Estudos e Pesquisas	todas as áreas do Mtur; população em geral;	DEPES

Promover os produtos turísticos	Realização campanhas de incentivo ao turismo doméstico, Participação de eventos de promoção do turismo interno, Apoio a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico, Fiscalização dos eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico, Promoção a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados,	Campanhas Publicitarias e Eventos geradores de fluxo turístico	Estados e Municípios; Publico em Geral;	DEPROD e CGMC
Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos	Cadastrar os prestadores de serviços turísticos, Fiscalizar os prestadores de serviços turísticos, Classificar os empreendimentos turísticos	Pessoas Cadastradas e empreendimentos classificados	Prestadores de Serviços Turísticos; Empreendimentos Turísticos	DEPROD
Estruturar os destinos turísticos	Capacitar os gestores públicos de turismo e Apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento turístico ou de posicionamento de mercado	Cursos e Planos elaborados	Estados e Municípios	DEPROD
Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Implementação do Plano de Comunicação com intuito de disseminação de dicas e práticas sustentáveis no turismo e Sensibilização de pessoas sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas no setor de turismo	Pessoas Sensibilizadas	Público em Geral, Estados e Municípios	DEPRO e CGPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social	Realizar reuniões do Conselho Nacional de Turismo e de Foruns Estaduais e Municipais de Turismo	Reuniões do CNT realizadas e Conselhos estaduais consolidados	Embratur, como autarquia vinculada; Fóruns permanentes como o Conselho Nacional do Turismo – CNT; o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur; e o Comitê Interministerial de Facilitação Turística – CIFAT.	DEPROD

A gestão desses Macroprocessos foi feita mediante sua subdivisão em “Iniciativas” do Mapa Estratégico. Mais detalhes sobre as iniciativas estão descritas no item 5.1 – Planejamento da Unidade do presente Relatório.

ITEM 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1– ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No âmbito da estrutura de governança da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, informa-se que no organograma da UJ não há formalização de estruturas de controle, tais quais unidades de auditoria, conselhos internos ou comitês de avaliação. Já externamente, a atuação desta UJ, assim como das outras Unidades do Ministério do Turismo, é auxiliada e facilitada pelas discussões feitas no âmbito do Conselho Nacional de Turismo.

O Conselho contabiliza atualmente 70 membros, dentre instituições e entidades representativas dos diversos setores do governo, do trade e da sociedade civil organizada de diferentes categorias de atividades que conformam a cadeia produtiva do turismo. De caráter consultivo, integra a estrutura básica e o núcleo estratégico do Ministério do Turismo, diretamente vinculado ao titular da pasta, com a finalidade de assessorar na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos Planos, Programas, Projetos e atividades dela derivados. Associados à estrutura do Conselho, existem oito Câmaras Temáticas, criadas com o objetivo de aprofundar o debate quanto à definição de políticas e execução de ações em temas específicos: Financiamento e Investimento, Infra-estrutura, Legislação, Qualificação Profissional, Promoção e Apoio à Comercialização, Regionalização, Segmentação e, Turismo Sustentável e Infância. No exercício de 2014, em cumprimento regimental foram realizadas três reuniões do Conselho Nacional: 43ª Reunião (09/07/2014); 44ª Reunião (27/10/2014); e 45ª Reunião (28/11/2014);

2.2– SISTEMA DE CORREIÇÃO

O MTur em atendimento ao Decreto nº: 5.480, de 30 de junho de 2006, instituiu a Comissão Permanente de Correição (CPC) no 2º semestre de 2012, por meio da Portaria-GM nº 284, de 28 de agosto de 2012, tendo como objetivo estruturar os meios de apuração de possíveis atos infracionais praticados no âmbito do MTur. Assim, alcançando resultados positivos com a instalação efetiva de procedimentos apuratórios.

Esta UJ está em conformidade com os preceitos asseverados nos artigos 4º e 5º da Portaria-CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

Compete a CPC, por intermédio de seu Coordenador coordenar e supervisionar os trabalhos da Comissão Disciplinar Permanente e das Comissões Disciplinares, bem como, com anuência do Secretário-Executivo, solicitar apoio às Unidades do MTur para o bom e fiel desempenho de suas competências.

No exercício de 2014, foram instaurados 17 (dezessete) processos de sindicância e 07 (sete) processos administrativos disciplinares. Ressalta-se que os principais eventos apurados, estão ligados ao Aviso nº 246/2013/GM/CGU-PR, que é pautado no Relatório de Auditoria Especial nº 00190.020860/2011-31. Destarte que, foram concluídos 15 (quinze) processos de sindicâncias e 1 (um) processo administrativo disciplinar.

Essas atividades são desenvolvidas fora do âmbito de atuação, por uma Comissão Permanente que composta por todas as UJs do Ministério.

2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A sistemática adotada para preenchimento do quadro acima foi a realização de reunião de avaliação conjunta. As áreas participantes foram: Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; Coordenação-Geral de Análise de Projetos; Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão.					

ITEM 3 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 – CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

O principal canal de comunicação com os cidadãos e clientes externos do Ministério do Turismo é a Ouvidoria, órgão vinculado institucionalmente ao Gabinete do Ministro. O setor disponibiliza o endereço eletrônico ouvidoria@turismo.gov.br, para que a sociedade civil organizada e os cidadãos possam fazer suas sugestões, solicitações, reclamações e denúncias, bem como tirar dúvidas sobre os Programas, Ações e Projetos do Ministério do Turismo e suas Secretarias. A Ouvidoria faz ainda a gestão do Sistema de Informações ao Cidadão – SIC, instituído pela Lei 12.527/11, por meio do encaminhamento à Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, de modo a responder às mais variadas demandas dos cidadãos, dentro das atribuições da UJ. Há ainda a Central de Atendimento (0800) do MTur, canal institucional que oferece atendimento às dúvidas da sociedade concernentes aos programas e ações do Ministério.

Além deste canal, o Departamento de Produtos e Destinos, vinculado à SNPTur, disponibiliza canais secundários de acesso ao cidadão e aos clientes internos do MTur. Dentre os quais, pode-se citar os endereços regionalizacao@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT e ações pertinentes a implementação e consolidação do mesmo), cgst2@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes a serviços turísticos como um todo, incluindo cadastro, SBclas e cadastramento de empreendimentos turísticos), viajamais@turismo.gov.br (para as demandas pertinentes ao programa) e acessibilidade@turismo.gov.br (demandas pertinentes à atividades do Programa Turismo Acessível); rural@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao segmento rural); cultura@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao turismo cultural); nautico@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo Náutico); intercambio@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Estudos e Intercâmbio); pesca@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Pesca); solepraia@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao Turismo de Sol e Praia); aventura@turismo.gov.br (para atividades relacionada ao Turismo de Aventura); ecoturismo@turismo.gov.br (para atividades relacionadas ao segmento de Ecoturismo).

Cabe ressaltar que estes canais são divulgados e utilizados preferencialmente por integrantes da cadeia turística nos âmbitos regional, estadual e municipal, como parte da estratégia de comunicação e informação entre os entes que fazem parte da Gestão Descentralizada do Turismo no País.

3.3 – MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Para assegurar que as vantagens e os descontos oferecidos ao público do Viaja Mais Melhor Idade sejam ofertas reais e exclusivas, o Ministério do Turismo tem assinado acordos de cooperação com entidades representativas de empresas do setor de turismo. Esses acordos também são uma forma de garantir a qualidade dos produtos, uma vez que tais entidades se comprometem a monitorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelos seus associados no âmbito do Programa.

O portal possui, ainda, uma seção de atendimento, na qual comunicações, sugestões, críticas ou elogios ao Viaja Mais Melhor Idade poderão ser formalizados. Caso o usuário prefira, esse contato poderá ser feito pela Central de Atendimento ao Usuário, mediante ligação gratuita para o telefone 0800 606 8484.

Infelizmente ainda não há um mecanismo específico para a mensuração da satisfação do consumidor. O projeto inicial previa uma maior interatividade no portal, de forma a possibilitar um “controle social” dos consumidores, para que fosse possível um monitoramento e acompanhamento do cumprimento e da qualidade dos produtos e serviços ofertados. Como não haviam recursos suficientes para a implementação

destas funcionalidades no portal (www.viajamais.gov.br), não é possível medir a satisfação dos turistas para com as ofertas do programa.

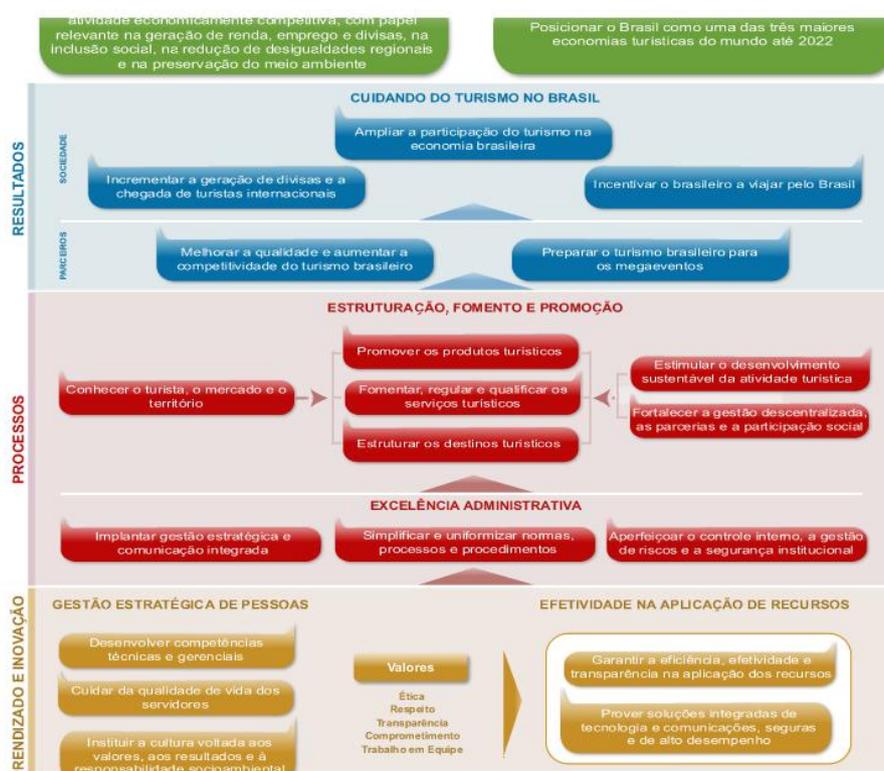
3.4 – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O endereço http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/secretaria_executiva/ é o caminho de acesso no portal do Ministério do Turismo, <http://www.turismo.gov.br>, para as informações da atuação da UJ Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. E no link http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/relatorios/ estão disponibilizados os relatórios de gestão produzidos, os programas e projetos desenvolvidos pela UJ.

ITEM 5 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE

Desde o ano de 2012, encontra-se vigente o Plano Estratégico do Ministério do Turismo para o período 2012-2015. Este planejamento é representado graficamente por um Mapa Estratégico, dividido em 3 dimensões: “Aprendizado e Inovação”; “Processos”; e “Resultados”. Cada uma destas dimensões é subdividida em objetivos e estes, por sua vez, em iniciativas. Todo o processo é guiado para alcance da Missão e Visão definidas respectivamente como: “Desenvolver o turismo sustentável brasileiro como uma atividade economicamente competitiva, com papel relevante na geração de renda, emprego e divisas, na inclusão social, na redução de desigualdades regionais e na preservação do meio ambiente”; e “Posicionar o Brasil como uma das 3 maiores economias turísticas do mundo até 2022”.



O Plano, em consonância com as responsabilidades e competências regimentais do MTur e Embratur, engloba todos os setores destes órgãos. Além disso, também guarda vínculo com o Plano Plurianual do Governo Federal, por meio das Ações Orçamentárias que custeiam cada iniciativa, bem como pelo mesmo período de referência destes Planos: 2012 a 2015. Outra convergência existe entre os objetivos da dimensão “Resultados”, com os objetivos definidos no Programa Temático 2076 – Turismo, constante do PPA.

Especificamente em relação ao posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo dentro do PPA, o planejamento para 2014 engloba, além do referido Programa Temático, a) O objetivo 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro; b) O objetivo 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; c) O objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil; e d) Um conjunto de 03 Ações Orçamentárias e 15 Planos Orçamentários definidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus detalhamentos.

Quanto às estratégias operacionais de implementação da Política Nacional do Turismo, desde a criação do Ministério do Turismo, foi concebido um modelo de Gestão Descentralizada, como estratégia de modernização institucional, buscando democratizar a gestão pública, por meio da estruturação, qualificação e fortalecimento da base organizacional pública e privada do turismo. Esse modelo de gestão propõe a constituição de um Sistema Nacional de Gestão do Turismo no país composto por um núcleo estratégico de âmbito nacional, formado pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o Ministro de Estado do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. No âmbito do Conselho, a organização é feita segundo categorias de atividades e apoiado por câmaras temáticas que tem por objetivo identificar oportunidades e discutir questões específicas do turismo.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo - FORNATUR é um órgão colegiado, constituído pelos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo das 27 Unidades da Federação, que tem como função no processo de gestão descentralizada auxiliar no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios.

Completam a rede de gestão descentralizada os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, formados por representantes do setor público, incluindo representantes dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor, além de outras entidades de relevância estadual vinculadas ao turismo. O objetivo é integrar os agentes da cadeia produtiva do turismo em cada uma das 27 UF's.

Para cumprir a função de articulação em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios, onde a atividade turística se realiza. Nesse sentido, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada, possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo.

Ainda com relação à estratégia de atuação da gestão compartilhada do turismo no País, foi instalado, em 2011, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo ministro de Turismo e formado por representantes de 16 Ministérios (da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Integração Nacional; da Cultura; da Justiça; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Educação; do Trabalho e Emprego; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Secretarias do Governo Federal (de Direitos Humanos e de Comunicação Social da Presidência da República), cujas atividades têm relação direta ou indireta com o setor turístico. Criado pela Lei do Turismo (nº 11.771/08) e regulamentado pelo Decreto nº 7.381/10, o Comitê ainda prevê o suporte de especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Com relação a ações para mitigação de riscos aos objetivos da UJ, sobretudo aos objetivos contidos no PPA tais quais “Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro”; “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”; e “Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil”, destacam-se as gestões junto ao trade turístico, visando sobretudo a redução dos custos da hotelaria e a política de preços competitivos a ser praticada sobretudo durante megaeventos.

5.2 – PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.2 Objetivo

QUADRO A.5.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro					
Código	0737	Órgão	Ministério do Turismo			
Programa	Turismo	Código	2076			
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
-	-	-	-	-	-	-
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	Unidade	33.852	11.445	42.051	124,22%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1.1	Norte	Unidade	1.536	718	2.254	146,74%
1.2	Nordeste	Unidade	5.020	2.433	8.263	164,60%
1.3	Centro-Oeste	Unidade	5.876	1.689	5.795	98,62%
1.4	Sudeste	Unidade	14.615	5.103	18.143	124,14%
1.5	Sul	Unidade	6.805	7.597	7.597	111,64%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Classificar 2.000 empreendimentos turísticos	Unidade	2.000	09	58	2,9%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2.1	Norte	Unidade	163	0	3	1,84%
2.2	Nordeste	Unidade	523	6	20	3,82%
2.3	Centro-Oeste	Unidade	595	0	6	1,01%
2.4	Sudeste	Unidade	450	1	18	4,00%
2.5	Sul	Unidade	269	2	11	4,09%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
-	-					

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil					
Código	0739	Órgão	Ministério do Turismo			
Programa	Turismo	Código	2076			

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico	Unidade	16	6	19	118,75%

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil		
Código	0741	Órgão	Ministério do Turismo
Programa	Turismo	Código	2076

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais	Unidade	154	0	0	0%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Norte	Unidade	29	0	0	0%
1.2	Nordeste	Unidade	53	0	0	0%
1.3	Centro-Oeste	Unidade	24	0	0	0%
1.4	Sudeste	Unidade	27	0	0	0%
1.5	Sul	Unidade	21	0	0	0%
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados	Unidade	27	5	25	92,59%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2.1	Norte	Unidade	7	1	7	100%
2.2	Nordeste	Unidade	9	2	9	100%
2.3	Centro-Oeste	Unidade	4	2	4	100%
2.4	Sudeste	Unidade	4	0	2	50%
2.5	Sul	Unidade	3	0	3	100%

5.2.2.1 Análise Situacional

Como introduzido acima, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo é responsável pela gestão e monitoramento de 5 Metas, vinculadas a 3 objetivos do PPA. Segue abaixo, análise sobre a execução no ano e acumulada (2012, 2013 e 2014) de cada uma delas:

- Objetivo 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Desde de 2008, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente são parceiros no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, na Campanha Passaporte Verde no Brasil. A Campanha 2014 reuniu 60 roteiros Passaporte Verde nas doze cidades-sede da Copa,

oferecendo ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

Em dezembro, foi lançado o Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil (2014-2018). Três objetivos principais norteiam o planejamento: ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional, incrementar a qualidade e a competitividade dos produtos e destinos além de implementar mecanismos efetivos para a cooperação público-privada. (Em anexo)

No âmbito da regionalização, em 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica, bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse Sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo Programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Quanto aos cadastramentos, o MTur tornou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (Cadastur), mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. O Ministério do Turismo deu continuidade ao processo de desenvolvimento da atividade, por meio da Portaria MTur nº312/2013, que estabelece requisitos para o exercício da atividade de guias de turismo.

O Ministério do Turismo e o Sebrae lançaram o guia Boas Práticas em Turismo que reúne casos de sucesso em inovação na gestão do turismo, selecionados em pesquisa realizada em 65 destinos.

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café. Em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Atualmente, há 58 meios de hospedagem classificados e divulgados por meio do sítio eletrônico institucional.

O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur, para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das informações exigidas pela Lei 11.771/2008 e Decreto 7.381/2010. Esta ferramenta permite que o governo federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico. Atualmente, o projeto se encontra em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagens distribuídos em 452 municípios utilizaram o sistema, totalizando cerca de 14,30 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes.

- Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos: Vinculada ao Objetivo “Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro”, esta meta encontra-se, em 2014, com execução de 116% do total previsto para os quatro anos do Plano Plurianual. O resultado é devido ao esforço de divulgação feito junto ao trade e aos prestadores de serviços turísticos nos últimos anos, que passam cada vez mais a perceber a importância do cadastro do MTur. Com a realização da Copa do Mundo de 2014, o cadastro dos prestadores de serviços turísticos apresentou um aumento significativo nos registros efetuados no CADASTUR. Durante o ano foram efetuados 11.445 novos cadastros e, atualmente, o CADASTUR conta com 52.850 prestadores regularmente cadastrados. O sucesso dessa iniciativa também se deve à publicação das Portarias nº 197, de 31 de julho de 2013 e nº 311, de 3 de dezembro de 2013, que disciplinam e desburocratizam o processo, com o intuito de alcançar um número maior de empreendimentos e equipamentos turísticos. Com o somatório de 2012 a 2014, ultrapassamos as expectativas da meta em 24,22%.

- Classificar 2.000 empreendimentos turísticos: Também vinculada ao mesmo Objetivo acima, esta meta encontra-se bastante aquém do total previsto quando da elaboração do PPA, em 2011. Pelo Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), foram classificados 21 empreendimentos turísticos em 2012, 28 em 2013, e 09 em 2014, totalizando 58 classificações no período de 2012 a 2014. Atualmente, o resultado alcançado é de 2,9% do previsto para os quatro anos do Plano. Com o intuito de sensibilizar os meios de hospedagem, em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Por meio desta ação foram sensibilizados aproximadamente 60 empreendimentos, com vistas à classificação prevista para ser realizada no ano de 2015. Apesar de ter sido desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor, o SBClass tem se revelado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem. Mesmo sendo de caráter voluntário, a grande maioria dos meios de hospedagem, optaram por não aderir ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões: i) O SBClass é um sistema pago ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), pelos custos da auditoria; ii) Ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar; iii) Ainda não foi realizada campanha de sensibilização para os meios de hospedagem, bem como para os turistas; iv) Muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema; v) O SBClass foi desenvolvido com foco, principalmente, nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras, que já possuem padrões próprios e clientela própria e, portanto, não têm interesse em aderir ao SBClass. Em face das razões apresentadas, o MTur vem promovendo reavaliações estratégicas quanto ao arranjo institucional e ao próprio modelo atual do Sistema Brasileiro de Classificação – SBClass. Por esse motivo, os avanços necessários ao aprimoramento da ferramenta, como a simplificação do sistema e a adesão gratuita, ainda são inviáveis, resultando numa manutenção técnica sem grandes avanços, nos últimos meses e, conseqüente, dificuldade no alcance da meta proposta.

Objetivo 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Para o ano de 2014, estavam previstas a produção e veiculação de 3 campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas 5 campanhas (3 novas e 2 continuidades).

- Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico: Vinculada ao Objetivo “Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil”, esta meta tem prevista a realização de 4 campanhas por ano, totalizando 16 até o final de 2015. Com a realização de 5 campanhas no ano de 2014, a meta acumulada já chega a 112% do previsto para o quadriênio, mostrando bom andamento da mesma; As ações realizadas em 2014 foram:

- I. Continuação da Campanha Turismo Acessível, iniciada em 2013 (publicidade de utilidade pública para divulgar o site do Turismo Acessível);
- II. Continuação da Campanha do Viaja Mais Melhor Idade, também iniciada em 2013 (programa de incentivo às viagens na terceira idade);
- III. Contra Exploração Sexual Infantil, com a produção de materiais para o carnaval e permanentes
- IV. Campanha “Celebração” – Copa do Mundo 2014, para mostrar que o turismo é um propulsor do crescimento do país, que a Copa vai sedimentar a imagem do Brasil no cenário mundial, convocar o povo brasileiro para a Copa, para receber as pessoas de braços abertos e viver toda a alegria desse mundial. Mostrando que quem faz a Copa são todos os brasileiros e que o país está preparado para receber o mundo inteiro que está vindo para o Brasil;
- V. Campanha “#PartiuBrasil - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros informando que esse é o momento e que chegou a hora de conhecer o seu país, convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico, estimular para se ter experiências inesquecíveis.

Objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo foi reestruturado com base nas orientações do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, e suas novas diretrizes foram lançadas, após a realização, inclusive, de consultas públicas com representantes de todas as regiões do país, em maio de 2013, durante a realização do I Encontro Nacional de Turismo.

A próxima etapa de implementação do Programa de Regionalização do Turismo compreenderá o processo de categorização das regiões e municípios turísticos, utilizando-se como base o mapa atualizado. A categorização consiste na aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas.

O diagnóstico será realizado tendo como base oito eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: i) gestão descentralizada (visando a participação social e fortalecimento das entidades locais); ii) planejamento e posicionamento de mercado (identificação da oferta de produtos); iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura (obras e instalações necessárias); vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e, viii) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha “Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes”, e podem ser acessadas pelo sítio institucional do Ministério do Turismo pelo link [Cartilha do Programa de Regionalização do Turismo](#).

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-SNPTur, por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Turismo e a Universidade Federal de Santa Catarina, finalizou em 20 de maio de 2014 o projeto “Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo”. O trabalho envolveu a elaboração de uma “Agenda Estratégica do Turismo: 2013-2022”, que pretende ser o documento de orientações estratégicas e de ações táticas para implementar um conjunto de políticas públicas, programas e ações voltados ao desenvolvimento do turismo no País. Para dar consequência objetiva à Agenda Estratégica e ao Programa Nacional de Turismo – PNT, já elaborado e validado no âmbito do Conselho Nacional do Turismo, o projeto deve contemplar, ainda, a elaboração de documento de caráter executivo a ser denominado “PNT em Ação”.

Como resultado final o estudo deve possibilitar a orientação de alocação de recursos públicos e privados para solução dos gargalos que têm impedido ou adiado a plena expansão da atividade turística no País, notadamente no que diz respeito ao tratamento fiscal / tributário – demanda recorrente das entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo. Paralelamente, está em fase de revisão a Lei Geral do Turismo para adequar as demandas do setor.

O Projeto Talentos do Brasil Rural é resultado de uma parceria entre Ministério do Turismo – MTur, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Sebrae que procura fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística.

O projeto está estruturado em dois eixos: - Produtos da Agricultura Familiar: Foram selecionados 89 empreendimentos (cooperativas, associações, redes) da agricultura familiar de todo o Brasil para fornecerem produtos para empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, entre outros) das 12 cidades sede da Copa do Mundo. Os produtos são organizados em três linhas: amenities (cosméticos); alimentos e bebidas; e decorativos e utilitários (artesanato, produção agroindustrial etc.).

- Roteiros e Serviços Turísticos: 23 roteiros turísticos (compostos por 54 municípios e cerca de 400 empreendimentos), localizados no entorno das 12 cidades-sedes da Copa, compostos por pelo menos 10% de empreendimentos da agricultura familiar (propriedades).

Em 2014, o Ministério do Turismo fez Seleção de empreendimentos e roteiros participantes, fez o diagnóstico dos participantes do roteiro, elaborou planos de ação, qualificou os empreendimentos e roteiros, promoveu e apoiou a comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar para o mercado turístico. Foram 24 roteiros turísticos selecionados, 23 roteiros turísticos diagnosticados, tendo sido 1 desclassificado por não comprovar comercialização, 15 roteiros já estão em condições de serem promovidos: 8 para o mercado internacional, 2 para o mercado nacional e 5 para o mercado regional.

- Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais: Relacionada ao objetivo 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil, esta meta refere-se ao apoio e manutenção das 27 instâncias estaduais em turismo; somadas às instâncias das 62 regiões turísticas prioritárias para o turismo brasileiro; e aos 65 fóruns/conselhos municipais, dos destinos turísticos indutores definidos pelo MTur em anos anteriores. A meta faz referência, portanto, ao modelo de Gestão Descentralizada do Turismo, citada nos itens anteriores deste Relatório, bem como ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Em 2013, as principais ações foram direcionadas para o processo de reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), bem como de suas diretrizes, e atualização do mapa das regiões turísticas do Brasil. A consolidação de instâncias de Governança é parte inerente a este processo e será realizado em uma etapa posterior, com a identificação dos interlocutores regionais e municipais do programa. Em 2012, 145 instâncias de governança estavam em funcionamento. Para 2013, a contagem foi reiniciada por conta da reestruturação do PRT. A institucionalização das instâncias de governança foi um compromisso assumido pelos municípios e regiões turísticas que fazem parte do Programa de Regionalização do Turismo, contudo essa etapa ainda não foi iniciada. O processo de revisão dos mapas das Unidades da Federação, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro. A partir da delimitação do Mapa do Turismo Brasileiro 2013, que identificou 303 regiões turísticas no país, foi possível mapear 88 Instâncias de Governança Regional. Esse trabalho de consolidação das governanças, contudo, está diretamente vinculado à aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas. Tal matriz se baseia nos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas. No 1º semestre de 2014 (janeiro a junho), os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do programa.

Num segundo momento, em 15 de dezembro de 2014, a nova proposta de categorização foi apresentada aos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo, bem como à Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, que fizeram apontamentos e validaram a proposta. Paralelamente ao processo de Categorização de Destinos Turísticos, foi realizado o desenvolvimento parcial do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo, mais especificamente, do módulo pertinente ao Mapa do Turismo Brasileiro categorizado, disponível em www.mapa.turismo.gov.br. A parte faltante, referente ao cadastro de interlocutores municipais, regionais e estaduais do Programa de Regionalização está prevista para 2015.

Finalizados, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo serão os principais instrumentos utilizados para consolidar as instâncias de governança estaduais, regionais e municipais.

- Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados: Também vinculada ao Objetivo “Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil”, esta última meta também é do tipo não-cumulativa e refere-se às gestões junto aos órgãos oficiais de turismo nos estados e no DF. A equipe técnica do Ministério do Turismo estruturou uma metodologia de trabalho, aplicada em caráter preliminar em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas, a Empresa de Estado do Turismo do Amazonas-Amazonastur, Secretaria do Turismo do Estado da Bahia, e Agência Estadual de Turismo-Goiás Turismo (5 Órgãos Oficiais de Turismo), totalizando o fortalecimento em 25 órgãos oficiais de turismo.

Com a conclusão do novo Mapa do Turismo brasileiro e do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, foi possível definir um plano de ação a ser trabalhado com algumas Unidades da Federação que estavam em

fase de atualização dos seus Planos Estaduais de Turismo. Paralelamente, na linha de fortalecimento institucional, atividades foram realizadas com membros integrantes do Conselho Nacional de Turismo, por meio do Comitê Gestor na realização de três Oficinas de Trabalho no sentido de: • Motivar para assegurar a presença voluntária e periódica nos debates de interesse coletivo; • Definir como tornar permanente e sistemática a presença das entidades nos colegiados e conciliar interesses; Informações sobre o Conselho Nacional de Turismo podem ser acessadas: <http://www.turismo.gov.br / ministério / Conselho Nacional de Turismo>

No 2º Semestre de 2014, os esforços foram concentrados na estruturação da proposta de categorização de municípios turísticos (os 3345 do Mapa do Turismo Brasileiro, devidamente categorizados em A, B, C, D ou E) e na realização de encontros com os Departamentos do Ministério, os Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização e com os membros da Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, para críticas, contribuições e validações da proposta elaborada.

Para o ano de 2015 estão previstas a realização de ações de capacitação de gestores públicos com foco em planejamento e gestão do turismo, bem como, a realização de Encontros dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ - OFSS

Identificação da Ação						
Código	20Y3		Tipo:			
Título	Promoção e marketing do turismo no mercado nacional					
Iniciativa	02W0 – Realização de campanhas de promoção do turismo interno					
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil		Código: 0739			
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
83.765.500,00	79.172.500,00	54.783395,43	37.785.286,84	37.785.286,84	16.998.108,59	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
32.536.852,84	14.387.197,61	-1.237.505,96				

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação						
Código	20Y4		Tipo:			
Título	Articulação e ordenamento turístico					
Iniciativa	02W5 – Apoio a desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do sistema nacional de turismo					
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil		Código: 0741			
Programa	Turismo		Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.626.000,00	28.626.000,00	9.509.521,80	7.389.218,91	7.389.218,91		2.120.302,89
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
8.381.609,71	4.777.270,36	0,00				

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo:			
Título	Publicidade de utilidade pública					
Iniciativa	Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014					
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento. Código:					
Programa	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.243.000,00	2.243.000,00	28.404,18	28.404,18	28.404,18	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

5.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a pagar não-processados

QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 – RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS

Identificação da Ação						
Código	2658		Tipo:			
Título	Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos					
Iniciativa	02VC – Fiscalização dos serviços turísticos					
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro Código: 0737					
Programa	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
521.794,25	0,00	-430.294,25			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	2968	Tipo:			
Título	Fortalecimento do Sistema Nacional de Turismo				
Iniciativa	02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo	Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
38.443,70	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4038	Tipo:			
Título	Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional				
Iniciativa	02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Código: 0739				
Pograma	Turismo	Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.924.309,73	1.523.644,65	0,00			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4044	Tipo:			
Título	Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo				
Iniciativa	02V7 - Cadastramento das empresas, dos empreendimentos e dos profissionais do turismo				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Pograma	Turismo	Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
644.755,75	0,00	-553.255,75			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4048	Tipo:			
Título	Classificação das Empresas, Empreendimentos e Equipamentos Turísticos				
Iniciativa	02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos				
Objetivo	Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro. Código: 0737				
Pograma	Turismo	Código: 2076		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				

Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
54.443,72	0,00	-33.305,61			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4084		Tipo:		
Título	Inventário da Oferta Turística				
Iniciativa	02W6 - Apoio a realização do inventário da oferta turística				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
87.865,00	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4092		Tipo:		
Título	Apoio ao Desenvolvimento das Regiões Turísticas Brasileiras				
Iniciativa	02W4 - Apoio a gestão e desenvolvimento das regiões turísticas brasileiras				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.305.715,00	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4120		Tipo:		
Título	Cooperação Técnica Internacional em Turismo				
Iniciativa	02W8 - Incorporação de melhores práticas internacionais no setor de turismo brasileiro				
Objetivo	Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil. Código: 0741				
Pograma	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.570,00	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

Identificação da Ação					
Código	4620		Tipo: Atividade		
Título	Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno				
Iniciativa	02W1 - Realização de eventos temáticos geradores de fluxo turístico para a comercialização de roteiros, destinos e produtos				
Objetivo	Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Código: 0739				
Pograma	Turismo		Código: 2076	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.791.406,38	0,00	-1.029.950,58			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

5.3 – INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Além dos resultados descritos no item 5.2.2.1, foi monitorado no ano de 2014 um conjunto de iniciativas definido para o Plano de Ação do Ministério do Turismo, no exercício em questão. No caso da SNPTur, foram definidas 14 iniciativas, cujo monitoramento das metas, de acordo com os dados preenchidos em Sistema criado para este monitoramento, apontou: 10 metas acima de 90% de alcance (todas com mais de 100%) ; 1 meta com execução entre 60% e 90%; e 3 com execução menor de 40%.

As iniciativas com realização quantitativa acima de 90% foram: “Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatística de Turismo”; “Capacitar os gestores públicos de turismo”; “Cadastrar os prestadores de Serviços Turísticos”; “Realizar campanhas de promoção do turismo doméstico”; “Participar de eventos de promoção do turismo interno”; “Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”; “Fiscalizar os eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”; “Implementar Plano de Comunicação com o intuito de disseminação de dicas e práticas sustentáveis no turismo”; “Sensibilizar pessoas sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas no setor turismo”; “Realizar reuniões do Conselho Nacional de Turismo”. Estas iniciativas tiveram como produtos, respectivamente: “Número de estudos realizados”; “Número de cursos realizados”; “Número de novos cadastros realizados”; “Número de campanhas realizadas”; “Número de participação realizada”; “Número de eventos realizados”; “Percentual de convênios fiscalizados”; “Número de plano implementado”; “Número de pessoas sensibilizadas”; e “Número de Reuniões realizadas”.

Quanto à iniciativa com meta executada entre 60% e 90% (Apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento turístico ou posicionamento de mercado) a meta foi estabelecida considerando os resultados de convênios/contratos, que não avançaram do modo imaginado. Foi prevista a elaboração de dez planos de desenvolvimento do turismo. Cinco foram efetivamente elaborados. Outros cinco não foram executados por problemas na contratação ou por inexecução dos convenientes. Apesar do atraso, ainda há a expectativa de cumprimento, elevando a execução para 70%.

Com relação às 3 metas que estão abaixo de 40%, são elas: “1. Fiscalizar os prestadores de serviços turísticos”; “2. Classificar os empreendimentos turísticos”; e “3. Promover a oferta de produtos turísticos priorizados”. “1. Justifica-se o não cumprimento da meta proposta para a iniciativa pelas dificuldades técnicas e operacionais enfrentadas. A fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, prevista na Lei nº 11.771, desde 2008, ainda não foi implementada. Apesar de ter sido concluída a elaboração do curso, não houve a realização por constatar-se vários entraves legais e administrativos que carecem de estudos e estratégias aprofundados. São eles: a) Avaliação e celebração de parcerias com instituições públicas

fiscalizadoras; b) Diagnóstico de procedimentos fiscalizatórios de outros órgãos; c) Regulamentação das principais atividades turísticas que impactam no cadastramento e na fiscalização dos prestadores de serviços turísticos; d) Realização de parcerias interinstitucionais para dar efetividade à execução das penalidades impostas pelo MTur como, por exemplo: Tesouro Nacional, Receita Federal, Banco do Brasil; e) Desenvolvimento de sistema interno para a fiscalização; f) Previsão de receita referente às arrecadações de multas no orçamento (LOA); g) Definição de procedimentos para execução das penalidades impostas; h) Avaliação da reestruturação do órgão e da carreira de servidores e órgãos delegados; i) Desenvolvimento de instrumentos de suporte para a fiscalização (geração de GRU, parcerias, arrecadação, fiscalização integrada); e j) Readequação do curso de capacitação. Para o cumprimento da meta estabelecida, têm-se realizado estudos visando elaborar procedimentos a fim de respaldar futuras ações deste MTur, conforme observado em órgãos fiscalizadores, como Polícia Rodoviária Federal-PRF, Agência Nacional de Transporte Terrestre- ANTT, Órgãos Estaduais de Defesa do Consumidor – PROCON's. Ademais, verifica-se a possibilidade de parcerias para atuar conjuntamente com as mencionadas instituições públicas. A fim de minimizar os efeitos da ausência de fiscalização, o MTur e seus órgãos delegados continuam trabalhando no sentido de sensibilizar e alertar os prestadores de serviços turísticos quanto às exigências legais, realizando a fiscalização em caráter educativo.”; “2. Justifica-se o não cumprimento integral da meta, alcançada somente na proporção de 11,7%, pela não efetivação de ações programadas e consideradas indispensáveis para o alcance da meta. São elas: a) A não efetivação dos resultados esperados no âmbito do acordo de cooperação com o SEBRAE. Ele previa a implantação de uma solução destinada aos micro e pequenos empresários do setor hoteleiro, com o objetivo de incentiva-los e auxiliá-los na classificação de seus empreendimentos. A iniciativa foi cumprida, parcialmente, pelo SEBRAE que sensibilizou cerca de 60 empreendimentos. Porém, a classificação desses empreendimentos não foi efetivada por entraves enfrentados na gestão desse acordo; e b) A falta de ações voltadas para a divulgação do sistema ao setor hoteleiro, a exemplo a realização de campanha publicitária, devido ao contingenciamento do orçamento. Tendo em vista a frequente baixa adesão ao Sistema por parte do setor hoteleiro e obstáculos mapeados, tais como o custo de adesão, a falta de conhecimento pelo setor e a difícil operacionalização do software, optou-se por avaliar junto ao Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de hospedagem, órgão consultor do SBClass, o destino do Sistema Nacional de Classificação. ”; e “3. Justifica-se o não cumprimento da meta proposta para a iniciativa “Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados”, considerando as dificuldades técnicas e operacionais enfrentadas pelo Viaja Mais Melhor Idade, principal programa responsável pelo alcance da referida meta, as quais podemos destacar: a) A baixa adesão de novas empresas parceiras. Ainda que o Viaja Mais Melhor Idade tenha lançado um novo módulo para ofertas de meios de hospedagem, iniciando novas parcerias com entidades do setor, a mobilização das empresas associadas não foi efetiva, por falha na comunicação entre as entidades e seus associados e por falta de ações de marketing voltadas para o trade - retiradas da campanha promocional geral do Programa; b) Ainda por falta de ações voltadas para a mobilização/sensibilização do trade, as empresas já cadastradas no site, não inseriram novas ofertas, alegando falta de interesse ou restrição de pessoal para a inserção/ monitoramento das ofertas, poucas vendas dos pacotes já ofertados ou mesmo indisponibilidade de conceder novos descontos; c) A campanha publicitária prevista para a divulgação do novo módulo do Programa foi cancelada por questões estratégicas, como a mudança na gestão do Ministério do Turismo, o foco nas ações relacionadas diretamente à Copa do Mundo, além do fato de que um baixo número de ofertas no portal não justificaria os gastos de uma nova campanha de abrangência nacional. d) A impossibilidade de realização de novas ações de divulgação do VMMI até meados do mês de outubro, devido ao período eleitoral, conforme a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu artigo 73, inciso VI, alínea b, que proíbe aos agentes públicos, servidores ou não, a “publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais” nos três meses que antecedem as eleições e a Instrução Normativa nº 6, de 14 de março de 2014, que “dispõe sobre a suspensão da publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, no período eleitoral

de 2014” - fator que compromete não só as ações de mobilização do trade (novas parcerias e novas adesões), como também a comunicação com o público alvo do projeto;”

Ainda de acordo com o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, esse conjunto de iniciativas visa em última análise e impacto efetivo em 5 dimensões e indicadores de resultados para a sociedade e para o Setor, quais sejam: “Estruturar os destinos turísticos”; “Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos”; “Promover os produtos turísticos”; “Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística” e “Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social”.

5.4 – INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

QUADRO A.5.4 –INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatísticas de Turismo	Estudo Realizado	4	4	Anual	Soma absoluta dos estudos realizados
Capacitar gestores públicos de turismo	Curso realizado	1	1	Anual	Soma absoluta de cursos realizados
Apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento turístico ou de posicionamento de mercado	Plano Elaborado	10	5	Anual	Soma absoluta de planos elaborados
Apoiar ações de promoção e incentive a comercialização de produtos associados ao turismo	Município Beneficiado	12	12	Anual	Soma absoluta de municípios beneficiados
Cadastrar os prestadores de serviço turístico	Novo cadastro realizado	10.000	11.058	Anual	Soma absoluta de novos cadastros realizados
Classificar os empreendimentos turísticos	Empreendimento cadastrado	65	7	Anual	Soma absoluta de empreendimentos cadastrados
Realizar campanhas de promoção do turismo doméstico	Campanha realizada	3	3	Anual	Soma absoluta de campanhas realizadas
Participar de eventos de promoção do turismo interno	Participação realizada	5	12	Anual	Soma absoluta de eventos com participação
Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico	Evento realizado	25	25	Anual	Soma absoluta de eventos realizados
Fiscalizar os eventos de fortalecimento ao desenvolvimento	Percentual convênios	35	100	Anual	Total de eventos realizados/total de

turístico	fiscalizados				fiscalizações realizadas
Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados	Produto turístico priorizado	1.000	382	Anual	Soma absoluta de produtos ofertados
Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística	Plano implementado	1	1	Anual	Soma absoluta de planos implementados
Sensibilizar pessoas sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas no setor turismo	Pessoa sensibilizada	1.000	2.000	Anual	Soma absoluta de pessoas sensibilizadas
Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social	Reunião realizada	4	6	Anual	Soma absoluta de reuniões realizadas

GESTÃO DE FUNDOS

A UJ SNPTur não possui fundos atrelados. Não há ocorrência para o exercício.

ITEM 6 – Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

6.1 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	540006	540001	23.122.2128.2000	0,00	0,00	30.000,00
Concedidos	540006	540001	23.131.2062.4641	0,00	0,00	7.621,97
Concedidos	540006	540001	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	7.615.293,59
Concedidos	540006	540001	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	5.508.763,09
Concedidos	540006	540004	08.131.2122.4641	0,00	0,00	4.000.000,00
Concedidos	540006	540004	13.392.2027.20ZF	0,00	0,00	40.281,96
Concedidos	540006	540004	23.122.2128.2000	0,00	0,00	30.000,00
Concedidos	540006	540004	23.131.2062.4641	0,00	0,00	36.364,41
Concedidos	540006	540004	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	32.916.690,03
Concedidos	540006	540004	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	8.502.358,47
Concedidos	540006	540012	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	17.023.322,12
Concedidos	540006	540012	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	5.801.039,40
Recebidos	540001	540006	08.131.2122.4641	0,00	0,00	4.000.000,00
Recebidos	540001	540006	13.392.2027.20ZF	0,00	0,00	40.281,96
Recebidos	540001	540006	23.122.2128.2000	0,00	0,00	30.000,00
Recebidos	540001	540006	23.131.2062.4641	0,00	0,00	36.364,41
Recebidos	540001	540006	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	50.681.082,24
Recebidos	540001	540006	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	14.913.547,31
Recebidos	540004	540006	23.122.2128.2000	0,00	0,00	30.000,00
Recebidos	540004	540006	23.131.2062.4641	0,00	0,00	7.960,23
Recebidos	540004	540006	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	1.421,46
Recebidos	540004	540006	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	116.924,50
Recebidos	540012	540006	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	6.872.802,40
Recebidos	540012	540006	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	4.965.089,40
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.6.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.913.374,70	34.239.777,58	27.913.374,70	34.239.777,58
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	27.460.386,09	34.094.351,19	27.460.386,09	34.094.351,19
d) Pregão	452.988,61	145.426,39	452.988,61	145.426,39
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	13.481.131,40	8.847.084,27	13.481.131,40	8.847.084,27
h) Dispensa	6.620.621,30	7,291,498,81	6.620.621,30	7,291,498,81
i) Inexigibilidade	6.860.510,10	1.555.585,46	6.860.510,10	1.555.585,46
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	210.708,67	183.152,27	210.708,67	183.152,27
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	210.708,67	183.152,27	210.708,67	183.152,27
5. Outros	3.591.703,30	29.388.601,36	3.591.703,30	29.195.425,56
6. Total (1+2+3+4+5)	45.196.918,07	72.658.615,48	45.196.918,07	72.465.439,68

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOF

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.6.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros - PJ	44.303.334,60	53.957.994,62	33.801.435,53	36.903.425,62	10.501.899,07	17.054.569,00	33.801.435,53	36.903.426,62
Contribuições – Fundo a Fundo	10.986.469,72	25.307.939,77	3.413.455,88	3.743.265,71	7.573.013,84	21.564.674,06	3.413.455,88	3.743.265,71
Serviços de Consultoria	7.897.516,35	6.478.529,97	7.170.720,63	5.778.529,97	726.795,72	700.000,00	7.170.720,63	5.778.529,97
Demais elementos do grupo	878.380,52	1.652.832,19	813.306,03	1.652.832,19	67.074,49	0,00	813.306,03	1.652.832,19
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOF

6.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento importante no valor final da proposta orçamentária (Programação + Emendas). Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso Nacional.

Os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento levou o órgão a rever a sua forma de atuação frente às demandas do setor, inviabilizando a execução da totalidade do orçamento programado para algumas Ações inseridas no Plano Nacional de Turismo.

Não foi identificado no órgão nenhum outro evento significativo a ponto de interferir na execução orçamentária.

6.2 – DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Plano Orçamentário 0002, vinculado à Ação Orçamentária 20Y3, é destinado principalmente à realização de campanhas para promoção do turismo no mercado nacional. São campanhas que têm como objeto as ações de Publicidade e Marketing relacionadas à promoção, articulação ou ainda à comercialização de destinos e roteiros turísticos, de maneira a motivar a população brasileira a viajar pelo Brasil, aumentando o fluxo do turismo doméstico.

Quanto às tipologias de ações de publicidade, informa-se que o Ministério do Turismo realiza unicamente campanhas de utilidade pública que buscam promover os destinos e roteiros turísticos, além de informar, alertar ou ainda prevenir a população quanto às normas, informações ou leis específicas do setor turístico. Em 2014, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, contava com uma disponibilidade de verba destinada a contratos de publicidade no valor total de R\$ 40 milhões, divididos entre duas agências: Artplan Comunicação e Bees Publicidade. Os contratos com ambas as agências iniciaram-se em 06 de março de 2014 e tiveram seu término em 05 de março de 2015. Do montante total foram utilizados R\$ 37,8 milhões nesse período, tendo em vista a não obrigatoriedade de

comprimento do contrato total. Para o ano de 2014, estavam previstas a produção e veiculação de 3 campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas 5 campanhas (3 novas e 2 continuidades) e ainda a veiculação da Campanha do Bolsa-Família para o Ministério do Desenvolvimento Social. A verba foi utilizada para a realização das seguintes campanhas: Continuação da Campanha Turismo Acessível, iniciada em 2013 (publicidade de utilidade pública para divulgar o site do Turismo Acessível); Continuação da Campanha do Viaja Mais Melhor Idade, também iniciada em 2013 (programa de incentivo às viagens na terceira idade); Contra Exploração Sexual Infantil, com a produção de materiais para o carnaval e permanentes ; Campanha “Celebração” – Copa do Mundo 2014; Campanha “#PartiuBrasil - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros informando que esse é o momento e que chegou a hora de conhecer o seu país, convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico, estimular para se ter experiências inesquecíveis. Campanha Bolsa Família, com transferência de recurso do Ministério de Desenvolvimento Social para sua execução.

QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	23.695.2076.20Y3.0001	37.817.607,14	27.636.562,39
Legal	-	0,0	0,00
Mercadológica	-	0,00	0,00
Utilidade pública	23.131.2062.4641.0001	28.404,18	28.404,18

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

6.4 – MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS E EXERCICIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	39.678.070,42	17.741.294,55	-1.295.203,38	20.641.572,49
2012	4.625.360,94	1.523.070,09	-1.646.806,19	1.455.484,66
2011	1.947.616,25	574,56	0,00	1.947.041,69
2010	1.635.659,67	0,00	-400.000,00	1.235.659,67
2007	166.666,67	0,00	0,00	166.666,67
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	193.175,80	193.175,80	0,0	0,00
2010	9.323.942,88	0,00	-3.346.794,79	5.977.148,09
2009	370.766,00	0,00	-100.000,00	270.766,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

6.4.1 Análise Crítica

Relativamente à política de gestão de restos a pagar adotada por todo o Ministério do Turismo, observa-se a intenção em reduzir o saldo, por meio da reanálise dos objetos e também pelo pagamento dos projetos aptos a tal. Como mostra o quadro, de um total de R\$ 48 milhões em Restos a Pagar existentes no começo do ano, sobraram R\$ 25,4 milhões (cerca de 53% do montante inicial). Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2014 atendem aos requisitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86.

6.5 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.6.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação-Geral de Convênios									
CNPJ:				UG/GESTÃO: 540012					
Informações sobre as Transferências									
Mod alida de	Nº do instrum ento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contraparti da	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	600366	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	-	-			14/12/2007	09/09/2015	1
1	701072	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	18.500.000,00	1.850.000,00		9.135.160,38	12/12/2008	30/03/2015	1
1	702534	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	2.354.747,00	235.474,70		973.090,77	29/12/2008	17/05/2015	1
1	702621	DEPARTAMENT O DE ESTRADAS DE RODAGEM RIO GRANDE DO NORTE	18.909.074,00	1.890.908,00		5.856.343,34	30/12/2008	25/02/2015	1
1	703462	MUNICIPIO DE OLINDA	19.900.000,00	796.000,00	5.492.636,05	19.104.000,00	02/10/2009	17/07/2015	1
1	715526	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	5.440.000,00	440.000,00	1.478.210,43	4.891.210,43	27/11/2009	01/01/2015	1
1	715529	MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	5.440.000,00	440.000,00	809.375,00	2.306.375,00	27/11/2009	30/12/2015	1
1	721214	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	278.606,97	27.860,70		250.746,27	14/12/2009	10/07/2015	1
1	722946	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	250.000,00	20.000,00		230.000,00	23/12/2009	12/09/2015	1
1	726006	SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PIAUI	316.557,60	63.311,52		253.246,07	30/12/2009	02/02/2015	1
1	727028	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	1.200.000,00	96.000,00		404.000,00	24/12/2009	29/11/2015	1
1	728396	LIMOEIRO PREFEITURA	3.125.000,00	125.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	30/12/2009	30/06/2015	1

1	728549	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FORTALEZA	10.500.000,00	500.000,00		5.000.000,00	30/12/2009	14/07/2015	1
1	730528	BARRA DE SAO MIGUEL PREFEITURA	8.163.000,00	164.000,00		7.000.000,00	31/12/2009	20/03/2015	1
1	731328	MATA DE SAO JOAO PREFEITURA	5.103.000,00	103.000,00		2.000.000,00	31/12/2009	29/03/2015	1
1	736404	PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE EMBU DAS ARTES	8.700.000,00	700.000,00		3.691.204,00	11/06/2010	23/02/2015	1
1	740418	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	2.228.000,00	222.800,00		601.560,00	24/06/2010	08/06/2015	1
1	740443	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	11.111.112,00	1.111.112,00	6.000.000,00	10.000.000,00	01/07/2010	31/08/2015	1
1	741702	FUNDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANIZACAO	24.756.004,55	3.109.654,98	2.000.000,00	5.000.000,00	30/06/2010	04/02/2015	1
1	741706	FUNDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANIZACAO	3.356.000,00	349.201,57	753.399,43	1.753.399,43	29/06/2010	23/11/2015	1
1	744690	BARRA DE SAO MIGUEL PREFEITURA	8.673.469,39	173.469,39		4.000.000,00	24/12/2010	26/07/2015	1
1	745360	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	1.533.570,00	122.685,60		700.000,00	01/07/2010	11/10/2015	1
1	745376	MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE	1.515.905,00	121.272,40		700.000,00	01/07/2010	10/08/2015	1
1	753509	MATA DE SAO JOAO PREFEITURA	18.400.000,00	400.000,00		-	31/12/2010	29/03/2015	1
1	754044	SECRETARIA DE TURISMO SETUR	599.900,00	59.990,00	239.910,00	539.910,00	31/12/2010	24/01/2015	1
1	764830	NITEROI - EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - NELTUR	390.000,00	40.000,00		350.000,00	26/12/2011	09/05/2015	1
1	767430	MUNICIPIO DE GUARULHOS	2.220.944,44	222.094,44		1.998.850,00	30/12/2011	15/06/2015	1
1	767763	PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTANCIA DE SOCORRO	618.675,00	30.000,00		294.275,00	30/12/2011	27/06/2015	1
1	773859	PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE EMBU DAS ARTES	2.174.000,00	174.000,00	600.000,00	2.000.000,00	09/11/2012	26/03/2015	1
1	774203	GOIAS TURISMO - AGENCIA GOIANA DE TURISMO	794.839,00	79.483,90		357.677,55	27/12/2012	18/10/2015	1
1	774760	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO	450.000,00	22.500,00		213.750,00	27/12/2012	16/11/2015	1
1	774762	SECRETARIA DO TURISMO	354.415,00	35.715,00		176.934,00	27/12/2012	20/06/2015	1
1	774851	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	1.374.400,00	137.440,00		-	30/11/2012	30/01/2015	1

1	775335	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	393.863,00	39.386,30		354.476,70	30/11/2012	02/02/2015	1
1	775690	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	1.238.345,00	123.834,50		-	05/12/2012	25/01/2015	1
1	776512	GOIAS TURISMO - AGENCIA GOIANA DE TURISMO	498.866,36	49.886,64		210.303,00	27/12/2012	21/12/2015	1
1	776515	SECRETARIA DE TURISMO	1.997.765,25	102.383,36	490.917,39	1.895.381,89	27/12/2012	31/05/2015	1
1	778255	COMPANHIA PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO - CPETUR	419.451,10	41.945,11		377.505,99	27/12/2012	31/03/2015	1
1	778536	EMPRESA POTIGUAR DE PROMOCAO TURISTICA S/A - EMPROTUR	268.852,40	24.852,40		244.000,00	26/12/2012	30/06/2015	1
1	786493	NOVA TRENTO PREFEITURA	103.000,00	3.000,00		100.000,00	14/10/2013	14/04/2015	1
1	786512	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANCA	115.614,00	5.000,00		110.614,00	11/12/2013	17/04/2015	1
1	786515	SANTA CRUZ PREFEITURA	116.090,00	3.490,00		112.600,00	21/10/2013	30/01/2015	1
1	788324	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO SA	700.000,00	35.000,00	558.250,00	558.250,00	10/12/2013	25/05/2015	1
1	791193	MUNICIPIO DE FOZ DO IGUACU	704.800,00	60.000,00		-	13/12/2013	10/06/2015	1
1	792264	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	326.256,00	32.625,60		293.630,40	24/12/2013	31/03/2015	1
1	792306	SECRETARIA DO TURISMO	624.690,43	62.469,43		562.221,00	31/12/2013	24/03/2015	1
1	792313	EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO - AMAZONASTUR	703.247,56	37.686,48		665.561,08	31/12/2013	25/03/2015	1
1	792327	PARANA TURISMO	916.834,80	91.683,48		825.151,32	27/12/2013	01/06/2015	1
1	792501	SECRETARIA DE TURISMO	606.842,33	60.684,23		546.158,10	30/12/2013	31/08/2015	1
1	792641	FUNDACAO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL	818.694,89	83.000,00		735.694,89	30/12/2013	12/03/2015	1
1	793019	MUNICIPIO DE SAO LUIS	1.466.820,20	58.672,81		1.408.147,39	30/12/2013	31/05/2015	1
1	793046	EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE B HORIZONTE SA BELOTUR	407.102,79	32.568,22		374.534,57	27/12/2013	30/07/2015	1
1	793235	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	430.066,00	43.006,60		387.059,40	27/12/2013	02/06/2015	1
1	793254	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS	934.000,00	80.000,00		-	20/12/2013	23/05/2015	1
1	793256	MUNICIPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	946.269,00	46.269,00		-	16/12/2013	10/07/2015	1
1	793544	CAMARAGIBE PREFEITURA	869.600,00	69.600,00		-	20/12/2013	26/03/2015	1
1	794248	NITEROI - EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A -	980.000,00	78.400,00	200.000,00	901.600,00	23/12/2013	15/05/2015	1

		NELTUR							
1	794321	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA	232.000,00	23.200,00	104.400,00	104.400,00	27/12/2013	21/12/2015	1
1	794328	MUNICÍPIO DE NATAL	278.106,00	27.810,60	137.662,47	137.662,47	27/12/2013	16/12/2015	1
1	794633	SECRETARIA DE TURISMO	1.288.000,00	100.000,00		-	20/12/2013	08/07/2015	1
1	794982	SECRETARIA DE TURISMO	875.420,00	43.771,00		-	24/12/2013	28/06/2015	1
1	794983	SECRETARIA DE TURISMO	513.248,00	25.748,00		-	24/12/2013	14/06/2015	1
1	794984	MARINGÁ PREFEITURA	500.041,50	60.041,50		-	30/12/2013	13/06/2015	1
1	794986	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	457.800,00	45.780,00		-	23/12/2013	02/05/2015	1
1	794987	MUNICÍPIO DE CARAVELAS	949.500,00	49.500,00	450.000,00	450.000,00	23/12/2013	29/05/2015	1
1	795203	COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO	304.715,00	30.471,50		274.243,50	27/12/2013	30/03/2015	1
1	797587	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR	264.769,00	13.238,45		251.530,55	27/12/2013	11/05/2015	1
1	802532	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU	174.100,00	400,00		-	31/07/2014	06/03/2015	1
1	802534	MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE PADUA	642.275,00	11.305,00	630.970,00	630.970,00	10/06/2014	08/02/2015	1
1	802535	MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA	109.200,00	9.200,00	100.000,00	100.000,00	01/11/2014	18/04/2015	1
1	804841	MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES	1.575.000,00	75.000,00		-	03/12/2014	16/11/2015	1
1	806434	MUNICÍPIO DE LAGES	301.174,00	7.150,00	294.024,00	294.024,00	29/10/2014	31/01/2015	1
1	806809	MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ	100.005,00	2.205,00	97.800,00	97.800,00	05/11/2014	20/01/2015	1
1	809895	MUNICÍPIO DE CURITIBA	543.478,26	43.478,26		-	18/12/2014	29/10/2015	1
1	811216	MUNICÍPIO DE PAÍNS	101.900,00	3.900,00	98.000,00	98.000,00	28/10/2014	16/01/2015	1
1	811742	MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PREFEITURA MUNICIPAL	264.134,25	670,33	177.193,40	177.193,40	11/11/2014	08/02/2015	1
1	811940	MUNICÍPIO DE SANTA LUCIA	103.100,00	3.100,00	100.000,00	100.000,00	29/10/2014	02/02/2015	1
1	812098	MUNICÍPIO DE SAPIRANGA	209.548,00	9.548,00		200.000,00	15/11/2014	22/03/2015	1
1	812099	MUNICÍPIO DE SAPIRANGA	103.325,00	3.325,00		100.000,00	17/11/2014	16/03/2015	1
1	812249	MUNICÍPIO DE BONITO - MS	304.000,00	4.000,00	300.000,00	300.000,00	16/11/2014	30/01/2015	1
1	812251	MUNICÍPIO DE URUSSANGA	101.870,00	101,87	101.768,13	101.768,13	14/11/2014	26/01/2015	1
1	813101	GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO	612.185,00	12.243,70		-	09/12/2014	26/06/2016	1
1	813102	JACINTO MACHADO PREFEITURA	184.455,00	1.844,55		-	09/12/2014	24/06/2016	1
1	813129	MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE	564.631,00	6.000,00		-	09/12/2014	03/06/2016	1
1	813131	PREFEITURA MUNICIPAL DE	419.244,40	12.577,33		-	09/12/2014	30/06/2016	1

		SANTO AMARO DO MARANHÃO							
1	813132	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO MATO DENTRO	576.639,03	6.000,00		-	29/12/2014	29/04/2016	1
1	813162	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO PILAR	291.417,00	8.487,00		-	16/12/2014	31/03/2016	1
1	813164	MUNICIPIO DE GOIAS	102.600,00	2.600,00	100.000,00	100.000,00	05/12/2014	01/02/2015	1
1	813166	MUNICIPIO DE PATY DO ALFERES	425.330,00	500,00		-	30/12/2014	20/04/2015	1
1	813170	MUNICIPIO DE VICOSA DO CEARA/PREFEITURA MUNICIPAL	194.280,00	4.000,00		-	24/12/2014	24/06/2016	1
1	813892	ITAGUARU PREFEITURA MUNICIPAL	141.500,00	1.500,00	140.000,00	140.000,00	16/12/2014	31/01/2015	1
1	814261	MUNICIPIO DE PAULISTA	562.000,00	2.000,00		-	30/12/2014	20/03/2015	1
1	814370	MUNICIPIO DO RECIFE	2.150.600,00	150.600,00		-	22/12/2014	20/12/2016	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Reapassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação-Geral de Convênios					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	540012					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Reapassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	35	79	94	R\$ 31.507.663,35	R\$ 18.265.326,43	R\$ 134.793.275,23
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						

Termo de Compromisso						
Totais	35	79	94	R\$ 31.507.663,35	R\$ 18.265.326,43	R\$ 134.793.275,23

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIOS, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATO DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Coordenação-Geral de Convênios				
CNPJ:		UG/GESTÃO: 540012		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014 ¹	Contas Prestadas	Quantidade	76	
		Montante Repassado	29.619.839,32	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	77	
		Montante Repassado	32.228.380,56	
2013 ¹	Contas Prestadas	Quantidade	236	
		Montante Repassado	128.704.055,80	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	185	
		Montante Repassado	394.532.188,88	
2012 ²	Contas Prestadas	Quantidade	81	
		Montante Repassado	57.613.461,68	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	136	
		Montante Repassado	155.524.170,13	
Anteriores a 2012 ²	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	76	
		Montante Repassado	442.522.989,53	

Fonte: 1 – SIAFI Gerencial; e 2 – Relatório de Gestão/Base 2012

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Posição
31/12/14
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Convênios					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 540012		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas ¹			76	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido ⁴	Contas Analisadas (759) ⁵	Quantidade Aprovada	118	
			Quantidade Reprovada	440	
			Quantidade de TCE	648	
			Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1.709		
		Montante Repassado (R\$)	668.825.824,04		
	Com Prazo de Análise Vencido ⁴	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
Montante Repassado (R\$)			-		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-		
		Montante Repassado (R\$)	-		
2013¹	Quantidade de contas prestadas			236	
	Contas Analisadas (1.554) ³	Quantidade Aprovada	206		
		Quantidade Reprovada	461		
		Quantidade de TCE	512		
		Montante repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas ³	Quantidade	2.753		
Montante repassado (R\$)		-			
2012²	Quantidade de Contas Prestadas			196	
	Contas analisadas (99)	Quantidade Aprovada	21		
		Quantidade Reprovada	41		
		Quantidade de TCE	20		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	107		
Montante Repassado		-			
Exercício Anterior a 2012²	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1.518		
		Montante Repassado	468.224.714,32		

Fonte: 1 – SIAFI Gerencial ; 2 – Relatório de Gestão/Base 2012; 3 – Situação CGCV/Controles internos; 4 – Controles internos não ajustados para fornecer a informação; 5 – Informação pelo total CGCV/PGTur

6.5.5 Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplentes:

O acompanhamento do recebimento das prestações de contas compete às áreas finalísticas responsáveis pelos convênios, entretanto, para sanear as inadimplências relativas dívidas de reprovação de prestação de contas, o Ministério, mediante Portaria, autorizou o parcelamento das devoluções financeiras.

- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Intensificação de exigências para a recepção, aprovação de proposta e consequente celebração de convênios, especialmente no tocante aos convênios com entidade privadas sem fins lucrativos, diminuindo, assim, a quantidade de convênios firmados.

- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

ITEM 7 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício**	Egressos no Exercício **
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	61	23	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	61	23	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	56	20 ****	10 ****
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	5	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	40*	27	7	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	40	88	30 ***	32 ***

Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério do Turismo

(*) As vagas para provimento dos cargos em comissão de servidores sem Vínculo com a Administração Pública são autorizadas pelo Decreto nº 8.102 de 6/9/2013 DOU 9/9/2013.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos no exercício não estão sendo considerados os servidores efetivos que porventura tenha sido nomeados e/ou exonerados dos cargos em comissão na UJ.

(***) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

(****) Para fins de Ingresso, foram consideradas eventuais reconduções; e para fins de Egressos, foram consideradas eventuais licenças para tratar de interesses particulares

QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

QUADRO A.7.1.1.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - GABINETE DA SNPTUR

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	0	3
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	3
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2		2
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado			0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório			0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1
2. Servidores com Contratos Temporários			0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	2	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	3	6

QUADRO A.7.1.1.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	2	3
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	2	3
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	2
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	4	4

QUADRO A.7.1.1.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE PROJETOS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	0	6
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	6
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2	4	6
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	6	8

QUADRO A.7.1.1.2.4 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	1	1
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1	1
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1	1
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	3	3

QUADRO A.7.1.1.2.5 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CONVÊNIOS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	0	4
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0	4
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	4	4
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	6	6

QUADRO A.7.1.1.2.6 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	1	1
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1	1
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1	1
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	3	3

QUADRO A.7.1.1.2.7 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	7	7
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	7	7
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		6	6
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	1
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		4	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	11	11

QUADRO A.7.1.1.2.8 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE PRODUTOS E DESTINOS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	1	27	28
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	27	28
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	25	26
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado			0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório			0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	2
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	6	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	33	35

QUADRO A.7.1.1.2.9 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA - DEPARTAMENTO DE MARKETING NACIONAL

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva		Total por Setor
	Área Meio	Área Fim	
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	9	9
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	9	9
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	9	9
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	6	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	15	15

QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício**	Egressos no Exercício**
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	40	14	14
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	40	14	14
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	8	4	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	5	3	2
1.2.4. Sem Vínculo	40	27	7	6
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas*	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	40	14	14

Fonte:

(*) Não foram consideradas as funções comissionadas técnicas

(**) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

Análise Crítica

A partir de julho/2014, com o ingresso de novos servidores de nível superior aprovados no concurso público de 2013 foi possível substituir somente os profissionais especializados que saíram do MTur em função do término de seus contratos temporários, porém este quantitativo não supre a necessidade de pessoal desta Unidade Jurisdicionada.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Em 2014, as ações de capacitação nas demais unidades da SNPTur para desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores foram desenvolvidas seguindo o Plano Anual de Capacitação, elaborado por meio de Levantamento de Necessidade de Capacitação realizado com as chefias das áreas.

É importante destacar que em 2014 ocorreu o ingresso de 52 novos servidores de nível superior que realizaram curso de formação no seu ingresso, com conteúdos específicos para o desempenho de suas atividades no MTur (introdução sobre o MTur, ética no serviço público, noções de administração pública, redação oficial, elaboração de projetos, noções de licitação, orçamento e finanças públicas, convênios).

No quadro abaixo estão citados os cursos e treinamentos ofertados à força de trabalho no decorrer do exercício de 2014.

Nº	CURSOS REALIZADOS PELA UJ: SNPTur*	Servidor Efetivo de Nível		Servidor em exercício Descentra lizado	Servidor requisitado de outro órgão/esfera	Servidor sem vínculo	TOTAL
		Médio	Superior				
1	Construindo Novos Valores de Cidadania e Sustentabilidade		1			1	2
2	Curso de Comunicação e Criatividade	3	7			5	14
3	Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Novos Servidores 2014	1	11				12
4	Curso de PAD		1				1
5	Curso de Plano de Marketing					1	1
6	Curso Gestor Público: Desafios da Execução e do Controle					1	1
7	Curso Jurisprudência de Convênios - Visão do TCU		1				1
8	Elaboração de Pareceres e Relatórios Técnicos	3	1				4
9	Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	1				1	2
10	Estatística IBM SPSS		1				2
11	Introdução IBM SPSS		1				1
12	Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	1	1				2
13	Líderes Criativos/Empresas Inovadoras					1	1
14	O Processo Criativo	1	1				4
15	Orçamento Público	1					3
16	Siafi Gerencial	3	1				5
17	Siafi Operacional	2				1	1
18	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos		1				1
19	Tomada de Contas Especial	3	1			1	2
Total Geral		19	29	0	0	12	61

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	1.302.232,71	0,00	1.413.005,14	69.916,90	11.584,74	335.692,80	77.635,22	0,00	0,00	3.210.067,51
	2013	1.238.146,62	0,00	1.443.595,39	82.132,72	14.443,18	397.002,57	55.469,08	0,00	0,00	3.242.743,36
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	286.249,05	0,00	22.336,68	6.467,01	14.301,55	43.421,26	5.545,19	0,00	0,00	378.320,74
	2013	362.480,87	0,00	63.179,36	7.519,15	21.260,64	4.984,79	1.492,50	0,00	0,00	460.917,31
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	1.586.879,31	0,00	142.548,56	38.574,31	29.358,06	281.486,06	20.249,76	0,00	0,00	2.099.096,06
	2013	1.393.157,69	0,00	123.186,82	75.822,66	2.576,82	177.827,53	50.560,87	30.856,15	0,00	1.853.988,54
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	6.734,69	0,00	0,00	1.813,11	0,00	1.623,30	0,00	0,00	0,00	10.171,10
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	501.241,67	0,00	46.527,49	11.973,30	86.651,68	35.890,12	0,00	0,00	0,00	682.284,26
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW= SIAPE

7.2 – CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E ESTAGIÁRIOS

7.2.4 Contratação de Estagiários

QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	39	34	38	38	283.532,26
1.1 Área Fim	15	12	14	15	110.767,41
1.2 Área Meio	24	22	24	23	172.764,85
2. Nível Médio	16	20	16	23	94.202,79
2.1 Área Fim	9	12	9	15	56.594,43
2.2 Área Meio	7	8	7	8	37.608,36
3. Total (1+2)	55	45	54	61	377.735,05

Análise Crítica

- O cadastro, recrutamento e a contratação de estagiários são operacionalizados por meio do Agente de Integração INTITUTO BLAISE PASCAL, ficando a cargo do Ministério do Turismo o processo de seleção de estagiários, o acompanhamento das atividades desenvolvidas, controle de frequência, pagamento e demais atividades relacionadas ao estágio. Quanto a distribuição de estagiários entre as áreas meio e fim do órgão, os resultados são positivos, já que o MTur possui em seus quadros estudantes cuja formação possui afinidade com a respectiva atribuição de cada setor. - Este quadro analisa a contratação dos estagiários como um todo no Ministério do Turismo, já que não é relevante a contratação apenas para a UJ em questão.

ITEM 8 – GESTÃO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

8.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação que regula o Ministério do Turismo é a Instrução Normativa Secretaria Executiva/Ministério do Turismo 01/2013 .

8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Cumpra as necessidades inerentes de transportes de Pessoas e Cargas para o Ministério do Turismo.

8.1.3 – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

QUADRO A.8.1.3 – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Tipo	Carro	Marca	Placa	
Veículos de representação	Ômega CD	General Motors	JFP6545	
	Fusion V6	Ford	JJL1450	
<i>Subtotal</i>				02
Veículos de transporte institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	
	Vectra	General Motors	JFO2829	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	
<i>Subtotal</i>				09

Veículos de serviços comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	
<i>Subtotal</i>				<i>08</i>
Total de veículos MTur				19

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

8.1.4 – Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

QUADRO A.8.1.4 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS

Tipo	Quilometragem Somatória
Veículos de representação	22.480
Veículos de transporte institucional	151.746
Veículos de serviços comuns	140.135
Total de quilometragem	314.361
Média de quilometragem	16.545

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

8.1.5 – Idade média da frota, por grupo de veículos

QUADRO A.8.1.5 – IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

Tipo	Carro	Marca	Placa	Ano Fabricação	Anos
Veículos de representação	Ômega CD	General Motors	JFP6545	2003	12
	Fusion V6	Ford	JJL1450	2012	3
<i>Subtotal mediano</i>					<i>7,5</i>
Veículos de transporte institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	2007	8
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	2007	8
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	2007	8
	Vectra	General Motors	JFO2829	1997	15
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	2012	3
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	2012	3
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	2012	3
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	2012	3
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	2012	3
<i>Subtotal mediano</i>					<i>6</i>
Veículos de serviços comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	2013	2
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	2013	2
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	2013	2
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	2013	2
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	2013	2
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	2013	2
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	2007	8
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	2010	5
<i>Subtotal mediano</i>					<i>3,12</i>
Idade média da frota					4,95

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

8.1.6 – Custos associados à manutenção da frota

QUADRO A.8.1.3 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA

FROTA MTur	VALOR EM PEÇAS (R\$)	VALOR EM SERVIÇOS (R\$)
	42.373,89	17.235,19
TOTAL GERAL: 59.609,07		

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

* O único veículo que possui Placa de Bronze é o Fusion V6 (placa JLL1450).

8.1.7 Plano de substituição da frota

Não há planos de substituição, uma vez que a frota foi renovada em 2012.

8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A principal razão da escolha foi para redução de custos.

8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Dispomos da Plataforma de Gestão do Turismo - o PGTur. Esse mesmo sistema controlam as solicitações, quilometragem, combustível e manutenção.

8.2 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: Faz-se uso de 02 andares (2º e 3º), Localizados no EMI, Bloco U.		
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior		NÃO SE APLICA	
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

8.3 – BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	01	01
	BRASÍLIA	01	01
	Obs.: Faz-se uso de 03 andares (10º, 11º e 12º), Localizados no Shopping ID.		
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior		NÃO SE APLICA	
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

ITEM 9 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Em 2014, a Coordenação-Geral de TI, realizou diversos trabalhos, sendo importante destacar a conclusão dos projetos de elaboração do Catálogo de Serviços de TI, o Plano de Conformidade Legal de TI – Fase 1, a aplicação de Georreferenciamento de Obras de Infraestrutura Turística (GIT), a Nova Intranet Corporativa, o Sistema de Cadastro de Instituições de Ensino Superior, o Portal e Aplicativo Guia Turismo Acessível, o qual alcançou o 2º lugar da categoria Projetos Web – Governamentais, do Prêmio Nacional de Acessibilidade na Web promovido pelo W3C Escritório Brasil e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A fim proporcionar autonomia estratégica em sua infraestrutura tecnológica, assegurando ainda conformidade ao disposto no Decreto nº 8.135/2013, a CGTI executou, nas instalações do próprio MTur, o projeto de implantação do Centro de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, adquirindo Sala-Cofre, Ativos de Rede, Sistema de Armazenamento de Dados (Storage), Sistema de Backup e Recovery, Firewall e Servidores, entre outras soluções de TI. Concluiu ainda a atualização de Software Estatístico para uso do Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPES), além da atualização e ampliação da Central Telefonia VoIP do MTur.

Foram iniciados também importantes projetos como a elaboração do PDTI 2015/2016, contemplando o levantamento das demandas das áreas de negócio; o Novo Portal Institucional, em consonância às normas da SECOM/PR; ações para implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); além do Programa de implantação dos processos de gerenciamento de serviços de TI em conformidade com a Biblioteca ITIL.

Ainda, é válido mencionar a avaliação do nível de maturidade em governança de TI, na qual a CGTI utiliza a metodologia do SISP e conceitos do COBIT 4.1 para realizar a sua avaliação. Assim, considerando o estabelecido no Plano Estratégico de TI (PETI), cuja meta é até 2015 alcançar a média de maturidade nível 3 (Processos Definidos) nos 10 processos prioritários de TI, destaca-se, por fim, o contínuo amadurecimento dos processos de governança e gestão de TI, visto que tal média em 2012 que era 1,25, subiu em 2013 para 1,97, alcançou em 2014 a média 2,27, mantendo o rumo à meta e permitindo a entrega cada vez mais de melhores produtos e serviços de TI.

QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do contrato	Objeto	Vigência	Fornecedor		Custo	Valores desembolsados em 2014
			CNPJ	Denominação		
Nº046/2008	Central de Atendimento e Serviços	30/12/2013 a 10/12/2014	24.935.454/0001-12	Tellus S/A Informática e Telecomunicações	R\$ 4.856.290,56	R\$ 4.490.017,05
Nº022/2010	Assessoria Técnica, Sustentação de Produtos e Serviços de TI.	02/12/2014 a 01/12/2015	01.644.731/0001-32	CTIS Tecnologia S/A	R\$ 12.923.126,25	R\$ 10.174.496,42
Nº 016/2012	Prestação de serviços de hospedagem externa de equipamentos servidores, ativos de rede e sistemas nas modalidades <i>colocation</i> gerenciado e <i>hosting</i> , com monitoramento, gerenciamento e segurança física e lógica.	28/09/2013 a 27/09/2014	21.246.699/0031-60	Algar Tecnologia e Consultoria S/A	R\$ 1.786.569,60	R\$ 1.723.649,20
Nº 022/2012	Links INFOVIA	29/12/2013 a 21/08/2014	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	R\$ 509.400,00	R\$ 165.555,00
Nº033/2012	Fornecimento de soluções automatizadas de backup e cartuchos de fita magnética Ultrium padrão LTO-5.	Suporte Técnico on-site durante a garantia (60 meses) a contar da emissão do TRD*(31/01/2013), até 31/01/2018	32.578.387/0001-54	Unitech Rio Comércio e Serviços Ltda	R\$ 122.100,00	R\$ 3.160,02
Nº010/2013	Cessão de direito de uso de licenças de softwares da plataforma Microsoft.	28/05/2014 a 27/05/2015	00.710.799/0001-00	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	R\$ 1.775.000,00	R\$ 1.775.000,00
Nº011/2013	Prestação de serviços de telecomunicações com fornecimento de circuito de comunicação de dados ponto a ponto e de acesso dedicado à Internet.	28/05/2013 a 27/05/2014	33.530.486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A Embratel	R\$ 133.798,05	R\$ 67.858,51

Nº012/2013	Prestação de serviços de telecomunicações com fornecimento de circuito de comunicação de dados ponto a ponto e de acesso dedicado à internet.	28/05/2014 a 27/05/2015	04.622.116/0001-13	Algar Multimídia S/A.	R\$ 165.100,00	R\$ 168.516,73
Nº025/2013	Fornecimento de ambiente segura e de alta disponibilidade para a infraestrutura central de tecnologia da informação do MTur - Sala Cofre	31/12/2013 a 30/12/2014	43.209.436/0001-06	ACECO TI S/A	R\$ 3.560.100,00	R\$ 3.560.100,00
Nº032/2013	Fornecimento de equipamento de firewall do tipo Appliance incluindo a atualização tecnológica, suporte técnico e garantia.	Data Assinatura: 30/12/2013. Vigorará até a emissão do TRD* do equipamento (17/02/2014). Suporte Técnico e Garantia será de 36 meses contados do TRD* (até 17/02/2017). Atualização tecnológica será durante a garantia.	03.017.428/0001-35	NCT Informática Ltda.	R\$ 313.750,00	R\$ 313.750,00
Nº034/2013	Atualização e licenciamento de antivírus e software de backup, para versão comercial mais recente à época do fornecimento, incluindo suporte técnico e direito de atualização de versão durante o período de vigência do contrato.	31/12/2013 a 30/12/2014	02.277.205/0001-44	Vert Soluções em Informática Ltda.	R\$ 1.704.288,00	R\$ 1.632.864,45
Nº002/2014	Aquisição de ativos de rede abrangendo a instalação e a garantia on-site.	Data Assinatura: 08/01/2014. Vigorará até a emissão do TRD* do objeto(08/05/2014). Suporte Técnico e Garantia será de 36 meses contados do TRD*.	04.610.386/0001-04	Work Link Informática Ltda.	R\$ 3.027.336,00	R\$ 3.027.336,00

Nº016/2014	Fornecimento de Solução de Telefonia VoIP.	Data Assinatura: 16/06/2014. Vigorará até a emissão do TRD* do objeto. Os serviços de suporte técnico (cujo valor é R\$ 88.739,64 - Anual) poderão ser prorrogados.	67.071.001/0003-60	Unify - Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	R\$ 536.540,00	R\$ -
Nº020/2014	Aquisição de 17(dezessete) equipamentos servidores, incluindo serviços de instalação e configuração, com garantia técnica de 48 meses.	Data Assinatura: 28/07/2014. Vigência de 180 dias a contar da data da assinatura (até 23/01/2015). Garantia de 48 meses.	61.797.924/0001-55	HP-Hewlett Packard Brasil Ltda.	R\$ 626.223,90	R\$ 626.223,90
Nº021/2014	Aquisição de 10(dez) licenças Adobe Creative Suite Master Collection para Windows.	Data Assinatura: 01/09/2014. Garantia solidária com o fabricante sem ônus adicional pelo período de 90 dias.	04.198.254/0001-17	MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	R\$ 69.990,00	R\$ 69.990,00
Nº022/2014	Aquisição de solução de armazenamento de dados com garantia, suporte e manutenção da solução, incluindo serviço de instalação e configuração - STORAGE.	28/07/2014 a 27/07/2015. Os serviços de suporte técnico e garantia (cujo valor é R\$ 66.000,00 - Anual) poderão ser prorrogados. Garantia será de 48 meses, a contar do TRD(de 12/09/2014 até 12/09/2018)	09.053.350/0001-90	Niva Tecnologia da Informação Ltda-ME	R\$ 2.166.000,00	R\$ 2.100.000,00
Nº023/2014	Provimento de informações do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, por meio de acesso ao serviço via Web-InfoConv	28/07/2014 a 27/07/2015	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	R\$ 6.000,00	R\$ 500,00
Nº027/2014	Links INFOVIA	22/08/2014 a 21/08/2015	33.683.111/0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	R\$ 417.600,00	R\$ 102.799,00

N°035/2014	Prestação de serviços de gestão, operação, administração, projeto, implementação, implantação, treinamento, suporte técnico e operacional aos servidores e colaboradores da instituição, atendimento a turistas e cidadãos em geral, através de atendimento receptivo e ativo da Central de Atendimento do Ministério do Turismo – MTur nas formas eletrônicas e humana, assim como serviços especializados por demanda	11/12/2014 a 10/12/2015	24.935.454/0001-12	Tellus S/A Informática e Telecomunicações	R\$ 9.286.717,44	R\$ -
					R\$ 43.985.929,80	R\$ 30.001.816,28

ITEM 10 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	<i>Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?</i>		X
2.	<i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?</i>	X	
3.	<i>As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?</i>		X
4.	<i>A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.</i>		X
5.	<i>A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?</i>		X
6.	<i>O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?</i>		X
7.	<i>O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?</i>		X
	<i>Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.</i>		
8.	<i>Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?</i>		X
	<i>Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.</i>		
Considerações Gerais			
<p><i>Com referência ao item 2. O Ministério do Turismo mantém parceira com o Ministério de Minas e Energia, num acordo de partilha dos resíduos reciclados descartado tendo sido selecionados as seguintes cooperativa/associações:</i></p> <p><i>1 – ACOPLANO – Associação de Catadores de Papeis do Plano Piloto;</i></p> <p><i>2 – RECICLABRASÍLIA – Associação dos Catadores de Recicláveis do DISTRITO FEDERAL;</i></p> <p><i>3 – RECICLO – Cooperativa de coleta seletiva de materiais recicláveis e resíduos sólidos; e</i></p> <p><i>4 – RECICLE A VIDA – Associação Recicle a vida.</i></p>			

ITEM 11 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 – TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ARCÓDÃO DO TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	000.222/2014-3	891/2014-TCU-Plenário	1.6.1	DE	Ofício 0285-2014-TCU-SecexDesen
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério do Turismo					72084
Descrição da Deliberação					
1.6.1. determinar ao Ministério do Turismo, que, no prazo de 60 (sessenta dias) dias, a contar da ciência, encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento), o cronograma previsto para obter a estimativa de demanda de hospedagem para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, de modo a possibilitar um confronto com os dados levantados de oferta atual e futura de hospedagem, incluindo, no documento, os dados apresentados sobre a previsão dos investimentos com os prazos de início e conclusão, bem como de outras linhas de crédito eventualmente abertas com esse objetivo, além do Programa ProCopa do BNDES					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº 828/2014/AECI/MTur e Memorandos nº 059/2014/DFPIT/SNPDTur, 99/2014/DEPES/SNPTur/MTur e 120/2014/CGCI/DEPROD/SNPTur/MTur Permanentemente o Ministério do Turismo acompanha a estrutura de demanda referente ao turismo internacional. Para tanto é realizada anualmente a pesquisa de Demanda Turística Internacional e o acompanhamento do fluxo de entrada de turistas não residentes, que são passados pela Polícia Federal. Estamos nos preparando para a partir de abril/maio de 2015 iniciar o acompanhamento da demanda futura visando as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foi enviado ao TCU relatório com a síntese dos resultados obtidos em 2013. Em 2015, será possível fazer uma estimativa mais fidedigna, já que os dados de 2014 estarão disponíveis para cálculo juntamente com 2013. Foi enviado ao TCU datas previstas para atendimento da solicitação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Devido à demora na liberação dos dados da pesquisa de Demanda Internacional 2014 (março/15) e da Polícia Federal, a estimativa de demanda de hospedagem só será possível em meados de abril e maio. Esse prazo já é praxe em todos os anos em que a pesquisa foi realizada.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	025.243/2013-6	1315/2014-TCU-2 Câmara	1.6.1	DE	Ofício 0717-2014 - TCU-Selog
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério do Turismo					72084
Descrição da Deliberação					
<p>1.6.1. determinar ao Ministério do Turismo que, caso opte por participar da próxima edição da Feira das Américas, promovida pela Abav, ou evento similar em substituição ao Salão do Turismo, comunique o fato ao Tribunal de Contas da União e ainda que atente para os seguintes elementos:</p> <p>1.6.1.1 devem ser incorporados ao processo de contratação estudos preliminares que indiquem a necessidade do órgão em participar do evento;</p> <p>1.6.1.2 deve haver justificativa técnica para a utilização da área total que venha a ser locada no evento;</p> <p>1.6.1.3 devem ser entabuladas negociações com a entidade promotora de forma transparente e registradas formalmente no processo, com o fito de obter a proposta economicamente mais vantajosa para a Administração;</p> <p>1.6.1.4 o Ministério do Turismo deve pagar à instituição promotora do evento apenas pela área que efetivamente vier a utilizar;</p> <p>1.6.1.5 não poderão ser praticados valores superiores ao do mercado, inclusive em relação ao próprio evento, pelo m² efetivamente utilizado em área privativa;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Síntese da Providência Adotada					
<p>Ofício nº 877/2014/AECI/MTur e Memorandos nº 394/2014/SNPTur/MTur</p> <p>Considerando que o Ministério do Turismo, por meio de sua Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, tem a intenção de participar da 42ª Feira das Américas – ABAV 2014, a ser realizada de 24 a 28 de setembro de 2014, na cidade de São Paulo. Solicita-se que seja noticiado ao TCU esse propósito para que, querendo aquela Corte, possa ela participar, por intermédio de seus técnicos, do processo de contratação, dando maior transparência e eficiência ao procedimento. Ressalta-se, entretanto, que não se possui o desígnio de substituir o Salão do Turismo nesta edição da ABAV. Mas tão somente participar do evento e apoiar a participação dos Estados brasileiros, promovendo assim o turismo brasileiro. Destaca-se, também, que há ciência dos demais apontamentos do acórdão 1315/2014, como a impossibilidade de compra de área bruta e da necessidade de um melhor planejamento e gestão do contrato.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Houve participação do MTur com um estande conforme programação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os itens foram justificados e serão atentado para os próximos eventos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	000.165/2014-0	4296/2014-TCU-2 Câmara	1.7.1	DE	Ofício nº 2161/2014-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios					97006
Descrição da Deliberação					
1.7.1. à Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios - CGMC do Ministério do Turismo - MTur que adote as providências cabíveis em relação às irregularidades noticiadas no presente feito, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial e informando o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre o resultado das providências adotadas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios					97006
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº 1731/2014/AECI/MTur e Memorandos nº 117/2014/CGMC/SNPTur/MTur Foi procedida a reanálise da Prestação de Contas do Convênio 724704/2009 celebrado com a Associação Desportista e de Rádio Difusão Comunitária dos Amigos de Iara levando em consideração as irregularidades noticiadas na Representação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não foram atendidos os requisitos de elegibilidade do convênio supracitado, estando, s.m.j., a execução física REPROVADA, conforme constatações no item ressalvas técnicas da Nota Técnica de Reanálise nº 634/2014					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram observados impedimentos à execução da Nota Técnica de Reanálise					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	028.227/2011-5	2235/2013-TCU-Plenário	9.4	DE	Ofício 0623-2014-TCU-SecexDesen
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério do Turismo					72084
Descrição da Deliberação					
9.4. determinar ao Ministério do Turismo que, quando da contratação, por meio de empresário exclusivo, de profissional de qualquer setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, nos termos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993 e do item 9.5 do Acórdão 96/2008-Plenário: 9.4.1. avalie conclusivamente a validade do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado antes do repasse dos recursos ao convenente, reiterando que o contrato de exclusividade difere da autorização restrita à localidade do evento e concedida apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas; 9.4.2. indique, nos pareceres técnicos que concluírem pela adequação dos custos propostos, o parâmetro referencial utilizado, análise esta que deve incorporar, sempre que possível, outras fontes além daquelas apresentadas pelos potenciais convenentes;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Análise de Projetos					97005
Síntese da Providência Adotada					
Com relação ao item 9.4, informamos que, nos eventos apoiados pelo Ministério do Turismo por meio de transferências voluntárias não consta contratação de artistas entre os itens passíveis de apoio elencados no art. 53 da Portaria/MTur nº 112, de 24 de maio de 2013. (Ofício nº 1516/2014/AECI/MTur)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foi adotado como norma a indicação, nos pareceres técnicos que concluírem pela adequação dos custos propostos, o					

parâmetro referencial utilizado, análise esta que deve incorporar, sempre que possível, outras fontes além daquelas apresentadas pelos potenciais convenientes;

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O processo foi alterado e e futuras contratações utilizaram o mesmo parâmetro.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.11.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					73565
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	029.595/2014-2	Acórdão n° 7604/2014-TCU-1ª Câmara	1.7.1.1	DE	Ofício 0906-2014-TCU-Secex
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					72567
Descrição da Deliberação					
1.7.1 determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhe ao Tribunal a seguinte documentação:					
1.7.1.1 cópia das notas técnicas conclusivas de análise ou de reanálise das prestações de contas e, quando for o caso, cópia de documento que comprove a instauração de tomada de contas especial, relativamente aos convênios elencados no Anexo 1 da peça 22 do TC 009.143/2012-2, referentes ao subitem 1.7.1.1 do Acórdão 6.282/2013-TCU-1ª Câmara (excetuando-se os Convênios 623731, 700147, 720996, 704849 e 747954);					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Marketing Nacional					79214
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Foi solicitada uma dilação no prazo para resposta, dada a complexidade dos pareceres acostados no processo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A análise e confecção dos pareceres de reanálises técnicas são complexos e estão ainda dentro no novo prazo estabelecido.					

11.2 – TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			73565
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	.201314757	1.1.1.1	Ofício nº 7205/2014/DRTES/DR/SFC/CGU- PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			73565
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se à Secretaria Nacional de Políticas Nacional de Políticas de Turismo que estabeleça rotinas de controle e monitoramento da execução física e financeira das transferências voluntárias celebradas no âmbito de cada Coordenação e/ou Departamento, com vistas a atender os prazos legais e a tempestividade de apresentação e de análise das prestações os prazos legais e a tempestividade de apresentação e de análise das prestações de instrumentos de transferências voluntárias sob suas responsabilidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo			73565
Síntese da Providência Adotada			
Ofício nº 501/2014/AECI/MTur e Memorando nº 261/2014/SNPTur/MTur A Coordenação de Análise de Projetos, no ano de 2013, mobilizou-se no sentido de promover palestras e reuniões a fim de repassar aos proponentes informações referentes à correta elaboração de propostas de eventos no SICONV com base na legislação vigente. Além disso, foi realizado curso de capacitação e instrução referente às etapas de formalização, execução e prestação de contas de Convênios, aberto a todos os técnicos dos proponentes classificados no 2º Chamamento Público de Projetos 2013. No que diz respeito à responsabilidade da Coordenação Geral de Gestão e Planejamento, buscando obter critérios razoáveis e objetivos de habilitação e classificação, o que sinaliza para um julgamento objetivo e imparcial das propostas apresentadas, formou-se uma Comissão Avaliadora instituída por meio da Portaria SNPTur nº 01, de 22/04/2013, com a devida publicação em Boletim Interno da Unidade, de 23/04/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As ações da Coordenação de Análise de Projetos estão sendo feitas no sentido de proporcionar maior eficácia ao Chamamento Público de Projetos, capacitando ao máximo os técnicos dos Proponentes na utilização do SICONV e no conhecimento da legislação correlata, diminuindo as dificuldades que costumavam aparecer nesse processo. Após a abertura do programa no SICONV, foram enviadas 713 propostas para análise, das quais 40 foram aprovadas, totalizando o valor de R\$ 8.350.000. Isso demonstra que as medidas adotadas resultaram em uma maior efetividade no aproveitamento das propostas, sem abandonar a obediência aos ditames legais vigentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Sobre a baixa execução do Chamamento Público nº 01/2013, destaca-se, ainda, que a aparente rigidez empreendida pela Comissão Avaliadora no julgamento dos critérios de habilitação e de classificação não pode ser a causa direta pelo baixo índice de órgão/entidades classificadas na seleção. Essa rigidez foi, de fato, aparente, uma vez que a Comissão buscou cumprir as suas atribuições de julgamento dentro dos parâmetros definidos pelo edital, e, além disso, muitos proponentes não foram habilitados por não atenderem exigências básicas, tais como preenchimento incorreto de dados no Termo de Referência/Projeto Básico, não cumprimento de prazos e/ou não inserção do proponente no mapa de regionalização do turismo.			

11.3 – DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	9 ***	6 ***	38**
	Entregaram a DBR	9 ***	6 ***	38**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIAPE Net

(**) Para fins de entrega de DBR no Final de Exercício Financeiro, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 298, de 6/9/2007, o servidor pode autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; **ou** apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

(***) Para fins de "Posse ou Início de Exercício de Cargo, Emprego ou Função" e "Final de Exercício de Cargo, Emprego ou Função", não foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função. Além disso, desconsiderou-se as nomeações e exonerações de servidores efetivos para cargos em comissão, visto que estes já cumpriram com a obrigação da entrega por ocasião do ingresso no Órgão.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A COGEP solicita a DBR no ingresso do cargo do efetivo, temporário ou em comissão e também nos desligamentos dos respectivos cargos; salvo nos casos em que servidor sem vínculo troca de cargo em comissão ou quando servidores efetivos ingressam ou se desligam de DAS, visto que não perdem o vínculo com o órgão.

Os parâmetros utilizados referem-se à Estrutura MTur de 24/12/2014 (data em que houve a última atualização antes do final do ano) e planilha de controle interno sobre a entrega de IRPF ou de autorizações de acesso às declarações. Aliás, estas, como de praxe, são sempre solicitadas no ato de posse, seja para cargo em comissão, seja para cargo efetivo;

11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

QUADRO A.11.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
0	0	0	357(*)	0	75	553	423	

Obs. 1: Das 553 TCE não enviadas até o fim de 2014, 407 encontravam-se enviadas à CGU em 31/12/2014

Obs. 2: Foram instaurados 266 processos em 2013 dos quais 104 tinham sido enviados ao TCU e 147 tinham sido enviados à CGU até o final do exercício de 2014. Em 09/03/2015 restavam apenas 136 processos pendentes de envio à CGU e 350 processos na CGU pendentes de envio ao TCU.

(*) Dos 357 processos arquivados, 305 foram objeto de aprovação, seja por regularização da prestação de contas, seja por devolução dos recursos glosados.

11.5 – ALIAMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO**, CPF nº **284.959.421-00**, Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos, exercido na Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015.

Simone Maria da Silva Salgado
284.959.421-00

DECLARAÇÃO

Eu, **FRANCISCO MOREIRA DA SILVA**, CPF nº **279.276.011-72**, **Coordenador-Geral de Convênios**, exercido na **Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015.

Francisco Moreira da Silva
279.276.011-72 (SIAPE 00.129.544)

ITEM 12 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 – MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, conforme definido na macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente.

O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pelo PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo, sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2014, somava R\$ 18.119.441,33 e a depreciação, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R\$ 5.542.203,89 no resultado do exercício.

QUADRO 12.1.1 SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE 2014

Conta Contábil	Termo do Título	Valor (R\$)	Depreciação 52.328.01.00 (R\$)
14.212.04.00	APARELHO DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	3.274,21	633,57
14.212.06.00	APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	751.272,83	242.837,46
14.212.10.00	APARELHO E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	199,92	0,00
14.212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	151.280,00	62.315,25
14.212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	12.538,72	5.939,77
14.212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.903,12	3.262,59
14.212.30.00	MAQUINA E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	112.438,42	47.115,89
14.212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	11.471,64	3.733,36
14.212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	112.581,52	38.722,00
14.212.34.00	MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	33.937,50	6.057,03
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.929.365,66	3.613.498,00

14.212.36.00	MAQUINAS, INSTAL. E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	15.734,47	8.353,95
14.212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.310,19	587,82
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	3.119.066,61	1.317.735,45
14.212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	8.887,51	2.110,11
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	904.145,81	188.154,95
14.212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	3.057,00	1.146,69
14.212.87.00	MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00	-
	Total	18.119.441,33	5.542.203,89

Fonte: SIAFI

12.2 – APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

O Ministério do Turismo instituiu Comitê Setorial de Análise e Avaliação das Informações de Custos no ano de 2011 para validação das informações de custos contidas no Sistema de Informações de Custos – SIC objetivando contribuir para a melhoria da gestão de custos do órgão. Contudo, em razão do afastamento de vários dos membros do Comitê não foi possível evoluir com os trabalhos concernentes à avaliação de custos do MTur.

O órgão pretende designar novos servidores para participarem do Comitê de Custos e assim retomar a apuração e análise dos custos dos programas e dos serviços prestados pelo Ministério do Turismo no exercício de 2015.

12.3 – CONFORMIDADE CONTÁBIL

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, a Tabela de Eventos, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo registro da conformidade contábil.

A Setorial Contábil do Ministério do Turismo é responsável pelo acompanhamento da execução contábil e registro da respectiva conformidade contábil que compreenderá o órgão superior e suas entidades supervisionadas.

Para realizar a Conformidade Contábil foram utilizadas as transações do SIAFI: CONCONFREG, CONCONTIR, CONINCONS, BALANSINT, CONORC, BALANCETE e outros instrumentos necessários para a realização da análise contábil das Unidades Gestoras.

Após análise conjunta dos Demonstrativos Contábeis, Auditores, Balancete e Conformidade do Registro de Gestão de cada unidade gestora, procedemos ao registro da Conformidade Contábil mensal com Restrição Contábil, sempre que as informações apresentaram imperfeições ou falta das regularizações e das classificações necessárias, ainda que tais situações não constem dados já auditados ou que tenham sido solicitadas providências às Unidades Gestoras, haja vista que em maior nível impactam o conjunto das informações contábeis.

No final do exercício, além das regras de análise voltadas para o acompanhamento mensal das informações, foram observadas as verificações e regularizações descritas na Norma de Encerramento Anual, Macrofunção do SIAFI nº 02.03.18.

Em cumprimento às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG's) vinculadas, registramos mensalmente no SIAFI, a conformidade contábil de UG, de órgão e de Órgão Superior para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, conforme descrito a seguir:

QUADRO A.12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL DE UG

MÊS	UNIDADES GESTORAS						
	540001	540004	540005	540006	5400012	540014	540015
JAN	CR/315	CR/657/680	SR	SR	CR/656/657/674	CR/315	SR
FEV	SR	CR/657	SR	SR	CR/656/657/674	SR	SR
MAR	SR	CR/657	CR/657	SR	CR/656/657	SR	SR
ABR	SR	CR/657	SR	SR	CR/656/657	CR/315	SR
MAI	CR/697	CR/657	SR	SR	CR/656/657	CR/315	CR/315
JUN	CR/315/697	CR/657	SR	SR	CR/656/657	SR	SR
JUL	CR/697	CR/657	SR	SR	CR/656/657	SR	SR
AGO	SR	CR/657	SR	SR	CR/315/656/657	SR	SR
SET	SR	CR/657	SR	SR	CR/656/657	SR	SR
OUT	SR	CR/640/657/674	SR	CR/315	CR/656/657	SR	SR
NOV	SR	CR/640/657/674	SR	SR	CR/656/657	SR	SR
DEZ	SR	CR/674	CR/315	SR	CR/315/656/657	SR	SR
CR	4	12	2	1	12	3	1
SR	8	0	10	11	0	9	11

LEGENDA DE RESTRIÇÕES:

CR = com restrição

SR = sem restrição

ALERTA: sinalização de existência de uma ocorrência que impede a verificação da regularidade nos registros.

RESSALVA: indica uma ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis

- 315 – ALERTA – falta conformidade de registro de gestão
- 640 – RESSALVA – saldo contábil de bens móveis não confere com RMB
- 656 – RESSALVA – convênios a comprovar com data expirada
- 657 – RESSALVA – convênios a aprovar com data expirada
- 660 – RESSALVA – contrato de repasse a comprovar com data expirada
- 661 – RESSALVA – contrato de repasse a aprovar com data expirada
- 674 – RESSALVA – saldos alongados e/ou indevidos em contas transitórias no passivo circulante
- 680 – RESSALVA – divergência valores liquidados X passivo financeiro
- 697 – RESSALVA – saldo invertido – passivo compensado
- 736 – RESSALVA – falta registro de conformidade contábil
- 737 – RESSALVA – utilização inadequada de eventos/situação CPR

No que concerne as restrições não regularizadas antes do encerramento do exercício de 2014 destacamos que:

Ministério do Turismo – órgão 54000

Restrição 656 – Trata-se de convênios a comprovar com data expirada sob responsabilidade da Unidade Gestora 540012 – CGCV. Ao longo de todos os meses foram encaminhados memorandos e relatórios solicitando a regularização dos convênios sem prestação de contas final.

Restrição 657 – Trata-se de convênios a aprovar com data expirada sob responsabilidade das Unidades Gestoras 540004 – CGRL e 540012 – CGCV. Ao longo de todos os meses foram encaminhados memorandos e relatórios solicitando a regularização dos convênios sem pronunciamento do concedente após recebimento da prestação de contas final.

Restrição 660 – Trata-se de contratos de repasse a comprovar com data expirada sob responsabilidade das Unidades Gestoras 540007 – CEF/MTUR e 187003 – CEF/Embratur.

Restrição 661 – Trata-se de contratos de repasse a aprovar com data expirada sob responsabilidade da UG 540007 – CEF/MTUR.

Restrição 674 – Refere-se a saldos alongados em conta de caráter transitório no passivo circulante – conta 21.261.00.00 – GRU valores em trânsito para estorno de despesa. O saldo alongado que conta em dezembro de 2014 corresponde a devolução de diária com prazo para regularização até o dia 31/12/2014, no entanto sua regularização só foi efetivada em janeiro de 2015.

INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

Além dos resultados descritos no item 5.2.2.1, foi monitorado no ano de 2014 um conjunto de iniciativas definido para o Plano de Ação do Ministério do Turismo, no exercício em questão. No caso da SNPTur, foram definidas 14 iniciativas, cujo monitoramento das metas, de acordo com os dados preenchidos em Sistema criado para este monitoramento, apontou: 10 metas acima de 90% de alcance (todas com mais de 100%); 1 meta com execução entre 60% e 90%; e 3 com execução menor de 40%.

As iniciativas com realização quantitativa acima de 90% foram: “Realizar estudos e pesquisas que contribuam para a estruturação do Sistema Nacional de Estatística de Turismo”; “Capacitar os gestores públicos de turismo”; “Cadastrar os prestadores de Serviços Turísticos”; “Realizar campanhas de promoção do turismo doméstico”; “Participar de eventos de promoção do turismo interno”; “Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”; “Fiscalizar os eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico”; “Implementar Plano de Comunicação com o intuito de disseminação de dicas e práticas sustentáveis no turismo”; “Sensibilizar pessoas sobre prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas no setor turismo”; “Realizar reuniões do Conselho Nacional de Turismo”. Estas iniciativas tiveram como produtos, respectivamente: “Número de estudos realizados”; “Número de cursos realizados”; “Número de novos cadastros realizados”; “Número de campanhas realizadas”; “Número de participação realizada”; “Número de eventos realizados”; “Percentual de convênios fiscalizados”; “Número de plano implementado”; “Número de pessoas sensibilizadas”; e “Número de Reuniões realizadas”.

Quanto à iniciativa com meta executada entre 60% e 90% (Apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento turístico ou posicionamento de mercado) a meta foi estabelecida considerando os resultados de convênios/contratos, que não avançaram do modo imaginado. Foi prevista a elaboração de dez planos de desenvolvimento do turismo. Cinco foram efetivamente elaborados. Outros cinco não foram executados por problemas na contratação ou por inexecução dos convenientes. Apesar do atraso, ainda há a expectativa de cumprimento, elevando a execução para 70%.

Com relação às 3 metas que estão abaixo de 40%, são elas: “1. Fiscalizar os prestadores de serviços turísticos”; “2. Classificar os empreendimentos turísticos”; e “3. Promover a oferta de produtos turísticos priorizados”. “1. Justifica-se o não cumprimento da meta proposta para a iniciativa pelas dificuldades técnicas e operacionais enfrentadas. A fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, prevista na Lei nº 11.771, desde 2008, ainda não foi implementada. Apesar de ter sido concluída a elaboração do curso, não houve a realização por constatar-se vários entraves legais e administrativos que carecem de estudos e estratégias aprofundados. São eles: a) Avaliação e celebração de parcerias com instituições públicas fiscalizadoras; b) Diagnóstico de procedimentos fiscalizatórios de outros órgãos; c) Regulamentação das principais atividades turísticas que impactam no cadastramento e na fiscalização dos prestadores de serviços turísticos; d) Realização de parcerias interinstitucionais para dar efetividade à execução das penalidades impostas pelo MTur como, por exemplo: Tesouro Nacional, Receita Federal, Banco do Brasil; e) Desenvolvimento de sistema interno para a fiscalização; f) Previsão de receita referente às arrecadações de multas no orçamento (LOA); g) Definição de procedimentos para execução das penalidades impostas; h) Avaliação da reestruturação do órgão e da carreira de servidores e órgãos delegados; i) Desenvolvimento de instrumentos de suporte para a fiscalização (geração de GRU, parcerias, arrecadação, fiscalização integrada); e j) Readequação do curso de capacitação. Para o cumprimento da meta estabelecida, têm-se realizado estudos visando elaborar procedimentos a fim de respaldar futuras ações deste MTur, conforme observado em órgãos fiscalizadores, como Polícia Rodoviária Federal-PRF, Agência Nacional de Transporte Terrestre- ANTT, Órgãos Estaduais de Defesa do Consumidor – PROCON’s. Ademais, verifica-se a possibilidade de parcerias para atuar conjuntamente com as mencionadas instituições públicas. A fim de minimizar os efeitos da ausência de fiscalização, o

MTur e seus órgãos delegados continuam trabalhando no sentido de sensibilizar e alertar os prestadores de serviços turísticos quanto às exigências legais, realizando a fiscalização em caráter educativo.”; “2. Justifica-se o não cumprimento integral da meta, alcançada somente na proporção de 11,7%, pela não efetivação de ações programadas e consideradas indispensáveis para o alcance da meta. São elas: a) A não efetivação dos resultados esperados no âmbito do acordo de cooperação com o SEBRAE. Ele previa a implantação de uma solução destinada aos micro e pequenos empresários do setor hoteleiro, com o objetivo de incentiva-los e auxiliá-los na classificação de seus empreendimentos. A iniciativa foi cumprida, parcialmente, pelo SEBRAE que sensibilizou cerca de 60 empreendimentos. Porém, a classificação desses empreendimentos não foi efetivada por entraves enfrentados na gestão desse acordo; e b) A falta de ações voltadas para a divulgação do sistema ao setor hoteleiro, a exemplo a realização de campanha publicitária, devido ao contingenciamento do orçamento. Tendo em vista a frequente baixa adesão ao Sistema por parte do setor hoteleiro e obstáculos mapeados, tais como o custo de adesão, a falta de conhecimento pelo setor e a difícil operacionalização do software, optou-se por avaliar junto ao Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de hospedagem, órgão consultor do SBClass, o destino do Sistema Nacional de Classificação. ”; e “3. Justifica-se o não cumprimento da meta proposta para a iniciativa “Promover a oferta de produtos turísticos aos públicos priorizados”, considerando as dificuldades técnicas e operacionais enfrentadas pelo Viaja Mais Melhor Idade, principal programa responsável pelo alcance da referida meta, as quais podemos destacar: a) A baixa adesão de novas empresas parceiras. Ainda que o Viaja Mais Melhor Idade tenha lançado um novo módulo para ofertas de meios de hospedagem, iniciando novas parcerias com entidades do setor, a mobilização das empresas associadas não foi efetiva, por falha na comunicação entre as entidades e seus associados e por falta de ações de marketing voltadas para o trade - retiradas da campanha promocional geral do Programa; b) Ainda por falta de ações voltadas para a mobilização/sensibilização do trade, as empresas já cadastradas no site, não inseriram novas ofertas, alegando falta de interesse ou restrição de pessoal para a inserção/ monitoramento das ofertas, poucas vendas dos pacotes já ofertados ou mesmo indisponibilidade de conceder novos descontos; c) A campanha publicitária prevista para a divulgação do novo módulo do Programa foi cancelada por questões estratégicas, como a mudança na gestão do Ministério do Turismo, o foco nas ações relacionadas diretamente à Copa do Mundo, além do fato de que um baixo número de ofertas no portal não justificaria os gastos de uma nova campanha de abrangência nacional. d) A impossibilidade de realização de novas ações de divulgação do VMMI até meados do mês de outubro, devido ao período eleitoral, conforme a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu artigo 73, inciso VI, alínea b, que proíbe aos agentes públicos, servidores ou não, a “publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais” nos três meses que antecedem as eleições e a Instrução Normativa nº 6, de 14 de março de 2014, que “dispõe sobre a suspensão da publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, no período eleitoral de 2014” - fator que compromete não só as ações de mobilização do trade (novas parcerias e novas adesões), como também a comunicação com o público alvo do projeto;”

Ainda de acordo com o Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, esse conjunto de iniciativas visa em última análise e impacto efetivo em 5 dimensões e indicadores de resultados para a sociedade e para o Setor, quais sejam: “Estruturar os destinos turísticos”; “Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos”; “Promover os produtos turísticos”; “Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística” e “Fortalecer a gestão descentralizada, as parcerias e a participação social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, conclui-se que a gestão da Secretaria Nacional de Política de Turismo – SNPTur no ano de 2014 foi satisfatória em relação aos objetivos definidos, apesar do alto contingenciamento orçamentário imposto a suas Ações Orçamentárias, que atingiu boa parte do exercício financeiro. A eficácia da gestão se mostra por meio de ações e projetos, tais quais:

- Continuidade da implementação da Política Nacional de Turismo, por intermédio da Gestão Descentralizada, do Programa de Regionalização do Turismo relançado, da revisão do Mapa do Turismo Brasileiro, e das Reuniões periódicas do Conselho Nacional do Turismo – CNT;
- Normatização da atividade turística e da prestação de serviços turísticos, por meio da reformulação do Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), da regulamentação do transporte de passageiros com finalidade turística, bem como acompanhamento dos processos da classificação hoteleira;
- Plena execução do Programa Viaja Mais Melhor Idade;
- Continuidade das ações de promoção interna do turismo, por meio de campanhas, eventos, internet e mídias sociais. Destaque no ano para as campanhas “Pátria de Chuteiras”; “Pronatec Copa” (ambas relacionadas à Copa do Mundo Fifa 2014), e “Viaja Melhor Idade” e “Turismo Acessível”, que visam à inclusão de consumidores na demanda turística interna;
- Elaboração de importantes estudos e pesquisas conjunturais e estruturais da atividade turística, com séries históricas, consubstanciando um amplo Sistema de Informações Turísticas. Destaque no ano para os estudos de demanda turística (doméstica e internacional) Copa do Mundo FIFA.
- O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur , para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das informações exigidas pela Lei 11.771/2008 e Decreto 7.381/2010. Esta ferramenta permite que o governo federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico. Atualmente, o projeto se encontra em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagens distribuídos em 452 municípios utilizaram o sistema, totalizando cerca de 14,30 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

DIRETRIZES



PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO
DO TURISMO

Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização



Programa de Regionalização do Turismo
Diretrizes

Brasília, 2013

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

A dimensão e a diversidade do território brasileiro são de tal ordem que a estruturação e organização da oferta turística do País constituem um dos maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente.

Turismo no Brasil 2011-2014

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Secretário Executivo

Valdir Moysés Simão

Secretário Nacional de Políticas de Turismo

Vinícius Lummertz

Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

Fábio Rios Mota

Presidente da EMBRATUR

Flávio Dino de Castro e Costa

Coordenação

Ítalo Oliveira Mendes

Jun Alex Yamamoto

Philippe Fauguet Figueiredo

Pesquisa e Redação Final do Texto

Maria das Mercês Torres Parente

Equipe Técnica

Bruno César Leal de Souza

Bruno de Oliveira Christian

Carlos Alfredo Sitta Fortini

Claudia Vanessa de Souza Queiroz

Karlla Karolline Vieira Bastos

Marisa da Silva Chaves

Samarina Silva Carreira

Equipe de Apoio

Cecília Costa de Queiroz Moreira

Kessia do Parto Alves Reges

Rebecca Giani Vieira

Revisão do Programa de Regionalização**Grupo de Trabalho – MTur**

Adriana de Oliveira Serpa

Ana Lúcia dos Santos Carrias

Daniel Marcos Szwec dos Santos Fernandes

Daniel Pires Viera

Fabiana de Melo Oliveira

Fábio Monteiro Rigueira

Fernanda Cristina Matos

Gabrielle Nunes de Andrade

Isabel Cristina da Silva Barnasque

Jair Galvão Freire Neto

Layla Barbosa Asevedo

Lena Maria Alexandre Brasil

Lorena Macedo Rafael Dantas

Marconi Mendes Pimentel

Neiva Aparecida Duarte

Nilvana Ribeiro Soares

Rodrigo Batista Santana Rios

Wilken Souto

Yuli de Lima Hostensky

Grupo de Trabalho – Representantes dos Estados

Caren Nanci dos Santos – PR
Conceição Silva da Silva – PA
Deise Bezerra – PR
Elisa Wypes Sant'ana de Liz – SC
Gláucia Beatriz de Oliveira – MG
Joab Almeida Silva – SE
Luciano Guimarães Soares – GO
Neuza Tito – ES
Renato Lucas de Lima Lobo – AL

Conselho Nacional de Turismo – Câmara Temática de Regionalização

Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV
Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR
Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR
Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis – ABLA
Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais – ABOTTC
Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – ABRAJET
Associação Brasileira de Revistas e Jornais – ABRARJ
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL
Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR
Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo – ABRESI
Associação Nacional de Transportadores de Turismo, Fretamento e Agências de Viagens que Operam com Veículos Próprios – ANTTUR
Associação Brasileira das Operadoras de Turismo – BRAZTOA
Caixa Econômica Federal – CAIXA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
Confederação Nacional dos Municípios – CNM
Confederação Nacional do Turismo – CNTur
Federação Brasileira dos Albergues da Juventude – FBAJ
Federação Nacional de Turismo – FENACTUR
Federação Nacional dos Guias de Turismo – FENAGTUR
Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR
Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria
Indicação da Presidência da República
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Ministério da Integração Nacional – MI
Ministério da Cultura – MinC
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP
Ministério dos Transportes – MT
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo

AC – Ediza Pinheiro de Melo
AM – Elisia Cristina de Vasconcelos
AP – Ana Lúcia Monteiro Canto
PA – Conceição Silva da Silva
RO – Márcia Dunice
RR – Rosa Maria da Silva
TO – Kleiryane Aguiar Costa
AL – Renato Lucas de Lima Lobo
BA – Rose Meire Gomes de Oliveira
CE – Fernanda Helena C. Silva
MA – Flávia Castello Branco
PB – Walter Aguiar
PE – Gilvandro Marinho da Cunha Júnior
PI – Alberita Nunes
RN – Maria Eunice Ramalho Dieb
SE – Joab Almeida Silva
DF – Jucimar Aparecida Mattos das Chagas
GO – Luciano Guimarães Soares
MT – Simone Lara
MS – Cristiane Ferrari
ES – Neuza Tito
MG – Gláucia Beatriz de Oliveira
RJ – Marco Aurélio Paes
SP – Maurício Pinto Pereira Juvenal
PR – Caren Nanci dos Santos
RS – Cristina Beatriz Queirolo Feijó
SC – Elisa Wypes Sant'ana de Liz

Agradecimentos Especiais

Ana Clévia Guerreiro Lima
Luis Henrique Fanan
Marcela Jeolás
Mário Carlos Beni
Mario Petrocchi
Milton Zuanazzi
Monica Sabino
Ricardo Cerqueira
Tânia Maria Brizolla
Tânia Zapata

Editoração Eletrônica

Artplan

O Brasil é um país múltiplo, complexo, diverso. Compreender e aceitar essa multiplicidade é a única forma de conhecê-lo por inteiro: por suas dimensões, o País não admite um olhar geral, que não interage com as diferenças. É preciso confrontar diversas ideias, necessidades e demandas da sociedade nas esferas regional, estadual e, por que não dizer, local. É esse o caminho adotado pela Política de Regionalização do Turismo que este documento renova e revisita.

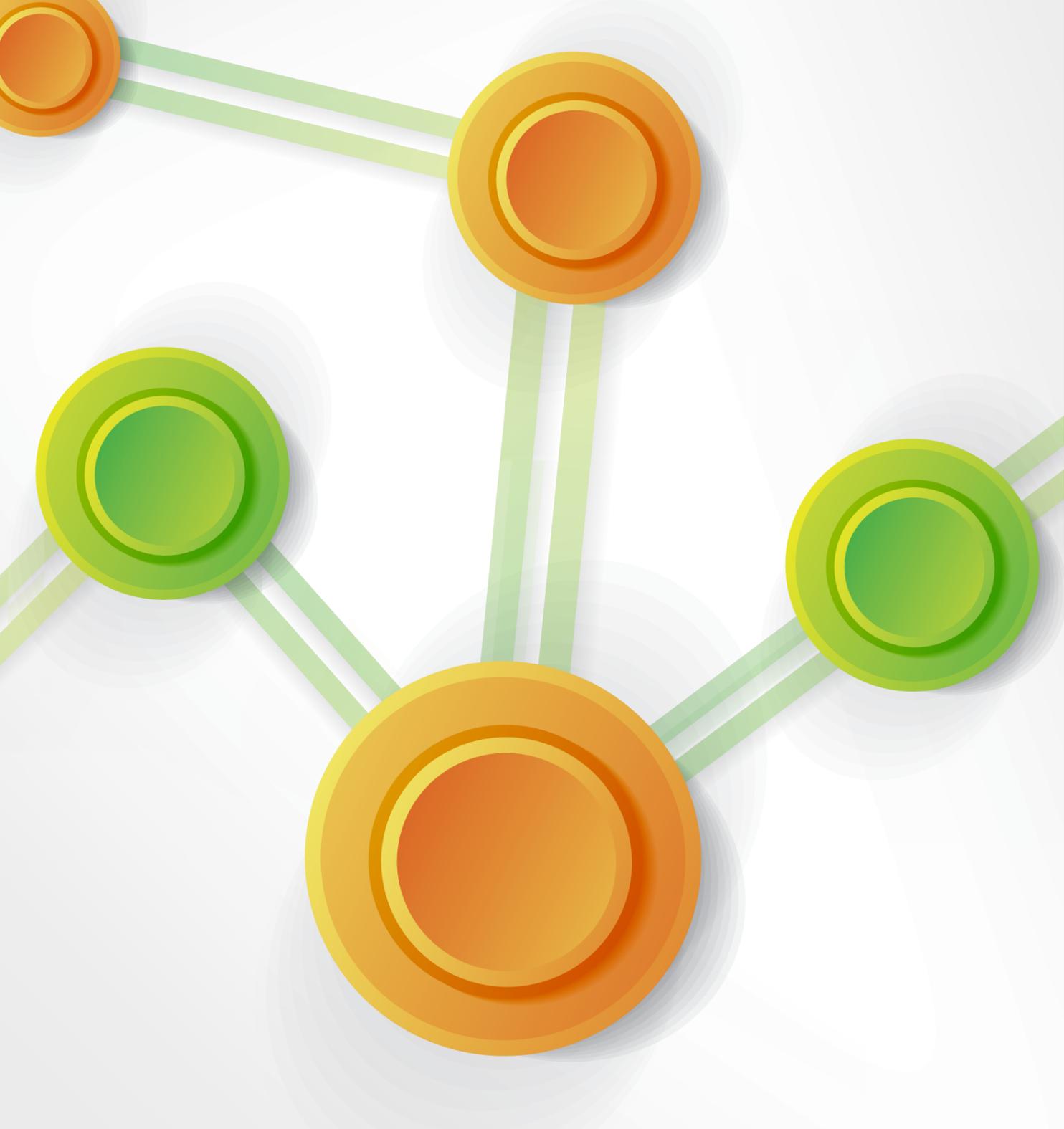
Ao longo de seus nove anos, o Programa de Regionalização do Turismo incorporou críticas, avaliações, revisões, pontos de vista distintos e particulares a partir dos enfrentamentos da prática diária dos seus gestores. Trouxe também, em particular, uma agenda positiva, parâmetros de avaliação em âmbito geral e o reconhecimento de realidades específicas. Nesse sentido, enquanto política pública, teve sucesso, ao promover, durante sua execução, o diálogo permanente entre pares.

Ao apresentar nas páginas seguintes as novas diretrizes do Programa de Regionalização, estamos afirmando que o momento não é de mudança, do novo, do inusitado; o programa se reafirma, amadurece, evolui conceitos, corrige trajetões. Procedimentos administrativos e fluxos de informação são ajustados. Essas atitudes tornaram-se possíveis pela participação social, por meio do diálogo incessante com os segmentos representativos do setor, com as instâncias de governança e com as instituições governamentais.

Tais diálogos e estratégias têm sido, e continuarão sendo, cruciais para garantir o lugar que cabe à Política Pública de Regionalização do Turismo como ferramenta do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, por meio da consolidação de uma rede de cooperação capaz de avançar no rumo de um país rico e sem miséria.

Gastão Dias Vieira
Ministro do Turismo

**Mensagem do Ministro
de Estado do Turismo**



Mensagem do Secretário Nacional de Políticas de Turismo

Os últimos dez anos foram fecundos para o ordenamento das atividades turísticas no Brasil: mudanças efetuadas a partir dos debates provocados; prioridades e medidas negociadas, ajustadas, desregulamentadas, normatizadas; avanços e revisões nas relações entre governo e sociedade; técnicas de gestão e a ética no trato das políticas públicas qualificadas, deixando evidentes as intenções, prioridades, medidas e instrumentos que serão usados para a permanência, crescimento e avanços nos programas e ações do Ministério do Turismo.

O documento Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes apresenta-se como um eixo norteador nacional e tem como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo.

O documento orienta, ainda, para o acesso e transferência de metodologias, tecnologias e ferramentas, qualificadas pela rede de colaboradores partícipes – composta pelo conjunto de instituições, empreendedores e pessoas que levaram a cabo a execução, avaliação, aprimoramento e proposições.

A construção coletiva da revisão do processo da regionalização do turismo no País demonstra que programas e ações devem ser dinâmicos e flexíveis, capazes de prever mudanças, retrocessos, avanços e inovações, que possibilitem assimilar os momentos históricos e econômicos e, também, as diversidades e peculiaridades locais e territoriais.

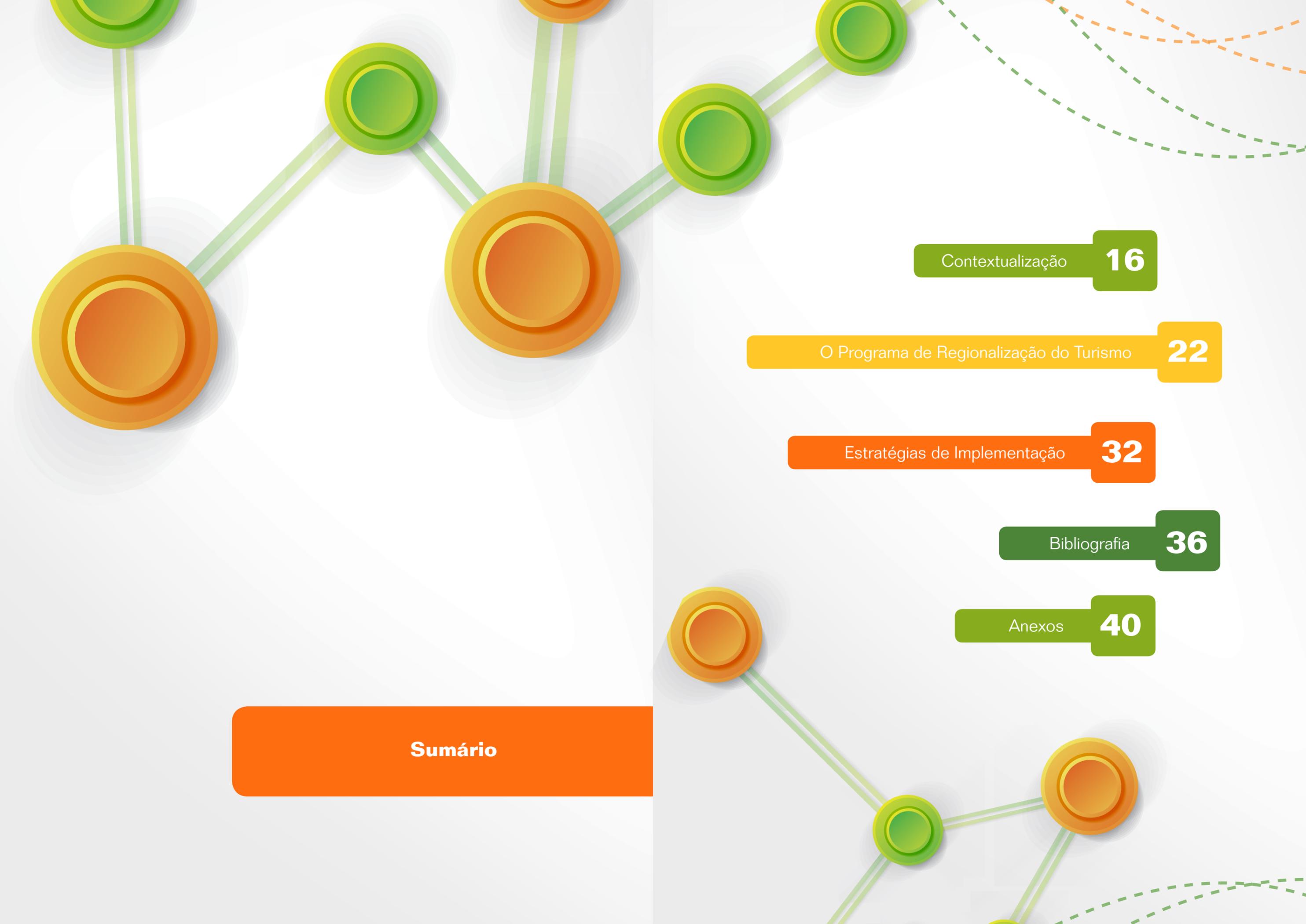
Com o desenvolvimento do Programa, surgiram novas verificações indicando estratégias e métodos de abordagem que deveriam ser levados em conta, assim como ter no enfoque de caráter local ou municipal a premissa para consolidar a dimensão intermunicipal da regionalização do turismo.

Tal percepção é determinante para a estruturação do destino turístico, componente da política pública de ordenamento territorial e da interiorização do desenvolvimento, consolidando destinos e regiões estratégicos.

Outra dimensão considerada, no momento de avaliação do Programa, foi a de tornar a Política de Regionalização do Turismo um exemplo de transversalidade, em que se integram todas as unidades do Ministério do Turismo, bem como os setores e ações do governo. Essa transversalidade tem em vista o cumprimento dos objetivos a serem alcançados pelo Ministério, considerando o comportamento do setor no mercado nacional e internacional e os desafios impostos na atualidade: ampliar a participação do diálogo e do controle social; incentivar o brasileiro a viajar pelo País; incrementar a chegada de turistas e a geração de divisas internacionais; promover a sustentabilidade e a inclusão social por meio da geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; aumentar a competitividade do turismo brasileiro; incentivar a inovação e o conhecimento; fortalecer a gestão descentralizada do turismo no Brasil; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

Partindo dos conceitos de permanência, revisão, atualização, tendo como ponto basilar a abordagem territorial como direcionamento estratégico do Ministério do Turismo e, ainda, o conhecimento das necessidades e aspirações da gestão descentralizada do turismo, o documento Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes torna-se referência, a partir da reflexão do fazer, na construção das realidades e identidades de cada local, município, região e território nos seus contextos sociopolíticos e históricos.

Vinícius Lummertz
Secretário Nacional de Políticas de Turismo



Sumário

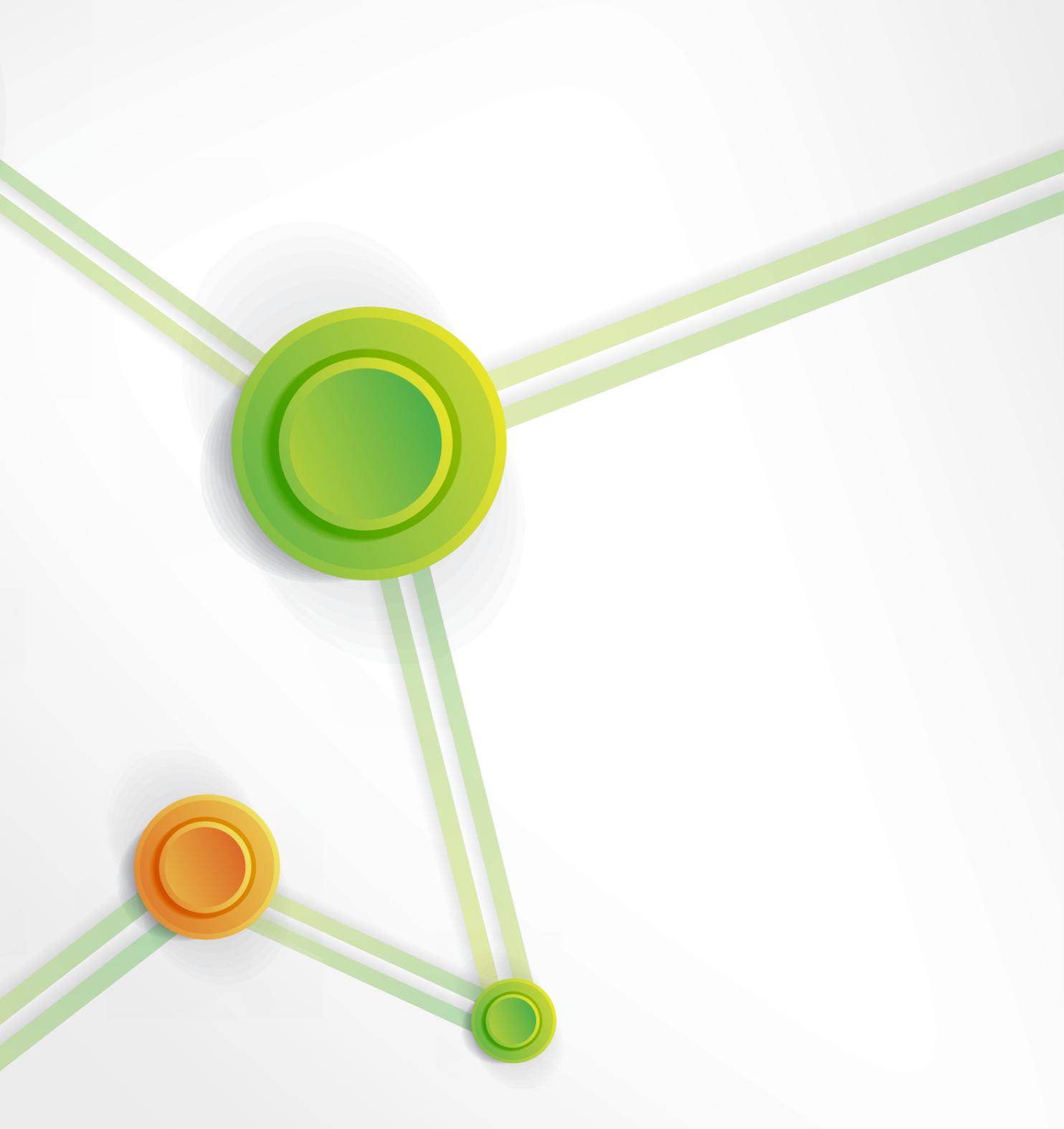
Contextualização **16**

O Programa de Regionalização do Turismo **22**

Estratégias de Implementação **32**

Bibliografia **36**

Anexos **40**



Contextualização

A trajetória da Política Nacional de Turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT¹, em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Programa foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal.

O histórico e as avaliações das políticas nacionais para o turismo evidenciam que o PNMT foi além de um programa de governo, transformou-se em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar para a abrangência territorial como estratégico para o fomento das atividades do turismo no País.

A transição para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu a superação dos impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo, a partir do conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que determinou como macroprograma estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território.

O Programa iniciou-se com a participação efetiva dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, além de representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor. O debate, por meio de oficinas e reuniões setoriais e nacionais, marca de importante momento de reflexão, possibilitou: a compreensão de conceitos; a definição das estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, para a definição do conjunto de municípios que constituíam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas, à época, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. O processo gerou uma ferramenta de trabalho – o Mapa da Regionalização do Turismo – que tinha como objetivo nortear ações de programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo.

O processo de execução do Programa exigia o desafio de produzir orientações e ferramentas – que valorizassem o acúmulo das experiências organizativas – e iniciativas produtivas que possibilitassem o aprofundamento e disseminação do conhecimento referente à Política Pública de Regionalização do Turismo. O documento “Diretrizes Operacionais” cumpriu este papel, trazendo em seu conteúdo os princípios norteadores, as estratégias de gestão e os módulos e as etapas operacionais.

Posteriormente, este documento foi traduzido em uma coletânea, composta de nove volumes, correspondendo aos módulos operacionais do Programa. Tal ferramenta possibilitou

¹ Adaptado de Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo/Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização – Brasília, 2007.

qualificar os profissionais e comunidades e gerou: a unidade de linguagem; a percepção do caráter intersetorial do desenvolvimento; a visão ampliada e crítica do entendimento do processo de regionalização do turismo no território nacional; e, ainda, considerou os estágios e tempos da atividade, as diversas realidades, potencialidades, diversidades e disponibilidades dos recursos nos Estados, nas regiões e no conjunto dos municípios.

A participação constituiu-se na principal estratégia de implantação do Programa de Regionalização no País. O desafio de executar um programa nacional deste porte contava com a prerrogativa da descentralização de esforços e, também, com o compartilhamento de experiências e informações.

O resultado dessa estratégia foi a formação da Rede Nacional de Regionalização, composta dos atores ligados à atividade turística. A formação e mobilização dessa rede se deram por meio do trabalho e empenho dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização – técnicos responsáveis, no âmbito dos órgãos oficiais de turismo em cada Unidade da Federação, em promover as articulações necessárias para a estruturação dos destinos turísticos e em disseminar, nas regiões e municípios do Estado, as diretrizes e estratégias sob a ótica do novo referencial.

A percepção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores da cadeia do turismo (público, privado e sociedade civil organizada), nas regiões mapeadas, a partir do compartilhamento de conceitos, princípios e valores, também foi conduzida como estratégia, de forma a garantir a governabilidade, a exemplo das intituladas “Instâncias de Governança”, cujo modelo de formação e institucionalidade se define e se constitui a partir das realidades regionais e seus relacionamentos intermunicipais.

Outra estratégia determinante para apoiar a ação de estruturação das regiões foi a promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos, por meio do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que se tornou espaço de destaque no cenário nacional ao mostrar os múltiplos e diversos Brasis.

O Salão do Turismo foi além do espaço de negócios. Proporcionou aos gestores públicos, empreendedores, empresários e operadores, a troca, o conhecimento, a percepção das tendências e desejos dos consumidores. Possibilitou, também, o debate em que se revelaram experiências que valorizam a cultura, o trabalho, os modos de vida das regiões, municípios, localidades, proporcionando leituras diversas, deixando evidente a capacidade e possibilidades, quando bem-estruturadas e articuladas, da cadeia produtiva do turismo.

Como estratégicos, do ponto de vista da abordagem territorial, resultados foram alcançados na execução do Programa de Regionalização, destacando-se: o fortalecimento do processo de gestão compartilhada, capaz de representar a diversidade e pluralidade dos segmentos sociais; as políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável por meio de diálogo com os agentes de mercado; a oferta turística ampliada, qualificada e diversificada; as iniciativas de apoio à roteirização e integração da produção associada ao turismo, como necessárias para a qualificação e diversificação da oferta; a formação dos gestores públicos, agentes da cadeia produtiva do turismo e da rede de interlocutores do programa, por meio

do Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo, a exemplo do Curso a Distância de Regionalização do Turismo.

Tais resultados foram possíveis a partir do aperfeiçoamento das relações estabelecidas entre as ações de governo e a gestão social, que refletem o processo de construção de políticas públicas.

Destaca-se, ainda, como aperfeiçoamento do Programa, a estratégia de definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, priorizados pelo Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Este projeto foi composto por três etapas, executadas de forma sucessiva e complementar: 1ª) o Índice de Competitividade Nacional, pesquisa com a função de fornecer um retrato detalhado do setor, possibilitando uma intervenção planejada nos municípios estudados; 2ª) Gestão de Destinos, ação voltada ao auxílio para a elaboração e execução de planos estratégicos para o setor de turismo, priorizando políticas que focavam a competitividade no mercado; 3ª) Sistema de Gestão dos Destinos, ferramenta desenvolvida para gerir as ações entre o Ministério do Turismo e os Destinos Indutores.

Outra ação que se ressalta é o alinhamento da estratégia da segmentação do turismo com o Programa de Regionalização, tornando-se uma diretriz orientadora para o desenvolvimento de produtos, promoção e posicionamento de mercado, a partir da premissa “*segmentar é olhar para o destino, inclusive os mais tradicionais, e encontrar nele uma vocação, de modo que atenda ou agrade a um público específico*”. O lançamento da coletânea Cadernos da Segmentação, composta por nove cadernos: cultural, rural, de aventura, ecoturismo, turismo náutico, de pesca, estudos e intercâmbio, negócios e eventos e sol e praia, teve como objetivo apresentar as linhas estratégicas de segmentação da oferta e demanda e a estruturação de roteiros turísticos no País.

Sancionada em 2008, a Lei do Turismo (nº 11.771) torna-se referência na gestão pública do setor. Traz no seu escopo o marco regulatório definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã.

Em 2010, identificou-se a necessidade de avaliar os resultados do Programa de Regionalização do Turismo que, de forma empírica, a partir da observação e vivência dos atores envolvidos, já tornava evidente sua contribuição para o aumento da competitividade das regiões turísticas e da qualidade dos seus produtos, no sentido de gerar impactos positivos na economia regional e local.

A metodologia de avaliação dos seis anos do Programa, assim como a política de regionalização, adotou o caráter da participação dos diversos atores sociais, reforçando a estratégia de descentralização das políticas públicas na construção de alianças.

Expressão espontânea de cidadania, a Avaliação² do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil considerou as especificidades de cada região do País, palco de realidades sociais que se misturam e se complementam. Seus resultados, traduzidos

² Disponível para consulta em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf

em importantes lições aprendidas nesta trajetória com a rede de cooperação, somados às experiências dos interlocutores do Programa, são utilizados como insumos para a revisão e ajustes no processo de desenvolvimento sustentável das regiões turísticas.

O ano de 2011 inicia-se com a revisão de processos, avaliações de resultados das ações do governo, propondo redirecionamentos e permanência de programas e estratégias em curso. Neste contexto, e assumindo a Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo como base, iniciou-se a construção coletiva de um conjunto de melhorias para o fortalecimento do Programa. O ano de 2012 foi marcado pela retomada das ações da rede de cooperação, com a realização de oficinas junto às instituições de ensino, com a participação de especialistas, dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização e representantes dos destinos turísticos. Neste período, com os resultados dos debates promovidos em reuniões com os técnicos e gestores do Ministério do Turismo, reafirma-se o caráter transversal do Programa, como política estruturante.

O ano de 2013 inicia-se com a realização de uma consulta pública, possibilitando a participação ativa da sociedade na construção dessa política pública de turismo do País. Concomitantemente, estreitam-se as articulações entre as entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo, como forma de interagir para consolidar as estratégias do Programa, especialmente com a Câmara Temática de Regionalização, Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e Conselho Nacional de Turismo.

Neste quadro de avaliações e permanências, o Ministério do Turismo coaduna suas ações, orientadas a partir dos valores e premissas do Governo Federal, criando e transformando em oportunidades essas sugestões, reivindicações e redirecionamentos, indicados na avaliação do Programa de Regionalização – momento em que essas ações são revisadas e incorporadas ao **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**.

Na sua concepção filosófica e conceitual, o **Programa de Regionalização do Turismo** não sofre alterações. Os ajustes propõem qualificar a concepção estratégica, as ferramentas de gestão e incorporar mecanismos de fomento capazes de provocar e promover concepções inovadoras ao enfrentamento das fragilidades diagnosticadas. Deste modo, o propósito é promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais, nas regiões com foco na estruturação dos destinos turísticos³.

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 responde às demandas e está “*de acordo com as orientações do Governo Federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012-2015*”. Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem ainda como insumo básico o Documento Referencial – Turismo no Brasil 2011-2014 e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a ampliação da participação e do diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; a redução das desigualdades sociais

e regionais; a promoção da sustentabilidade; o incentivo à inovação e ao conhecimento; a regionalização como referência territorial para o planejamento; e o monitoramento e avaliação contínuos desse processo.

Considerando o diagnóstico do setor e tendo como referência as diretrizes que orientam o Plano Nacional de Turismo, são identificados seis grandes objetivos: incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais; promover a sustentabilidade, a inclusão social e a geração de emprego; aumentar a competitividade do turismo brasileiro; fortalecer a gestão descentralizada do turismo no Brasil; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

A definição das ações estratégicas, propostas no Plano Nacional de Turismo 2013-2016 reforça o posicionamento apresentado na avaliação do Programa de Regionalização do Turismo, de priorizar as ações nas regiões e, assim, consolidar a Gestão Descentralizada a partir da ampliação da participação, do diálogo e do controle social.

³ Para o Ministério do Turismo, o processo de estruturação de destinos consiste em atuar a partir dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo, em parceria com as Unidades da Federação, regiões e municípios, tendo como base seus respectivos níveis de desenvolvimento turístico.

O Programa de Regionalização do Turismo, estruturado pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016, é qualificado a partir das proposições advindas de discussões realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, das equipes técnicas do Ministério do Turismo, das avaliações oriundas das instâncias de governança, da Rede Nacional de Regionalização e, por último, da consulta pública. O Programa, na sua revisão, reflete as aspirações da sociedade, recupera a determinação da ação do Estado e torna possível o surgimento das diversidades dos territórios, transformando-as em economia poderosa, capaz de gerar o estado do bem-estar.

Premissas

Para alcançar os resultados almejados no processo de regionalização do turismo, foram definidas diretrizes que se constituem nas premissas para sua execução:

- **Abordagem territorial**, adotada como referência para o desenvolvimento.
- **Integração e participação social**, fortalecendo o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional, no conjunto dos municípios, e nos processos de gestão das políticas públicas.
- **Inclusão**, entendendo a região como espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, sociais e culturais.
- **Descentralização**, atuando no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, adotando os métodos e processos da Gestão Descentralizada.
- **Sustentabilidade**, compreendendo o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais.
- **Inovação**, definida como a capacidade da cadeia produtiva do turismo, de compreender que a estruturação dos destinos turísticos depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade, o que: exige a formalização dos serviços e qualificação de pessoas; provoca a ampliação dos micro e pequenos empreendimentos, organizações associativas e cooperativas; requer a articulação em redes; demanda investimentos em tecnologias; busca a oferta de produtos e serviços segmentados que agreguem valores do patrimônio sociocultural e ambiental e que gerem, como resultado, a ampliação da capacidade de produção, de postos de ocupação, de difusão e de distribuição de produtos e serviços, além da circulação da renda no território.
- **Competitividade**, entendida como a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

O Programa de Regionalização do Turismo

Objetivos

Geral

Apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada.

Específicos

- Mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, dos ministérios setoriais, das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo.
- Estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política.
- Promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos Estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização.
- Incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas.
- Prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos.
- Fomentar o empreendedorismo nos Estados, regiões e municípios turísticos, bem como criar oportunidades para a promoção de investimentos.
- Identificar as necessidades de infraestrutura dos Estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais.
- Apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos.
- Transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País.
- Definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País.
- Estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento.

Modelo de gestão

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando evidentes a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada.

Traduz as aspirações da sociedade e do governo na corresponsabilidade na tomada

de decisão, na formulação de estratégias, na determinação das prioridades de execução, na avaliação, que referendem os objetivos a serem alcançados na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento.

Outra centralidade da gestão do Programa de Regionalização do Turismo são os meios de acesso para a transparência e o compartilhamento das informações e resultados da execução da política. Neste sentido é necessário qualificar os sistemas de planejamento, acompanhamento e avaliação, comunicação e informação em rede, de modo a ampliar a participação social e garantir o êxito da gestão compartilhada do Programa.

A Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação: em **âmbito nacional** e em **âmbito estadual, regional e estadual**.

Em **âmbito nacional**, a Coordenação Nacional do Programa será conduzida pelo Ministério do Turismo, por meio do **Comitê Executivo do Programa de Regionalização**, constituindo-se em núcleo de expressão técnico-político, atuando de forma coordenada com o Sistema Nacional de Turismo e a Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo. Tem como missão deliberar e discutir sobre os temas relevantes do setor, a partir de estudos, tendências e demandas nacionais, estaduais, regionais e municipais.

Em **âmbito estadual, regional e municipal**, as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil operam as ações executivas do Programa, apoiados pelos **Interlocutores Estaduais, Interlocutores Regionais e Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização do Turismo**.

Neste processo de reestruturação, resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais, institucionaliza-se o representante regional, garante-se a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização.

Os interlocutores do Programa têm como missão o acompanhamento do ciclo de gestão do Programa – planejamento, ação executiva, acompanhamento, avaliação de processos e resultados – atuando articulados na Rede Nacional de Regionalização, fonte de inovação, intercâmbio, criatividade e diversidade cultural.

Sendo o Programa um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, sua estrutura abarca todas as esferas institucionais e políticas até o alcance social almejado, ou seja, a comunidade.

Para cada nível de abrangência, o Programa é coordenado pelas respectivas instituições, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Eixos de Atuação

Os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo representam, de forma prática e aplicável, o próprio ciclo de desenvolvimento e produção de atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios.

Por seu caráter transversal, são o ponto de equilíbrio do Programa, uma vez que possibilitam a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo – Secretarias, Diretorias, Coordenações – às demandas dos Estados, regiões e municípios turísticos.

Estes eixos orientam as ações estratégicas que se constituem nas áreas de resultados a serem alcançadas. Dessa forma, as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo, são traduzidas em oito eixos de atuação e respectivas ações estratégicas:

Gestão descentralizada do turismo

Efetivar a gestão descentralizada do turismo, de forma a articular e responder às demandas do setor, fortalecer a participação social, integrando as políticas públicas, compreendendo e atuando para, dentre outros:

- elaborar estudos estratégicos para o fortalecimento da política de turismo;
- apoiar a organização dos municípios em regiões turísticas;
- apoiar a sensibilização e mobilização das comunidades e agentes turísticos;
- fortalecer as instâncias de governança de suporte à gestão descentralizada do turismo estadual, municipal, regional e macrorregional;
- articular e fortalecer os arranjos institucionais e setoriais;
- apoiar ações de fortalecimento dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo por meio da realização de seminários e oficinas de trabalho;
- apoiar a produção de material técnico, didático, institucional e a realização de estudos para subsidiar a implementação de ações de fortalecimento do turismo;
- observar as boas práticas, experiências e disseminação de conhecimento.

Planejamento e posicionamento de mercado

A partir de dados e informações coletadas, subsidiar o planejamento e desenvolvimento de produtos turísticos (destinos, roteiros, serviços) a partir de elementos de identidade da oferta turística, observadas, também as características da demanda (público-alvo). O que se prevê é a utilização da segmentação turística desde o planejamento estratégico do território ao posicionamento dos produtos turísticos. Com isso, agrega-se atratividade à oferta turística, consolidam-se os produtos existentes e incentiva-se a inserção de novos produtos turísticos de qualidade nos mercados nacional e internacional. Consiste principalmente em:

- apoiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo;
- realizar estudos para a identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos a serem desenvolvidos;
- formatar, posicionar ou reposicionar produtos turísticos;
- realizar estudos e pesquisas acerca da oferta e demanda turística segmentada.

Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada

Inovação e competitividade de produtos e serviços advêm com o setor formalizado, regulado, qualificado e diversificado, integrando a diversidade das expressões culturais, agregando valor em todas as etapas dos seus processos de produção e operação, possibilitando a dinamização econômica das atividades nos territórios. Para tanto, torna-se necessário, dentre outros:

- mobilizar os prestadores de serviços turísticos para a formalização e cadastro no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviço Turístico;
- informar o consumidor sobre a importância de se adquirir produtos de prestadores regularmente cadastrados no Cadastur;
- fomentar a classificação dos empreendimentos e equipamentos turísticos e adoção dos referenciais de qualidade definidos pelo Ministério do Turismo;
- fiscalizar prestadores de serviços turísticos nos Estados e municípios;
- identificar demanda de qualificação profissional e empresarial;
- estabelecer padrões e normas de atendimento;
- qualificar profissionais e empresas;
- desenvolver sistema de monitoramento e avaliação da qualificação realizada;
- promover certificação profissional;
- levantar demanda de ações para o fomento e integração da produção associada ao turismo;
- organizar e qualificar a produção associada ao turismo;
- definir estratégias para inserção dos produtos e serviços turísticos de base local.

Empreendedorismo, captação e promoção de investimento

As dimensões econômicas, tecnológicas, empresariais, políticas e sociais podem se consubstanciar em oportunidades a serem potencializadas ou em riscos a serem minimizados, dependendo da capacidade de negociações de políticas que ampliem os meios técnicos, jurídicos e financeiros para a dinamização econômica dos negócios do turismo nos territórios.

Demandam, principalmente:

- realizar estudos e pesquisas das oportunidades de investimentos no âmbito do ativo turístico brasileiro;
- divulgar informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento da atividade turística;
- estabelecer parcerias público-privadas;
- divulgar linhas de crédito e modalidades de financiamento;
- promover incentivos fiscais e tributários;
- incentivar o associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.

Infraestrutura turística

A dinamização da atividade, a vocação e o protagonismo econômico no território possibilitam, por meio de iniciativas variadas de cooperação, tecnologias e fomento, incorporar valor agregado e ambiente favorável para o desenvolvimento do turismo. As estratégias de infraestrutura turística, conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e existentes em função dele, necessitam, dentre outros:

- infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas;
- infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas;
- terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos;
- edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos;
- restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos;
- elaboração de projetos de infraestrutura turística.

Informação ao turista

Oferecer ao turista, informações seguras, atualizadas e completas sobre atrativos turísticos, eventos, infraestrutura, serviços, acessos e história da região ou município, com a recomendação de programas e atividades adequados ao perfil do turista. Para tanto, torna-se necessário, dentre outros:

- guias e mapas turísticos;
- banco de imagens e vídeos;
- portais (*site*) de regiões e destinos turísticos;
- redes sociais e novas mídias;
- sinalização turística;
- centro de atendimento ao turismo.

Promoção e apoio à comercialização

Este eixo exige profissionais e serviços qualificados, infraestrutura, informações seguras e precisas, articulação da cadeia produtiva do turismo em redes de cooperação, de forma a se obter produtos estruturados e segmentados, adequados à promoção e comercialização. Requer, principalmente:

- campanhas promocionais e publicitárias, além da produção das respectivas peças;
- produção de materiais promocionais, tais como *banners*, cartazes, catálogos, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, postais, conteúdos digitais, vídeos e filmes;
- realização de *famtrip* e *presstrip*;
- organização de rodadas de negócios;
- participação em feiras e eventos.

Monitoramento

Ações e projetos conduzidos a partir de uma visão geral do processo de mudança exige a aplicação de critérios cuidadosos de seleção de prioridades, análises das demandas e ofertas associadas às capacidades institucionais, de recursos técnicos, financeiros e de pessoas para produzir dados e informações precisas e confiáveis que possibilitem retroalimentar o ciclo de monitoramento da atividade turística no território¹. É imperioso e exige, dentre outros:

- medição dos resultados e impactos das atividades do turismo;
- estudos e projeções das tendências da oferta e da demanda;
- avaliação das tendências de novas tecnologias para o setor;
- medição de satisfação dos turistas.

¹ Adaptado de: 1. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. I. Título. II. Título: Módulo Operacional. 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.



Estratégias de Implementação

Os processos de avaliação e revisão do Programa de Regionalização do Turismo indicaram, para sua consolidação, ações estruturantes, de caráter estratégico, tendo como ponto de partida: maior articulação para a convergência das ações do Ministério do Turismo; a referência da região turística, reforçando a ação municipal, para fins de planejamento, gestão e promoção; a qualificação do capital social na perspectiva de contribuir para aumentar a eficiência da participação da sociedade e facilitar as ações coordenadas; o fomento como indutor do desenvolvimento; a informação, a comunicação e a articulação, entre as diversas entidades que atuam no setor, como forma de garantir a eficácia do Programa; e o sistema de monitoria e avaliação, imprescindível para a aferir impactos, subsidiar a formulação de projetos e processos, permitindo a visibilidade dos resultados. Tem-se, portanto, como imperiosa necessidade:

Mapeamento, Diagnóstico e Categorização

O Mapa da Regionalização do Turismo, nas suas três edições (2004, 2006 e 2009), contribuiu significativamente para a identificação das regiões turísticas² do Brasil, orientando a atuação do Governo Federal no território brasileiro. Entretanto, este conjunto de informações não identificava o nível de desenvolvimento turístico das regiões e municípios, não oferecendo, dessa forma, subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, será aplicada uma matriz diagnóstica, construída de forma matricial, com base nos **Eixos de Atuação do Programa de Regionalização**, que tem como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento turístico das regiões e municípios. Dela resulta um conjunto de informações que definirá indicadores capazes de categorizar as regiões e os municípios turísticos brasileiros. Tais informações irão compor a base de dados constitutiva do **Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo**, ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Para fins de categorização e atuação estratégica, os municípios e regiões serão categorizados em níveis, de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontram:

- **MUNICÍPIO:** indicará o nível de atratividade, gestão e de organização do setor como meio de aferir o desenvolvimento turístico;
- **REGIÃO:** indicará o nível de desenvolvimento turístico, a partir da ponderação do nível de desenvolvimento dos municípios que a compõem, somado ao fator de cooperação regional entre estes.

Formação

A formação de capital social, relevante experiência na execução das políticas públicas focadas nos territórios, gerou fluxos de informação e conhecimento; facilitou a interlocução interinstitucional, a cooperação técnica, política e as relações econômicas; valorizou as expressões das culturas locais e territoriais; facilitou a cooperação e parcerias técnicas e financeiras para consecução dos objetivos do Programa.

² Atualmente, o Mapa da Regionalização do Turismo identifica 276 Regiões Turísticas do Brasil, compostas por 3.635 municípios. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00mapa_2009.html

Essa experiência assegura que o enfoque atual na transferência de conhecimento como promotor do desenvolvimento sustentável do turismo, centrada no fortalecimento da gestão compartilhada, se concretize por meio de ações educativas capazes de formar gestores, técnicos e prestadores de serviços turísticos.

O processo de capacitação se fará pela ação articuladora da Rede Nacional de Regionalização, preferencialmente com as entidades do Sistema Nacional de Turismo e instituições de ensino superior e técnico. O conteúdo do material técnico-pedagógico orientar-se-á a partir dos **Eixos de Atuação do Programa de Regionalização**.

Fomento

O apoio ao desenvolvimento dos municípios e regiões turísticas dar-se-á, no âmbito do Programa, preferencialmente, por meio de chamadas públicas de projeto, orientadas nos Eixos de Atuação do Programa de Regionalização do Turismo e em critérios específicos de cada área, que deverão considerar a categorização definida no Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo.

Comunicação

Produzir e disponibilizar instrumentos e ferramentas de informação e comunicação é imprescindível para informar e motivar os vários segmentos da sociedade para a importância do Programa como instrumento político, essencial à consolidação dos destinos, e como promotor de desenvolvimento econômico e social nas regiões turísticas.

A comunicação aqui é entendida como a capacidade de administrar, organizar e distribuir, a partir do potencial das novas tecnologias e dinâmicas presenciais, gerando: formação, informação, atualização, criação, produção, relacionamento, acesso, gestão do conhecimento e memória. Essas ferramentas, dinâmicas e flexíveis, assegurarão a excelência dos resultados para a estrutura de gestão, da cadeia produtiva do turismo local, regional, estadual e nacional e para os cidadãos e consumidores.

Como estratégia de desenvolvimento, produção e circulação da informação, na perspectiva de mudança e convergência, exige ambiente dinâmico, aberto às novas possibilidades e capaz de provocar novas abordagens de articulação e o desenvolvimento das políticas públicas para o turismo local, regional, estadual e nacional.

Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo

O sucesso de um programa ou de um projeto depende de planejamento, de executores eficazes na implementação das ações e da construção de uma base de dados atualizada e confiável para um eficiente monitoramento e avaliação³.

Todo projeto ou conjunto de ações sofre, ao longo de sua implementação, desvios no cumprimento das metas programadas, como consequência de mudanças e pressões provenientes dos seus ambientes interno e externo, que acabam por influenciar as ações executadas.

Tais desvios, cuja importância varia de acordo com o tipo, a frequência e o grau de influência sofrida, poderão resultar, se não forem percebidos, avaliados e ajustados a tempo, em atraso no cumprimento das metas, no desperdício de tempo e recursos e, até, no completo insucesso das ações.

É a partir de um trabalho de acompanhamento, documentação, análise e avaliação de resultados, da comparação entre o planejado e o realizado e da avaliação dos desvios ocorridos que poderão ser adotadas medidas de ajuste. Com base nas informações obtidas nesse processo é que as decisões serão tomadas e os ajustes serão feitos, fundamentados em critérios preestabelecidos ou nas metas programadas.

Neste contexto, o monitoramento e avaliação, sugeridos para o Programa de Regionalização do Turismo, serão apoiados em seus **Eixos de Atuação** e deverão alimentar o Sistema de Informações Gerenciais do Programa.

Este documento, **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES**, reflete o debate público para a pactuação de amplo acordo e consenso, entre diferentes setores da sociedade, necessários à legitimidade das políticas públicas de fomento às regiões e municípios turísticos.

O documento transcende a perspectiva do desenvolvimento setorializado e corporativo, amplia e articula as diversas dimensões econômicas do setor, das organizações, do espaço e da participação social. Reflete, particularmente, o direcionamento da atual gestão do Ministério do Turismo, que entende que o desenvolvimento do setor se constrói com valores centrados em ética, liderança, inspiração, paixão, compromisso e orgulho, gerenciando processos e cuidando de pessoas.

³ Adaptado de: 1. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. I. Título. II. Título: Módulo Operacional. 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Formação de Redes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 1 – Sensibilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 2 – Mobilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

Bibliografia

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Diretrizes Operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Diretrizes Políticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Editais II Chamada para a Apresentação de Casos de Sucesso na Implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2008**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2009**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Relatório Comparativo do Salão do Turismo 2005/2006/2008/2009/2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Revista Comemorativa aos 5 Anos da Regionalização como Política de Desenvolvimento do Turismo Nacional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo no Brasil 2011 – 2014** (Documento Referencial). Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Manual para o Desenvolvimento e Integração de Atividades Turísticas**. Brasília: Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associação de Culturas Gerais (ACG). 2010.

Anexos

Lista dos Participantes da Consulta Pública

NOME	ENTIDADE	ESTADO
ANA SILVA	SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO DO ACRE	AC
JAIRO OLIVEIRA	SEC. MUNICIPAL DE TURISMO PIRANHAS	AL
ANA CAMELO	UFAL	AL
GEONETE SILVA	IFAL	AL
DANIVAL LOPES	PREFEITURAS DE JAPURÁ, MARAÃ E TEFÉ	AM
ALEXANDRA DA SILVA	FAC. METROPOLITANA DE MANAUS	AM
DENISE DAMASCENO	SEC. ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	AP
CHARLENE TAVARES	IIADH	AP
VALERIA LIMA	ABAV	AP
ROSA PENZZA	FUNDAÇÃO JUPARÁ	BA
ROSA PENZZA	FILARMÔNICA EUTERPE ITABUNENSE	BA
BRUNO WENDLING	SECRETARIA DE TURISMO DE CAIRU	BA
LUCIANO LEITE	CÂMARA DE TURISMO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	BA
LIVIA MARIA	PREFEITURA	BA
KARLLA DA COSTA	CÂMARA DE TUR. DA COSTA DO CACAU	BA
ANTONIO ALVES	ASSOC. CONDUTORES VISITANTES ANDARAÍ	BA
MARI GÂNDARA	CÂMARA DE TURISMO DA COSTA DO CACAU	BA
WENER MOREIRA	PREFEITURA	BA
WILSON CRUZ	MEMORIAL DA EPOPEIA DO DESCOBRIMENTO	BA
AMARAILTON SOUZA	ASSOC. GUIAS TUR. COSTA DO DESCOBRIMENTO	BA
JORGE ALMEIDA	CÂMARA DE TURISMO DA COSTA DO CACAU	BA
LINDA CARTER	PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES	BA
MÁRCIA TUDE	PREF. MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS	BA
JULIO DE OLIVEIRA	SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO	BA
MAX DE SOUZA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA	BA
MARILIA RODRIGUES	ACERTI	BA
ANA SOARES	PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ	BA
JOSÉ OLIVEIRA	ASDECQ	CE
JOSE LINHARES	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	CE
JANAILDA SABOIA	INOVART CONSULTORIA	CE
FRANCISCO DA SILVA	ASSOC. DOS AMIGOS DA ARTE DE GUARAMIRANGA	CE
JOÃO DA COSTA	GUIA DE TURISMO	CE
JOSE DE OLIVEIRA	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO EMA	CE
LAURA MARQUES		CE
EVA PARENTE	PREFEITURA MUN. DE JAGUARIBARA	CE
MIGUEL TEGENBOSCH	TURISMÓLOGO	CE
FRANCISCO DE SOUSA	SEC. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	CE
GERSON LINHARES	PROGRAMA FORTALEZA A PÉ	CE
ANADARC PINHEIRO	PREFEITURA MUN. DE URUBURETAMA	CE
ERIK DE ALBUQUERQUE	POUSADA TAIBA INN	CE
CARLOS ALVES	SEC. MUN. DE TUR. E DESPORTO DE IBIAPINA	CE
ADRIANO XAVIER	TURISMÓLOGO	CE
GABRIELA WIEDEMANN	SUPREMA LOCADORA E TURISMO	DF
PAULO HENRIQUE ROSA	VELÔSO VIP SERVICES – ABARE	DF
CLAUDETE ANDREOLA	CÂMARA DOS DEPUTADOS	DF
DANIELA GARROSSINI	UNB	DF

MARCELA GOMES	RECORD	DF
ISABELA	ESTUDANTE	DF
ANA PAULA JACQUES	ESTUDANTE	DF
ANTÔNIO NETO	ASSOC. BRASILENSE DE TURISMO RECEPTIVO	DF
BERENICE TAVARES	TOP 3 CONSULTORIA E MARKETING LTDA.	ES
HELAINÉ CRISTHINA	SOCIEDADE CIVIL	ES
LENEANDRO GOULART	PREF. MUN. DE JERÔNIMO MONTEIRO	ES
JAMILLE MONTEIRO	ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO	ES
DIEGO LOPES	TURISMÓLOGO	ES
MOACIR DURÃES	ENGETUR CONSULTORIA TURÍSTICA E AMBIENTAL	ES
THAYNARA LOURENÇO	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ VITÓRIA	ES
MARY DE ALENCAR	ASSOC. DE MORADORES PERA MENINA	ES
THIAGO FERREIRA	GOIÁS TURISMO	GO
FLÁVIA RABELO	AGÊNCIA GOIANA DE TURISMO	GO
BENÍCIO AZEVEDO	HOTEL SERRADOR	GO
TIAGO MARTINS	ESTUDANTE	GO
CEFAS LUIZ PAULINO	SECRETARIA DE TURISMO RIO QUENTE	GO
TÁCITA PEREIRA		MA
NARA RÚBYA DOS SANTOS	PREF. MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA	MA
ANA CATHARINE MELO	PREFEITURA DE SÃO LUÍS	MA
MARCIO MENDONÇA	ONG ECCOBELLA	MA
PABLO DA ROCHA MOREIRA	CARAÍBA PROJETOS E TURISMO	MA
MANOEL JUNIOR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MA
MONICA DE ARAUJO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MA
JORGE SILVA	PREF. MUNICIPAL DE SANTO AMARO DO MARANHÃO	MA
SAMIR CHAMOU	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	MG
FERNANDA CUNHA	ASSOC. DO CIRCUITO TUR. GRUTAS E MAR DE MINAS	MG
JESUS KIMAI	ECOVIVÊNCIA ECOTURISMO	MG
ANDRÉ CAMPOS	CIRCUITO TURÍSTICO DOS LAGOS	MG
TEREZINHA DE FARIA	ASSOC. CIRCUITO VERDE-TRILHA DOS BANDEIRANTES	MG
EDUARDO VALENTE	ASSOC. DO CIRCUITO TUR. CAMINHOS DO INDAIÁ	MG
FREDERICO COELHO	GIGA CONSULTORIA LTDA.	MG
RUY FELIPE	UTRAMIG	MG
LILIANE ALVES	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPANHA	MG
FERNANDA PAIVA	ASSOC. CIRCUITO SERRA VERDES DO SUL DE MINAS GERAIS	MG
ANGÉLICA SALLES	ASSOC. DO CIRCUITO TURÍSTICO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS	MG
GUSTAVO GRECA	PREFEITURA DE PASSA QUATRO	MG
LUIZ GUSTAVO DA ROSA	SEC. MUNICIPAL DE TURISMO DE ITANHANDU	MG
PRISCILLA DE FÁTIMA FARIA	HOTEL NACIONAL INN ARAXÁ LTDA.	MG
POUSADA RIBEIRÃO DO OURA LTDA	HOTELEIRA	MG
LETÍCIA DE CARVALHO	UFMG	MG
MARCELLO SANNYOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	MG
DANIELLE LOPES	ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHO NOVO/ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA	MG
RICARDO FILHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MG
LUCIENE BRAGA	CIRCUITO TURÍSTICO CAMINHOS VERDES DE MINAS – ZONA DA MATA MINEIRA	MG

CRISTOVÃO MARTINS DE ALMEIDA	COMTUR – PIRANGUÇU	MG
RODRIGO MIRANDA	VERDEPERTO ECOTURISMO	MG
GUILHERME BORGES	CASA DE CULTURA ANTÔNIO CARLOS DE CARVALHO	MG
FERNANDO OTTONI	PUC MINAS	MG
FRANCISCO MELO	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA	MG
RAFAEL MENDES	CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	MG
ADELMO DE MEDEIROS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MG
ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS, ARTISTAS E PRODUTORES CASEIROS		MG
BRUNO RAMOS	SEBRAE – MG	MG
INGRID LIMA	UFMG	MG
CLÁUDIO NEVES	AGÊNCIA DE VIAGEM	MG
MARILIZI DE OLIVEIRA	UFMS	MS
CRISTIANE FERRARI	FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS	MS
DORES CRISTINA GRECHI	UEMS	MS
EDSON GIROTO	DEPUTADO FEDERAL	MS
ALINE MOURA	FUNDAÇÃO DE TURISMO DO ESTADO DE MS	MS
CLAUDIA LOCH	PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO	MT
ANTONIO SILVA	PREFEITURA DE PARANAÍTA	MT
JUNIOR DALPIAZ	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUJANA	MT
ANA CAROLINA PINHEIRO	A1 SOLUÇÕES EM TURISMO E SUSTENTABILIDADE	MT
MARCELIA ANDREA MARTINS	EMPRESA DROGARIA BRASIL	MT
TATIANA FERNANDEZ	SECULLOS TOUR – CONSULTORA CREDENCIADA SEBRAE	MT
CARMEM LUCIA FERREIRA	VOLUNTÁRIA	PA
ÁGILA CHAVES	PRIVADA	PA
JOÃO HENRIQUE SANTOS	ESTUDANTE	PA
SABRINA COSTA	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	PA
JOÃO VICENTE NOGUEIRA	PREF. DE TUCURUÍ / SEDES / DEPTO. DE TURISMO	PA
MARIA DE FÁTIMA AMORIM	ASSOC. BENEFICENTE CASA CAIADA – ONG	PB
GERVAZIO SANTOS	PREFEITURA	PB
JOSÉ ALVES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	PB
RENATA DE SOUSA	UEPB	PB
SÉRGERSON SILVESTRE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	PB
JULIANA ENNES JARDIM	ABBTUR PARAÍBA	PB
JAILSON CARDOSO	ESTUDANTE	PB
ALESSANDRA LONTRA	SEC. TUR. E DESEN. ECONÔMICO DO ESTADO DA PARAÍBA	PB
FERDINAND MEDEIROS	CONVENTION & VISITORS BUREAU DE JOÃO PESSOA	PB
GUSTAVO PENTEADO	NORTH SHOPPING CARUARU E NORTH SHOPPING HOTEL	PE
MANOEL MARQUES	SECRETARIA DE TURISMO DE PERNAMBUCO	PE
FLÁVIA LEITE	FAVIP	PE
IGOR BITÚ	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	PE
ELIAS RODRIGUES	RESTAURANTE TAPA DE CUADRIL	PE
DRIELE DA SILVA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE
ANA PAULA DE MOURA	INSTITUTO COOPERAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL	PE
EVANILDO FONSECA	SECRETARIA DE TURISMO DE TRIUNFO	PE
ANDRÉ PERINOTTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI	PI
LUIZ CARLOS MARINHO	INSTITUTO CAMILLO FILHO	PI

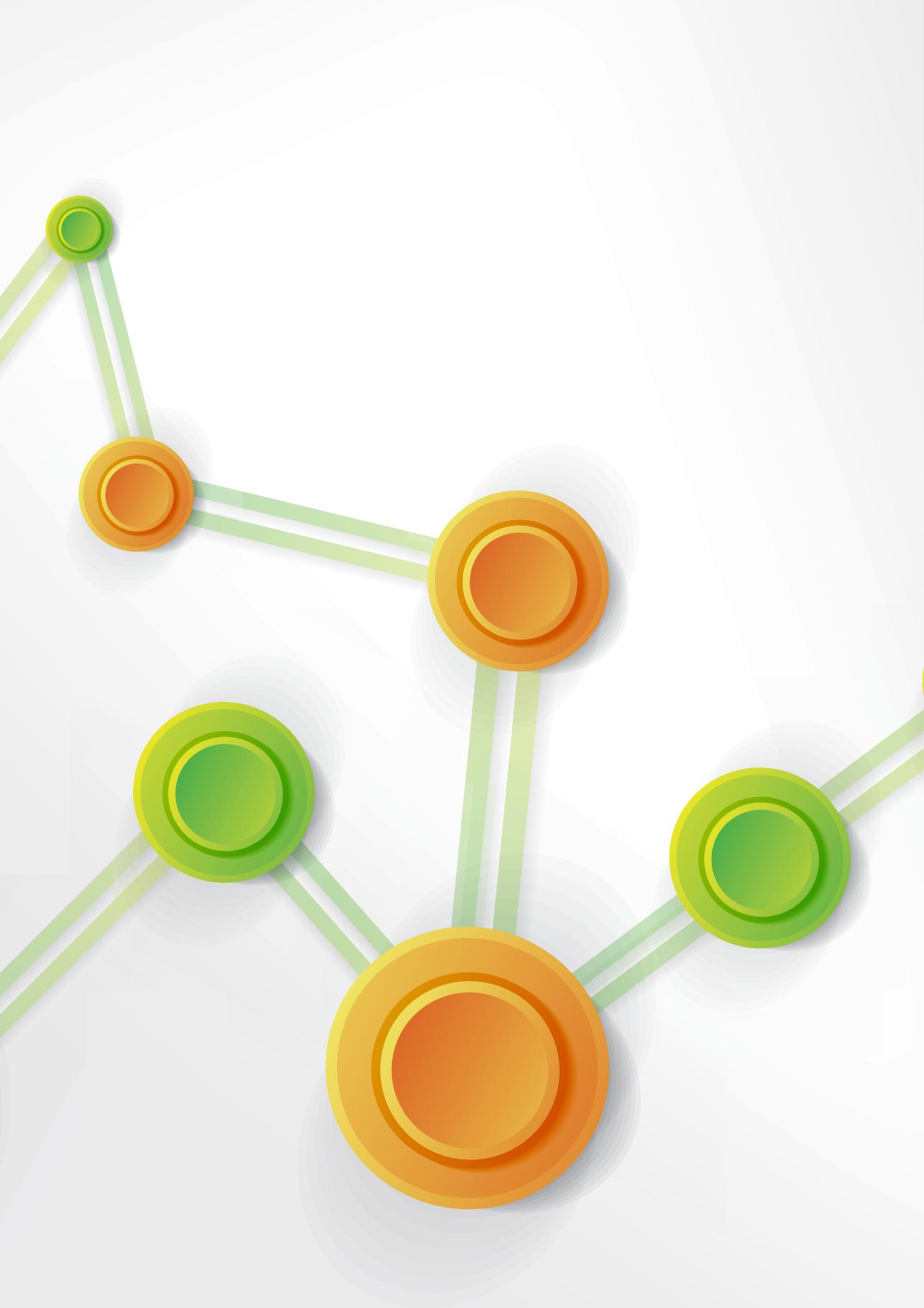
ELIENE DE FREITAS	SINE	PI
KARINA FONSECA	VIA KF AGENCIAMENTO DE VIAGENS	PR
MARIA DA SILVA	PREFEITURA MUNICIPAL	PR
YURE LOBO	OPAH CONSULTORIA EM TURISMO	PR
ELOÁ MARSCHNER	TURISMÓLOGA – PRROSIMEI PRATES DE SOUZA – UNIOESTE – FOZ	PR
DOUGLAS VICTOR	EMATER	PR
GIOVANA SERENATO	ONIS CONSULTORIA EM TURISMO	PR
FAISAL SALEH	POLOIGUASSU	PR
MARINO LACAY	IPARDES	PR
LUIZ PANHOCA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR
JAIME NASCIMETO	ADETUR CATARATAS E CAMINHOS	PR
DAGO WOHL	ADECSUL	PR
ROBERTO MONSORES	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA	RJ
ALBERTO ANSALONI	FESPORTUR	RJ
PATRICIA AZEVEDO	IBAM	RJ
VIVIAN MAY	SEC. DE TUR. E DESENV. ECONÔMICO DE VASSOURAS	RJ
CAMILA BRAZ	UNIV. FED. DO ESTADO DO RJ – CEDERJ MACAÉ	RJ
WILLIAM THOMAZ	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	RJ
ALINE FANTI	MIRAS TOURS OPER. DE TURISMO RECEPTIVO	RJ
MARCO NAVEGA	FED. DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ
DEYVIDSON GUILANDE	CANOA DA SERRA TURISMO	RJ
MARIANA DE OLIVEIRA	POUSADA PARAÍSO	RJ
DIEGO BARONIO	FAVELA B&B RIO DE JANEIRO	RJ
LAÍSE COSTA	SECRETARIA DE TURISMO DE PARATY	RJ
ROGERIO ELMOR	PETRÓPOLIS CONVENTION BUREAU	RJ
RONNIE DE ANDRADE	RPETERSON CONSULTORIA EM TURISMO E PATRIMÔNIO	RJ
RUBEVAL FRANÇA	GUIA DE TURISMO	RJ
RAFAELLE SILVA	IBHES	RJ
PATRICIA DE SOUZA	C. E. PREF. FRANCISCO FONTES TORRES	RJ
ILTON DA SILVA	CIDQTUR B.F – ASSOC. REGIONAL DE TUR. DA B. FLUMINENSE	RJ
ISA SILVA	CIDQTUR B.FLUM E IBTUR	RJ
JOSÉ DA SILVA	PREFEITURA DE SERRA DE SÃO BENTO	RN
LÁZARO DA COSTA	UERN	RN
RICARDO DE MORAIS	UERN	RN
DARLYNE VIRGINIO	UFRN	RN
MARCELA PESSOA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ	RN
PREFEITURA DE BENTO FERNANDES		RN
ELIZABETE ALMEIDA	ESTÁCIO DE NATAL (FAC. CÂMARA CASCUDO)	RN
CARMEN VERA DE LUCENA	SETUR/RN	RN
OLIVACI JÚNIOR	PREFEITURA DE MACAU	RN
MARCELO TAVEIRA	UFRN	RN
CEDNEY DE FARIAS	PREF. MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL	RN
MILTON GUEDES	SECRETARIA MUN. DE TUR. DA PREF. DE TIBAU	RN
ELIANE PRAÇA	EMPROTUR	RN
JORGE ARRUDA	UNP	RN
SOLANGE PORTELA	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO RN	RN

RICARDO DE SOUZA	UNIVERSIDADE POTIGUAR – UNP	RN
MARIA DA SILVA	TURISMÓLOGA E GUIA REGIONAL	RO
MARIA GERALDA PEREIRA	ASSESSORA PALAMENTAR	RO
RAINARA DA SILVA	INST. FED. DE EDUC., CIÊNCIA E TEC. DE RORAIMA	RR
BETEK LOCADORA DE VEÍCULOS	TRANSPORTE DE PESSOAS	RS
EDUARDO FAGUNDES	PREF. MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA	RS
LUIS ERTZOGUE	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO INDIANÓPOLIS DE TRAMANDAI	RS
ZELMUTE MARTEN	SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – SECDES	RS
MÁRCIO PILGER	CÂMARA DE VEREADORES	RS
VERA GHENO	ASSOC. DOS PESCADORES DE CAPÃO DA CANOA – APCC	RS
HELENA FROSI	AUTÔNOMA – GUIA DE TURISMO REGIONAL, NACIONAL E AMÉRICA DO SUL	RS
SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		RS
JOHN DOS SANTOS	PM DERRUBADAS	RS
CARLOS DA ROSA	GUIA DE TURISMO – AUTÔNOMO	RS
LUIZ FERNANDO MORAES	SECRETARIA DE TURISMO DE PORTO ALEGRE	RS
MICHELLE RODRIGUES	TURISMÓLOGA	RS
EDUARDO VIDAL	COMITÊ DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA DA COSTA VERDE E MAR	SC
VALDETE CAMPOS	SECRETARIA DE TURISMO	SC
JAMILLE DOUAT	INSTÂNCIA GOVERNANÇA CAMINHO DOS PRÍNCIPES	SC
RODRIGO FLAMIA	SECRETARIA DE TURISMO DE ITAJAÍ	SC
MARIZA CARVALHO	UFSC/FAPEU/SENAC/ASSESC	SC
ODETE DELAZERI	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA	SC
FLÁVIO AGUSTINI	SECRETARIA DE TURISMO DE LAGES	SC
RODRIGO SOMMER	COMUNICA TURISMO	SC
SUZANA TEODORO	AHOREPE ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS E RESTAURANTES DE PENHA	SC
ALINE MATEUS	PRIVADA	SC
SUSAN CORREA	SEC. DE TUR. E CULTURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC
REJANE VARELA	SDS/SC	SC
VIVIAN FLORIANI	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR	SC
FLÁVIO LUIZ AGUSTINI	SECRETARIA DE TURISMO DE LAGES	SC
AILTON PETRY	PREFEITURA DE MASSARANDUBA	SC
CLAUDIO HÔRBE	ARQUITETO URBANISTA AUTÔNOMO	SC
MARTA FOGAÇA	INSTÂNCIA DE GOVERNAÇÃO ENCATOS DO SUL – SC CONSELHO REGIONAL DE TURISMO	SC
RENATO JUNIOR	PREF. MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	SC
ANA BORTOLON	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR	SC
GUSTAVO SETLIK	UNIVALI BALNEÁRIO CAMBORIÚ	SC
PEDRO MARCELO SIQUEIRA	CDL DE ESTÂNCIA	SE
LUCAS TENÓRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	SE
MARIA CARNEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUACEMA	TO
MINERVA FERREIRA	PREF. MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS	TO
RENATO JULIAN	SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA	SP
CARLOS DE TOLEDO	EXPECTATIVA DESENVOLVIMENTO EM TURISMO	SP
CARLOS DA SILVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBINEIA	SP

EDENIR BELLUC	PREFEITURA DE SERTÃOZINHO	SP
DENISE DANIEL	FACIC FAC. DE CIÊNCIA HUMANAS DE CRUZEIRO	SP
CLAUDIO MASSON	PREFEITURA MUNICIPAL	SP
PATRÍCIA ALABARCE	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
JOSÉ MÁRIO FILHO	ASS. TÉC. DE TURISMO DO MUN. DE ORLÂNDIA	SP
BERNARDO IGNARRA	SÃO PAULO TURISMO/SPTURIS	SP
JULIO DE MORAES	PRESIDENTE DA REGIÃO TURÍSTICA PONTAL PAULISTA	SP
SELMA CABRAL	TURISMO & IDEIAS	SP
MARIA CAROLINA PEREIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS	SP
PAULO SANCHES	PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE	SP
GILBERTO BACK	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
DOMINIQUE MICHELIN	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ	SP
VITÓRIA BRAUNER	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
SHIRLEY DA SILVA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
SIMONE SCORSATO	OFICINA DE HOSPITALIDADE	SP
DAVIDSON KASEKER	AÇÃO CONSULTORIA E MARKETING TURÍSTICO	SP
RODRIGO SULINA	POUSADA CAMBURI	SP
MURILO COSTA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
MARIA PACHECO E SILVA	ESPAÇO FÁBRICA SÃO LUIZ	SP
JURANDIR DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
BIANCA GRILO	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA	SP
PATRÍCIA DUTRA	PREFEITURA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	SP
MARCEL INOCENCIO	CRECER	SP
EVANDRO DA SILVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BORA	SP
SERGIO HENRIQUE CRIVELARO	PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE	SP
NILDA GUERRA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
ADEMIR DE PAULA SEGUNDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ	SP
CELSO DE OLIVEIRA	COMTUR DE MAIRIPORÃ	SP
TELMA DELLA MONICA	FÓRUM REGIONAL DE TURISMO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO	SP
ANDRÉIA AUXILIADORA DE PAULA	INSTITUTO DE ESTUDOS VALEPARAIBANOS	SP
JOÃO GABRIEL BRIGANTI	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SP
JÉSSICA SARAIVA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
ANDREA NAKANE	ANDREA NAKANE – UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
JOÃO CARLOS MISSORINO	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO	SP
CLARISSA GAGLIARDI E REINALDO TELES	USP	SP
RAFAEL BAUER	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP	SP
PAULO DONIZETE TIENE	PRAIA BONITA É PRAIA LIMPA	SP
COMTUR SÃO JOÃO	PREF. MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SP
EDER GEOVANI SAMBO	SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE SOCORRO	SP
ISABELLA NORA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
BRENDA CABRAL	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
FRANCISCO MATOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	SP
JARBAS FAVORETTO	ASSOC. DOS MUN. DE INTERESSE CULTURAL E TURÍSTICO/AMITUR	SP
ELIZABETH WADA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	SP
ARISTIDES CURY	PRISMA BUSINESS	SP
PAULA AMBROSINO	ANHEMBI MORUMBI	SP

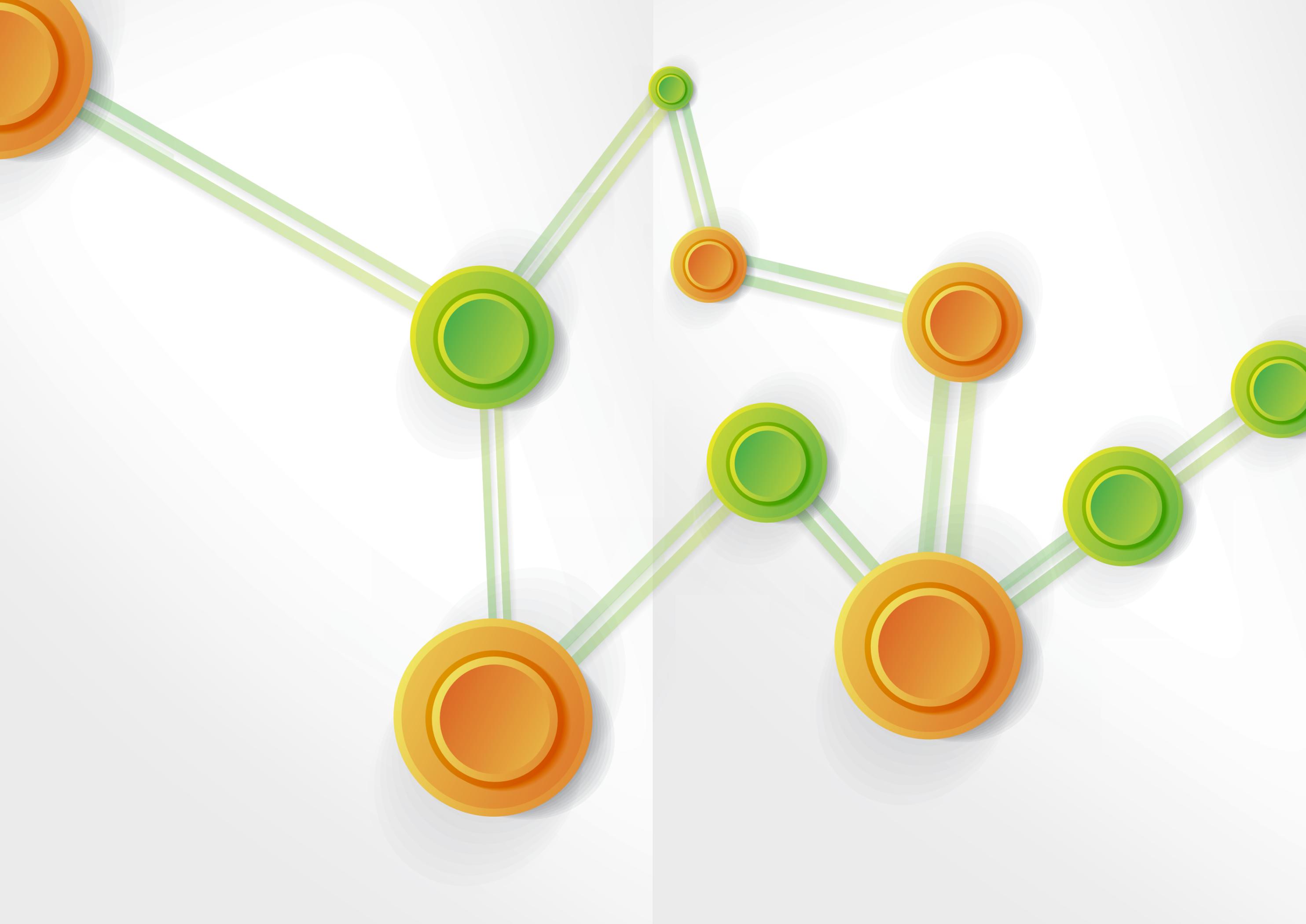
Lista de Reuniões e Oficinas de Revisão e Avaliação do Programa de Regionalização

NOME	DATA	LOCAL
Reuniões Internas de Análise Situacional do Programa	1º Semestre de 2012	Brasília/DF
19º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	28/6/2012	Brasília/DF
Oficinas de Planejamento Interno do MTur	29/6 a 15/8/2012	Brasília/DF
1ª Oficina de construção da nova estrutura do Programa com os gestores das Macrorregiões	15/8/2012	Brasília/DF
2ª Oficina de construção da nova estrutura do Programa com especialistas das Macrorregiões	12/9/2012	Brasília/DF
20º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	13/9/2012	Brasília/DF
5ª Assembleia Ordinária da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo dos Destinos Indutores – ANSEDTUR (Ano XII)	1º/12/2012	Bonito/MS
Oficina com os Diretores e Coordenadores do MTur	11/12/2012	Brasília/DF
Câmara Temática de Regionalização	12/12/2012	Brasília/DF
Consulta Pública – Portal MTur	8/2 a 8/3/2013	
1ª Assembleia Ordinária da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo dos Destinos Indutores – ANSEDTUR (Ano XIII)	7/3/2013	Brasília/DF
21º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	8/3/2013	Brasília/DF
70ª Reunião do FORNATUR	14/3/2013	Belo Horizonte/MG
Câmara Temática de Regionalização	15/3/2013	Brasília/DF
39ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo	25/3/2013	São Paulo/SP



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização

SCN Quadra 6, Bloco A, 12º andar , sala 1.210 Ed. Venâncio 3.000, shopping id
CEP 70716-900 – Brasília/DF – Tel. +55 61 2023-8134 – Fax +55 61 2023-8159
regionalizacao@turismo.gov.br www.turismo.gov.br



Realização

Ministério do
Turismo



Parceiros



Comissão de
Turismo e Desporto



Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo



Ministério da
Integração Nacional

